

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

ALDIMARA CATARINA BRITO DELABONA BOUTIN

**GRÊMIO ESTUDANTIL E PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO EM COMUNIDADES
DE PERIFERIAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA, PR**

PONTA GROSSA

2016

ALDIMARA CATARINA BRITO DELABONA BOUTIN

**GRÊMIO ESTUDANTIL E PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO EM COMUNIDADES
DE PERIFERIAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA, PR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone de Fátima Flach

PONTA GROSSA

2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

B779 Boutin, Aldimara Catarina Brito Delabona
Grêmio estudantil e participação do
estudante: limites e possibilidades para o
processo de emancipação em comunidades de
periferias da cidade de Ponta Grossa, PR/
Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin.
Ponta Grossa, 2016.
156f.

Dissertação (Mestrado em Educação -
Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Simone de Fátima
Flach.

1.Grêmio estudantil. 2.Participação
discente. 3.Capitalismo. 4.Emancipação
humana. 5.Emancipação política. I.Flach,
Simone de Fátima. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Educação. III. T.

CDD: 371.83

TERMO DE APROVAÇÃO

ALDIMARA CATARINA BRITO DELABONA BOUTIN

**GRÊMIO ESTUDANTIL E PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO EM COMUNIDADES
DE PERIFERIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA - PR**

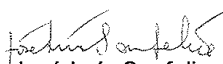
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a)

Prof^ª Dr^ª Simone de Fátima Flach - UEPG



Prof. Dr. José Luís Sanfelice - UNICAMP



Prof^ª Dr^ª Vera Lúcia Martiniak - UEPG



Ponta Grossa, 04 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a Simone Flach, minha admiração e meu muito obrigado por acreditar nessa pesquisa e saber brilhantemente me orientar, compartilhando conhecimentos e experiências, contribuindo para que o processo de pesquisa se tornasse menos árduo.

À pequena Isis Catarina e ao pequeno Mauro Albano que deixam meus dias mais alegres e coloridos, me inspiram diariamente e dão mais sentido a minha vida.

Ao meu esposo Marlos por compreender as minhas ausências, por me acalmar nos momentos difíceis, por me incentivar e por não medir esforços para me ajudar.

À minha mãe, mulher guerreira por tudo que me ensinou e tem me ensinado.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da UEPG, pelos conhecimentos compartilhados, pelos conselhos e pelo apoio. Meu agradecimento especial, à professora Dr^a Gisele Masson, um exemplo de mulher, de profissional e de pesquisadora.

À banca pelas fundamentais contribuições no exame de qualificação.

Aos colegas de do grupo de pesquisa GPCATE, por me instigarem a muitos questionamentos, em especial a colega e amiga Karen, por ser uma fiel companheira de reflexões e leituras.

Aos alunos que integram os grêmios pesquisados que gentilmente cederam as entrevistas. Meu agradecimento aos gestores e pedagogos que também foram sujeitos importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Odeio os indiferentes. Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir apenas homens estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador e a matéria inerte em que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos, o fosso que circunda a velha cidade. Odeio os indiferentes também, porque me provocam tédio as suas lamúrias de ternos inocentes. Peço contas a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe quotidianamente, do que fizeram, sobretudo do que não fizeram, e sinto que não posso ser inoxidável, que não devo desperdiçar a minha compaixão, que não posso repartir com eles as minhas lágrimas. Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris que estão comigo a pulsar a atividade da cidadania futura, que estamos a construir.

(Gramsci, 2001)

RESUMO

O trabalho apresenta um estudo sobre os grêmios estudantis que atuam em escolas da rede estadual de ensino da cidade de Ponta Grossa, situadas em regiões de periferias. O objetivo da pesquisa foi analisar os limites e as possibilidades desses grêmios estudantis, enquanto instância colegiada de representação discente, para o processo de emancipação nas comunidades em que se inserem. A questão que norteou a pesquisa foi: Em que medida o grêmio estudantil pode contribuir para o processo de emancipação na atual sociedade capitalista? O objeto da pesquisa é composto por seis grêmios estudantis que atuam em escolas de Ensino Médio nas periferias e os objetivos específicos que nortearam as reflexões foram: a) Contextualizar os movimentos estudantis brasileiros que antecederam os grêmios estudantis; b) Identificar os objetivos, explícitos ou não, que orientam as atividades e projetos desenvolvidos pelos grêmios estudantis; c) Explicitar as concepções que norteiam a organização da atuação discente em grêmios estudantis das realidades pesquisadas. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os alunos que presidem os grêmios estudantis selecionados para a pesquisa, também foram analisados documentos como as atas dos grêmios e os Manuais e cartilhas de autoria da SEED-PR e do Instituto Sou da Paz. As entrevistas foram transcritas, analisadas e categorizadas, considerando: a autonomia dos alunos que atuam junto aos grêmios, os projetos desenvolvidos pelas agremiações, o processo eleitoral, a emancipação política e a emancipação humana. Como aporte teórico foi utilizado o Materialismo Histórico e Dialético, com a contribuição de autores como: Poermer (1979), Gramsci (1978, 2001), Mandel (1979), Marx (2001, 2010), Tonet (2005, 2010), Sanfelice (1986, 2008), os quais auxiliaram tanto para o estabelecimento do diálogo com o referencial teórico como para o entendimento de como se configurou o movimento estudantil até se chegar a estrutura atual dos grêmios estudantis. Os resultados da pesquisa evidenciam que os direcionamentos políticos expressos nos Manuais e cartilhas de produção da SEED, PR e do Instituto Sou da Paz, se refletem nos projetos e atividades desenvolvidas pelas agremiações. Também foi possível perceber que a equipe gestora limita e cerceia a participação dos alunos junto aos grêmios estudantis, contribuindo, dessa forma para inibir uma atuação estudantil comprometida por objetivos emancipadores. A pesquisa concluiu portanto, que os grêmios estudantis pesquisados não contribuem para o processo de emancipação e que o exercício da emancipação política é apresentado de forma fragilizada.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil; Participação discente; Capitalismo; Emancipação humana; Emancipação Política.

ABSTRACT

This paper presents a kind of studies about the students' councils which actuate inside the state schools from Ponta Grossa, located in the suburb areas. The aim of this research was to analyse these students' councils' limits and possibilities, as they are collegiate instances which represent the schools, for the emancipation process of the communities they are in. The question that has led this research is: How can a students' council contribute for the emancipation process in this current capitalist society? The object of the research is composed by six students' councils which actuate in High Schools located in the suburbs and the specific goals which have led all the reflections are: a) Contextualizing the students' movements which preceded the students' councils; b) Identifying the goals, being explicit or not, which direct the activities and projects developed by the students' councils; c) Making the conceptions explicit, the ones that lead the organization of the school performing inside students' councils from the investigated reality. For the data collection, some semi-structured interviews were used, all answered by students who are the students' councils' presidents, selected for the research. Papers like councils' proceedings and Handbooks and Primers written by SEED-PR and "Instituto Sou da Paz" were also analyzed. The interviews were transcribed, analyzed and classified, considering: the autonomy of the students, who actuate along the councils, the projects which are developed by these councils, the electoral process, the policy emancipation and the human emancipation. As theorist support, the Historical and Dialectical Materialism was used, counting on some authors contribution like: Poermer (1979), Gramsci (1978, 2004), Mandel (1979), Marx (2001, 2010), Tonet (2005, 2010), Sanfelice (1986, 2008), that helped on the dialogues establishment with all the theorist referential and also for the comprehension on how the students movements have configured themselves up to the current structure of the students' councils. The results from this research show that the policy orientation expressed on the Handbooks and the Primers written by SEED-PR and by "Instituto Sou da Paz" reflects on the projects and activities developed by the councils. It was also possible to note that the manager team gives limits to the students' participation along the councils, contributing, this way, to inhibit a committed students' performing when looking for liberating goals. Therefore, this research gives the conclusion the students' councils which were studied don't contribute for the emancipation process and that the practice for the policy emancipation is presented in a weak way.

Key words: Students' council; School Participation; Capitalism; Human Emancipation; Policy Emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL –2016.....	61
FIGURA 2	LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA – PONTA GROSSA - 2015	85
FIGURA 3	PROJETOS DESENVOLVIDOS NO PERÍODO: 2014- 2015.....	103
QUADRO 1	PROCESSO ELEITORAL DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS (2014-2015)	111

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CA	Centros Acadêmicos
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLAE	Congresso Latino Americano e Caribenho dos Estudantes
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
DA	Diretórios Acadêmicos
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
ENE	Encontro Nacional dos Estudantes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAC	Frente Única Anticomunista
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GEMPAR	Gestão Estratégica do Ministério Público do Paraná
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDS	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPMS	Inquéritos Policiais Militares
JAC	Juventude Agrária
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDBEN	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAC	Movimento Anticomunista
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MMDC	Miraguaia, Martins, Dráuzio e Cargo

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCLAE	Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes
ONG	Organização Não Governamental
OREALC	Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEED-PR	Secretaria de Educação do Paraná
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estaduais dos Estudantes
UJC	União da Juventude Comunista
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UMESP	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ONU	Organização das Nações Unidas para a Educação
UOE	União Operária Estudantil
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
USAID	United States Agency For International
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRO	23
1.1 AS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS.....	23
1.2 A MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL ESTRUTURADA A PARTIR DA UNE	36
1.3 A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA MILITAR.....	45
1.4 A ESTRUTURA ATUAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	59
CAPÍTULO 2 - DIRECIONAMENTOS PARA A ATUAÇÃO NOS GRÊMIOS ESTUDANTIS	63
2.1 O GRÊMIO ESTUDANTIL E A LEGISLAÇÃO	64
2.2 DOCUMENTOS ORIENTADORES PARA A ATUAÇÃO NOS GRÊMIOS ESTUDANTIS	67
CAPÍTULO 3 - O GRÊMIO ESTUDANTIL NAS ESCOLAS DE PERIFERIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA	82
3.1 CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES NAS PERIFERIAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA, PR	83
3.1.1 Caracterização das escolas e comunidades onde se inserem os Grêmios pesquisados.	84
3.1.2 Indicadores que aproximam as realidades pesquisadas.....	92
3.2 A ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS PESQUISADOS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	96
3.2.1 A autonomia discente.....	97
3.2.2 Os projetos desenvolvidos	102
3.2.3 O processo eleitoral	111
3.2.4 Emancipação política e emancipação humana	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127

APÊNDICE A – Levantamento bibliográfico sobre grêmios estudantis- teses e dissertações pesquisadas	137
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas	148
APÊNDICE C – Caráter dos projetos e atividades desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis.....	150
ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

Não existe atividade que possa oferecer maior satisfação aos homens e as mulheres do que a de consagrar a sua vida a libertação dos seus povos e a de todos os povos. Não existe tarefa mais exaltante na nossa época do que a de construir um mundo sem exploração nem opressão, sem guerras nem violências, um mundo de abundância e de bem-estar para todos, um mundo que ponha termo a pré-história da humanidade e faça aparecer, pela primeira vez, toda a magnífica força coletiva da humanidade: o mundo da sociedade sem classes, o mundo do socialismo. (MANDEL, 1979, p. 99-100)

A reflexão de Mandel (1979) ilustra com muita clareza um modelo de sociedade sem opressão, sem desigualdades, sem concorrência, sem o egoísmo e a exploração que caracterizam e permeiam a sociedade do capital. E acreditando que na real possibilidade de que um dia se chegue a este modelo de sociedade, considero a importância do alinhamento da classe trabalhadora em lutas comprometidas em um processo de emancipação e igualmente considero que o grêmio estudantil pode integrar um espaço educativo que pode contribuir nessa luta, por meio de uma participação comprometida com o objetivo de construir uma consciência revolucionária nos jovens.

Quando fui a campo para coletar dados para um trabalho de conclusão de curso em nível de especialização, o qual tinha proposta pesquisar as instâncias colegiadas presentes em algumas escolas da cidade de Ponta Grossa- PR, percebi que as instâncias consideradas, por parte da comunidade escolar, como importantes para ampliar a participação no interior da escola eram: eleição para a escolha de gestor, Construção coletiva do projeto político pedagógico, Associações de Pais Mestres e Funcionários, conselho Escolar e o Grêmio Estudantil, enquanto instância colegiada de representação dos alunos, quando citado, era compreendido como importante somente para a promoção de festas e eventos.

Essa cultura atrelada ao grêmio estudantil, nas escolas que pesquisei, me despertou uma certa inquietação e o desejo de investigar como se dava a atuação dos grêmios estudantis em outras instituições de ensino e quais eram as contribuições desta instância colegiada para a ruptura com as relações estabelecidas tanto dentro do espaço escolar quanto no conjunto da sociedade, principalmente nas regiões mais afastadas da cidade, onde os moradores pertencem prioritariamente a classe trabalhadora.

A pesquisa com os grêmios estudantis desde o início revelou-se como um desafio, já que um número bastante restrito de produções teóricas discorre sobre esse objeto de pesquisa. Algumas pesquisas fazem um estudos de caso sobre o grêmio estudantil em instituições de ensino, outras discorrem sobre essa instância colegiada, quando refletem sobre a política da gestão democrática.

Mesmo considerando escassas as pesquisas em cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, essa temática se mostra importante no atual contexto porque pode auxiliar para desvelar o processo de participação discente em grêmios estudantis e em como esse processo pode contribuir para o protagonismo juvenil comprometido com um processo emancipatório.

A escassez de produções que versam sobre os grêmios estudantis foi evidenciada na busca realizada em dois importantes repositórios de pesquisa e produção científica: o Banco de dissertações e teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). A busca revelou a existência de somente oito trabalhos produzidos entre os anos de 2011 e 2012, no Banco da Capes, dentre os quais, sete referem-se a dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. No Scielo não foram encontrados trabalhos sobre o tema.

Considerando os limites referentes a disponibilidade dos repositórios consultados, recorreu-se ao acervo digital de setenta e quatro universidades federais e estaduais e nestas foram encontrados oito trabalhos que tratam ou fazem alguma reflexão mesmo que breve sobre os grêmios estudantis.

As teses e dissertações sobre o grêmio estudantil, encontradas no banco da Capes, foram separadas conforme a sua aproximação pela temática de pesquisa. Assim, Mendes (2011), Idelbrando (2012), Oliveira (2011), Oliveira (2012) e Pouzas (2012), apresentam um estudo de caso sobre a atuação do grêmio estudantil em escolas públicas e Carvalho (2012), Pereira (2012) e Lima (2012), analisam a participação no interior da escola, por meio da gestão democrática e a partir disso trazem reflexões sobre as instâncias colegiadas e, dentre essas, o grêmio estudantil.

A dissertação de Mendes (2011) traz reflexões sobre o significado da participação para os jovens que atuam no grêmio estudantil. Para tanto, a autora analisou os valores que embasavam os discursos dos presidentes do grêmio estudantil e as estratégias utilizadas para ampliar a participação dos alunos que não

estavam inseridos na agremiação. Já Idelbrando (2012), analisou as contribuições do grêmio estudantil para o processo de formação da cidadania, diferenciando-se, dessa forma, da pesquisa de Mendes (2011), pois esta faz uma análise discursiva das concepções dos presidentes dos grêmios.

Semelhantemente a Mendes (2011) e Idelbrando (2012), a pesquisa de Oliveira (2011), também se refere a um estudo de caso de uma escola da rede pública de ensino. No entanto, diferencia-se por abordar sobre a participação discente, por meio do grêmio estudantil e de uma Rádio- Escola, refletindo com a pesquisa, sobre os reflexos, dessa participação, na escola e na educação física.

Oliveira (2012), também contribuiu com um estudo de caso sobre a relação entre a Cooperativa Educacional da cidade de Marília e o trabalho associado. Tendo como objetivo averiguar qual era o nível de participação do grêmio estudantil na Cooperativa Educacional, no terceiro capítulo, o autor reflete sobre os movimentos estudantis na história do Brasil e sobre as leis e regimentos do grêmio estudantil.

Encerrando o grupo das pesquisas que contribuíram com um estudo de caso, Pouzas (2012), refletiu sobre como se dá a promoção do lazer dentro da escola pesquisada, concluindo que a participação por meio do grêmio estudantil é uma estratégia para promoção de eventos de lazer no interior da instituição de ensino que pesquisou.

Do grupo de teses e dissertações que trazem algumas reflexões sobre o grêmio estudantil, a partir do estudo sobre a gestão democrática, fazem parte as pesquisas de Carvalho (2012), Pereira (2012) e Lima (2012). Essas pesquisas se assemelham por não utilizarem o grêmio estudantil como objeto de pesquisa e sim como uma instância colegiada presente na gestão democrática e a partir disso trazem reflexões sobre o mesmo.

Na tese de Carvalho (2012) há uma reflexão sobre o papel da mediação do Conselho Estadual de Educação de Goiás e sua influência na gestão democrática das escolas públicas estaduais durante o período de 2003 a 2010. Nessa pesquisa, o autor não insere o grêmio estudantil como o objeto principal do estudo e sim faz uma discussão sobre a sua importância como um mecanismo de participação, juntamente com o Conselho Escolar, a eleição de gestores, a participação de professores, servidores administrativos e famílias.

Sobre a temática que envolve as instâncias colegiadas também se insere a dissertação de Pereira (2012). No entanto, a análise desse pesquisador, recai prioritariamente sobre o processo de eleição para a escolha do gestor de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Belém do Pará. O grêmio estudantil se insere na pesquisa na investigação sobre os limites e possibilidades da participação da comunidade na gestão da escola, por meio dele. O estudo sobre a gestão democrática também se apresentou na dissertação de Lima (2012). Nela foram estudados sobre Conselho Escolar e o Grêmio estudantil como mecanismos de participação em escolas da rede pública do Ceará.

Na pesquisa ao acervo digital das setenta e quatro universidades federais e estaduais, os oito trabalhos encontrados que trazem o grêmio estudantil como objeto de investigação ou abordam sobre o mesmo no decorrer da pesquisa, referem-se a sete dissertações e uma tese, as quais também foram categorizadas de acordo com a aproximação da temática que abordam.

Assim, Costa (2012), Scandolara (2014), Cardozo (2010), Pinto (2013), Martins (2010), Leles (2007), Skitnevsky (2008) apresentam um estudo de caso sobre o grêmio estudantil ou sobre instituições, sujeitos e políticas a ele relacionadas. Já a pesquisa de Carlos (2006) abordou sobre o grêmio e sua relação com a cidadania dentro da escola.

Integrando as pesquisas que foram categorizadas como estudos de caso, Costa (2012) em sua tese, investigou sobre as diferentes formas de participação estudantil na escola pública. Para isso, a autora pesquisou a avaliação institucional participativa em escolas municipais de Campinas- SP buscando compreender a percepção dos estudantes sobre questões referentes a participação na escola, por meio da observação dos espaços como o Conselho dos Estudantes e Grêmios estudantis.

A dissertação de Scandolara (2014) também apresenta um estudo de caso, mas seu objeto de análise é a página virtual do grêmio estudantil do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisadora teve como objetivo principal refletir sobre movimentos denominados de ciberativismos e como estes se interconectam com o grêmio estudantil.

Para investigar o papel do Conselho Diretor no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Cardozo (2010) analisou documentos e entrevistou os membros do

Conselho Diretor, do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Diretório Acadêmico e Grêmios Estudantil e Pinto (2013) buscando compreender o atual significado do Grêmios estudantil em uma escola confessional católica no Rio de Janeiro utilizou o conceito de política, relacionando este com as concepções de relação amigo-inimigo, estratégia de convivência e ação transformadora.

Buscando realizar um estudo sobre a participação dos jovens no Grêmios Estudantil em uma escola pública de Contagem na região metropolitana de Belo Horizonte, Martins (2010) analisou as diversificadas experiências participativas protagonizadas pelos jovens inseridos no grêmios estudantil, dentro e fora do espaço escolar e a dissertação de Leles (2007) analisou a participação estudantil em duas escolas da rede pública do Distrito Federal, buscando compreender como se dá a participação juvenil em diferentes espaços.

Finalizando o grupo de pesquisas que realizaram um estudo de caso, a dissertação de Skitnevsky (2008) investigou sobre como se dá as ações dos educadores em uma escola estadual da cidade de Santos, na elaboração e concretização de projetos desenvolvidos pela Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantil.

Do grupo de pesquisa que fazem uma abordagem entre grêmios estudantil e cidadania, Carlos (2006) em sua dissertação investigou, em quatro escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, a visão dos dirigentes dos grêmios estudantis sobre a finalidade do grêmios sua relação com os demais membros da escola: professores, gestores, pedagogos e demais alunos.

Em síntese, somando os trabalhos encontrados no Banco de teses e dissertações da CAPES e no acervo das principais universidades federais e estaduais, foram encontrados dezesseis pesquisas que abordam sobre o grêmios estudantil, mesmo que ligeiramente, ou fazem um estudo de caso sobre o mesmo. Destas, apenas cinco tratam do grêmios enquanto objeto de pesquisa e outras onze o trazem como um mecanismo de participação atrelado a gestão democrática e tecem algumas ligeiras discussões sobre ele no decorrer dos trabalhos.

Assim, analisando a contribuição das dissertações e teses que pesquisaram ou trazem em seus conteúdos reflexões sobre o grêmios estudantil, percebe-se que a proposta de pesquisa sobre a qual se insere a presente dissertação avança em

relação aos escritos já produzidos sobre o tema, pois a discussão dos grêmios estudantis sob a ótica da emancipação diferencia-se das demais pois traz como proposta analisar o objeto de pesquisa procurando desvelar os limites e possibilidades deste para o processo de emancipação.

A pesquisa aqui apresentada, propõe uma investigação com os grêmios estudantis que atuam junto às escolas de Ensino Médio, situadas em regiões de periferias da cidade de Ponta Grossa, PR. A escolha desses grêmios estudantis se justifica por compreender que são justamente nestas áreas, onde as contradições sociais são mais facilmente evidenciadas e efetivamente, nesses espaços se faz importante a construção coletiva de uma conscientização sobre a necessidade de uma práxis engajada com o propósito de findar as desigualdades e o consequente estabelecimento da emancipação humana.

Compreendo que falar sobre a emancipação é uma questão bastante complexa, pois se deve sempre considerar que embora a emancipação humana proponha o rompimento com as desigualdades presentes na sociedade do capital, a emancipação política é necessária no atual modelo de sociedade, pois pode contribuir para a leitura dos condicionantes presentes na sociedade do capital e então inspirar lutas comprometidas com a emancipação humana, conforme Marx (2010) considerou na obra “Sobre a questão judaica”.

E foram justamente as questões que envolvem a temática da emancipação que nortearam a pergunta de partida para a presente dissertação, a qual propõe investigar: Em que medida o grêmio estudantil enquanto órgão de representação discente pode contribuir para o processo de emancipação na atual sociedade capitalista?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os limites e as possibilidades do grêmio estudantil, para o processo de emancipação em comunidades de periferia da cidade de Ponta Grossa, PR. A partir deste objetivo surgiram questões que desencadearam os objetivos específicos:

- a) Contextualizar os movimentos estudantis brasileiros que antecederam os grêmios estudantis;
- b) Identificar os objetivos, explícitos ou não, que orientam as atividades e projetos desenvolvidos pelos grêmios estudantis;

- c) Explicitar as concepções que norteiam a organização da atuação discente em grêmios estudantis das realidades pesquisadas.

Utilizando o materialismo histórico e dialético como referencial teórico, a pesquisa, adotou como procedimentos metodológicos: entrevistas semiestruturadas com os alunos que presidem os seis grêmios estudantis que compõe a pesquisa e a análise dos livros atas das agremiações, dos documentos e manuais de autoria da SEED-PR e do Instituto Sou da Paz, os quais pretendem nortear as atividades dos grêmios estudantis. Algumas das questões que norteiam a pesquisa são:

- a) O grêmio estudantil tem autonomia dentro da escola para tomar suas decisões ou depende da aprovação de gestores, professores e pedagogos para que as mesmas sejam tomadas?
- b) Qual é o significado da participação no grêmio estudantil?
- c) Qual é o objetivo principal do engajamento discente no grêmio estudantil?
- d) Quais são as atividades desenvolvidas pelos grêmios estudantis?
- e) Quais são as estratégias utilizadas para ampliar a participação dos alunos nos grêmios estudantis?

Para tentar responder a esses questionamentos, foram utilizados como aporte teórico autores como: Gramsci (1978, 2004), Mandel (1979), Marx (2001, 2010) e Tonet (2005, 2010).

A escolha dos grêmios estudantis das escolas de periferia da cidade de Ponta Grossa, como objeto de estudo para esta dissertação teve a seguinte trajetória.

Partindo da informação disponibilizada pelo Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, que informou que das 50 escolas existentes na cidade, 27 possuíam grêmios estudantis oficialmente. Deste total, foram selecionados os grêmios compostos somente por alunos de Ensino Médio e com localização em regiões de periferia do município, o que nos fez chegar a um número de 7 agremiações. No entanto, com a pesquisa já em andamento, um dos grêmios foi desarticulado, possibilitando, assim, a investigação com seis grêmios estudantis.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado de “A participação estudantil no processo de transformação social brasileiro”, por meio do diálogo com o referencial teórico do Materialismo Histórico e

Dialético, analisa-se e problematiza-se a participação estudantil não apenas por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) ou da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), mas também em períodos anteriores a essas instituições de participação estudantil.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, cujo título é “As primeiras mobilizações estudantis”, são contextualizados os movimentos estudantis brasileiros que antecederam a formação de grêmios estudantis e também proposta uma análise sobre o caráter ideológico das primeiras mobilizações estudantis, já a partir do ano de 1710, ano que, de acordo com Poermer (1979), insere-se como o marco inicial da atuação juvenil no país.

Embora o referencial teórico que discorre sobre os movimentos estudantis brasileiros, antes da UNE, seja escasso, o capítulo se embasou nas pesquisas de Poermer (1979) e Mendes JR (1982), autores que discorrem sobre alguns dos episódios que envolvem a participação estudantil antes da década de 1930.

A segunda seção do mesmo capítulo, com o título de “A mobilização estudantil estruturada a partir da UNE” discorre sobre o movimento estudantil estruturado a partir dessa entidade nacional de representação dos estudantes universitários e da UBES. Também na mesma seção são problematizadas e identificadas as concepções políticas que nortearam a ação dos estudantes nos diferentes episódios que integram a história do movimento estudantil universitário e secundarista. Para isso, recorreu-se a pesquisas de Poermer (1979), Araújo (2007), Fávero (1995), Foracchi (1965), Tonet (2010), Marx (2010, 2013).

A terceira seção do primeiro capítulo recebeu o título de “A participação estudantil durante a Ditadura Militar”. Nela são apresentadas algumas considerações sobre a participação, as lutas e os embates protagonizados pelos estudantes no período em que os militares governaram o Brasil. Para tanto recorreu-se aos autores: Sanfelice (1986, 2008), Antunes (1983), Valle (1999), Araújo (2007), Mandel (1979), Fávero (1995), Netto (2014), entre outros.

A quarta seção que integra o primeiro capítulo refere-se a “ A estrutura atual do movimento estudantil”. Nela são esboçadas breves considerações sobre as instituições de representação estudantis nacionais, estaduais e municipais e a articulação que tais entidades mantêm com os grêmios estudantis das diferentes instituições de ensino.

O segundo capítulo recebeu como título: “ Direcionamentos para a atuação nos grêmios estudantis”. Ele está dividido em duas seções. Na primeira intitulada de “O grêmio estudantil e a legislação”, discorre-se sobre as leis nacionais e estaduais que regulamentam e amparam a organização discente nos grêmios estudantis. Para tanto, inicia-se a reflexão abordando sobre a Lei nº 6.680/79, que em plena ditadura militar garantiu a formação dos discentes em grêmios estudantis, desde que estes estivessem engajados em atividades com fins cívicos, culturais e desportivos. Posteriormente a esta, a Lei nº 7398/85, que ainda hoje vigora, instituiu sobre a criação de grêmios estudantis e os legitimou como entidades autônomas de representação dos estudantes.

Na legislação atual, outras leis ainda asseguram a organização e atuação dos estudantes em grêmios, como a Lei nº 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabelece a gestão democrática como um dos princípios e fins da educação nacional e por meio dela as instâncias colegiadas, dentre as quais o grêmio estudantil está incluso.

A segunda sessão desse capítulo intitulada de “Documentos orientadores para a atuação nos grêmios estudantis” discorre sobre as concepções e os direcionamentos propostos em alguns documentos de autoria da SEED-PR e da Instituto Sou da Paz, os quais pretendem nortear a atuação discente nos grêmios estudantis. Esta seção tem como objetivo promover um diálogo com o referencial teórico do materialismo histórico e dialético, e analisar as ideologias dos referidos materiais e como estas interferem em uma atuação juvenil comprometida com objetivos emancipadores. Para tanto diferencia-se a emancipação política e emancipação humana com a contribuição de Tonet (2010) e Marx (2010).

No terceiro capítulo intitulado de “ O grêmio estudantil nas escolas de periferia da cidade de Ponta Grossa” pretendeu-se responder a problematização proposta para a pesquisa: O grêmio estudantil contribui para a emancipação política ou humana na atual sociedade capitalista? Para tanto foram analisadas as entrevistas com os alunos presidentes dos grêmios estudantis, os manuais dos grêmios, as atas e a legislação que regulamentou a criação e a normatização desta instância de representação discente.

O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira intitulada de “Contradições e desigualdades nas periferias da cidade de Ponta Grossa, PR” procurou-se explicitar sobre o perfil sócio econômico das escolas e das comunidades em que se inserem os grêmios estudantis que integram essa pesquisa. Para isso foram utilizados alguns dados expostos nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e alguns dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), Gestão Estratégica do Ministério Público do Paraná (GEMPAR), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Plano Diretor da cidade de Ponta Grossa.

A segunda seção recebeu o título de “ A atuação dos grêmios pesquisados a partir das categorias de análise”. Nela foram elencadas algumas categorias utilizadas para a análise das entrevistas com os alunos que presidem os grêmios estudantis que integram a pesquisa. Dessa forma, a partir das categorias: a autonomia discente, os projetos desenvolvidos, o processo eleitoral e a emancipação política e emancipação humana, foram expostas as análises empíricas e refletindo se os grêmios analisados contribuem para o processo de emancipação na atual sociedade capitalista.

Por fim as considerações finais explicitaram que os seis grêmios estudantis pesquisados não contribuem para o processo de emancipação. Foi também evidenciado que os grêmios pesquisados precisam emancipar-se das relações de subordinação e tutelamento que vivenciam no interior da escola. No entanto, embora a prática discente esteja permeada tais relações, foi possível vislumbrar nos jovens um interesse em romper com a situação estabelecida e ampliar a participação da coletividade dos alunos junto aos grêmios estudantis em que atuam.

CAPÍTULO I

A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRO

A mobilização estudantil em torno de um ideal político e social integra acontecimentos que contribuíram para o desfecho de importantes episódios da história do nosso país, e embora ela se apresente de forma fragmentada e isolada em diversos momentos como será apresentado neste capítulo, sua discussão é importante uma vez que os jovens se constituíram em protagonistas ou coadjuvantes de diferentes enredos políticos do nosso país.

No entanto, uma análise mais profunda sobre a participação política do jovem brasileiro, por vezes, é dificultada pela escassez de referências que versam sobre o tema, já que as produções existentes na maioria dos casos tratam sobre o tema a partir da UNE (União Nacional dos Estudantes) e não discorrem sobre a atuação estudantil em movimentos coletivos ou até isolados em tempos anteriores.

Neste capítulo, analisarei alguns momentos importantes da atividade política juvenil, que antecederam os grêmios estudantis, abordando não apenas sobre a atuação dos jovens por meio da UNE ou da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), mas também sobre a sua participação, já a partir de 1710, data considerada por Poermer (1979) como o início da atuação juvenil no Brasil, refletindo sobre algumas das ideologias amarradas ao movimento estudantil em diferentes épocas.

1.1 AS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS

Poermer (1979) considera o ano de 1710 como o marco inicial ¹da atuação juvenil no Brasil. Neste ano, um grupo de franceses liderados pelo famoso corsário

¹ Embora Poermer (1979) considere o ano de 1710 como o início da atuação estudantil no Brasil, a mobilização dos jovens pode ser considerada anterior a referida data, pois em 1680 os “jovens pardos e mulatos foram proibidos de frequentar escolas superiores” (CAMARGO, 2005, p.15) sob a legação de que estes jovens não eram bons exemplos para os filhos das famílias brancas. Este episódio ocorreu na Bahia e foi denominado de “Questão dos moços pardos”. Opondo-se a tal proibição os jovens pardos e negros se mobilizaram e recorreram ao rei D. Pedro II que em 1689 “depois de muitos impasses e querelas jurídicas” (SANTOS, 2015, p. 6) permitiram a freqüência dos jovens pardos nos colégios metropolitanos. (NUNES, 2008).

Jean Francois Duclerc,² ao invadir o Rio de Janeiro³ são expulsos por cerca de quatrocentos ou quinhentos jovens que:

Desiguais nas armas como no vestuário, tinham se reunido a pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava a mão. Eram quase todos estudantes e antes que Duclerc desse o sinal de ataque já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente. Possuíam apenas uma ou outra espingarda. Por isso mesmo, apressavam o ataque, que se fez a arma branca, com uma bravura que os impelia o desespero. (POERMER, 1979, p. 49).

Nesta circunstância, a participação dos jovens brasileiros foi de grande destaque para a expulsão e prisão de Dulcres e sua tripulação. Liderados por Bento do Amaral Coutinho, os estudantes eram oriundos de conventos e colégios religiosos, já que neste período, ainda não havia universidades no Brasil. O ensino universitário era acessível apenas a uma pequena parcela da população que se referia aos herdeiros da aristocracia colonial que enviava seus filhos a Europa para cursar o ensino superior. (POERMER, 1979).

E mesmo a educação primária era de acesso limitado, pois de início ela estava nas mãos dos Jesuítas e, posteriormente, quando estes foram expulsos em 1759, o governo imperial ficou responsável pela oferta do ensino. No entanto, Carvalho (2009) denuncia que mesmo um século após a Independência, somente 16% da população era alfabetizada, o que era tido como natural, pois:

Não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de seus dependentes. Não era do interesse da administração colonial, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica. Não havia também motivação religiosa para se educar. A Igreja Católica não incentivava a leitura da bíblia. Na colônia, só se via mulher aprendendo a ler imagens de Sant'Ana mestra ensinando Nossa Senhora. (CARVALHO, 2009, p. 23).

Diante da conjuntura apresentada, julgamos que o episódio da expulsão do Conde Dulcres pode ser considerado como um episódio instintivo e particular naquele contexto histórico, já que a atuação estudantil organizada, buscando mudanças na ordem em vigor ainda não se fazia presente, e essa ausência é

² Em 19 de setembro de 1910, a frota de Carlos Dulcres, composta de seis navios e mil homens na tripulação, ao desembarcarem no Rio de Janeiro pelo Engenho Novo, foi atacada pelos estudantes e forças locais. Após ter perdido alguns de seus homens no combate, Dulcres retirou-se para o trapiche da cidade e entregou-se no dia seguinte. Meses mais tarde morreu assassinado. (ANDRADE, 1928).

³ No século XVIII o ouro convergia para o Rio de Janeiro através da Estrada Nova que dava acesso a cidade de Ouro Preto, o que despertou a cobiça de vários povos motivando invasões. (MARTINS, 2011)

justificada pelo fato de que a escola era acessível a apenas uma pequena parcela da população, conforme argumentado.

A reflexão sobre esta circunstância histórica revela que a maioria dos jovens permanecia excluídos dos direitos civis e políticos. A falta de conscientização sobre a existência de tais direitos por parte da população, neste período, é ilustrada por Carvalho (2009) ao abordar sobre a Constituição de 1824⁴, a qual regulou os direitos políticos definindo quem teria direito de votar:

Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária⁵. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral todos os que tivessem independência econômica. (CARVALHO, 2009, p. 29-30).

Ainda Carvalho (2009) contribui ilustrando sobre os detalhes das eleições.

A eleição era indireta, feita em dois turnos. No primeiro, os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios. Os eleitores, que deviam ter renda de 200 mil-réis, elegiam deputados e senadores. Os senadores eram eleitos em lista tríplice, da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência. Os senadores eram vitalícios, os deputados tinham um mandato de quatro anos, a não ser que a Câmara fosse dissolvida antes. Nos municípios, os vereadores e juizes de paz eram eleitos pelos votantes em um só turno. Os presidentes da província eram de nomeação do governo central. (CARVALHO, 2009, p. 30).

Mesmo vivenciando uma situação de exploração não se buscava uma mudança intensa no panorama social. Os movimentos de contestação neste momento histórico eram escassos e individuais.

No entanto, é possível observar alguns atos isolados em momentos anteriores que buscavam a superação da situação apresentada, como o acontecimento protagonizado pelo jovem estudante Joaquim Maia, em 1786, que juntamente com onze estudantes brasileiros, fundaram uma sociedade secreta, cujo objetivo era lutar pela Independência do Brasil. Esses estudantes motivados pela

⁴ A constituição de 1824 regeu o Brasil até o término da monarquia e estabeleceu os poderes Executivo, Legislativo o qual ficou dividido entre Senado e Câmara, Judiciário e ainda foi criado um quarto poder, o Moderador que atribuía a liberdade de nomeação de ministros de Estado pelo imperador. (CARVALHO, 2009).

⁵ A constituição de 1824 dispunha no capítulo VI art. 90 sobre as eleições primárias. De acordo com a mesma seriam feitas eleições para a escolha dos cidadãos que deveriam votar nas eleições para a escolha dos representantes políticos. (ARAÚJO, 2007).

Independência dos Estados Unidos de 1776 buscaram ajuda de Thomas Jefferson. (MENDES, JR, 1982).

Maia, utilizando o pseudônimo de “Vendeck” escreveu uma carta para Jefferson solicitando o apoio para a libertação do Brasil do jugo português e em seguida ao contato conseguiu uma reunião com o político americano, no entanto este:

[...] não quis se comprometer, nem ao seu governo, a dar qualquer ajuda a um possível movimento de independência do Brasil, embora deixasse implícito que os Estados Unidos veriam com bons olhos um governo autônomo em nosso país. (MENDES, JR, 1982, p. 16).

Este acontecimento é interpretado por Mendes Jr. (1982) como um evento particular e representa para o autor, a primeira fase de atuação juvenil em nosso país, pois é caracterizado pela inexistência de uma atuação organizada, já que a atividade política dos jovens, neste período é restrita e não pode ser caracterizada como um movimento. Mas, o autor considera este episódio importante, pois influenciou a Inconfidência Mineira⁶, já que do grupo de estudantes liderados por Maia, fez parte um jovem que dela foi um dos protagonistas.

Trata-se do aluno de Química da Universidade de Coimbra, José Alvares Maciel, que descontente com a exploração colonial portuguesa, juntamente com Tiradentes, articularam um plano de luta pela Independência. Mas, Mendes Jr (1982) deixa claro que é importante esclarecer que a luta estudantil, neste período, tinha objetivos muito limitados, pois a sociedade escravista, típica do cenário brasileiro até o final do século XIX, barrava as aspirações pela libertação dos escravos utilizando a argumentação de que a Abolição seria prejudicial para a economia, pois tanto as

⁶ Em 1788 o Visconde de Barbacena aplica o alvará de dezembro de 1750 que instituía que Minas deveria pagar 100 arrobas em ouro por ano a coroa e caso não fosse alcançada a cota estipulada seria cobrada a derrama o que equivaleria a um imposto extra a ser pago por toda a sociedade até completar o total de 100 arrobas. No ano de 1788, reuniram-se José Alvares Maciel, Joaquim José da Silva Xavier, Alvarenga Peixoto, Padre Oliveira Rolim, alguns mineradores e até traficantes de diamantes e escravos que decidiram por uma revolução no dia em que fosse decretada a derrama. Os planos incluíam o projeto de fundação em Minas de uma república autossuficiente tendo como sede a cidade de São João Del Rei, mas o plano se desarticulou e, em 1789, Joaquim Silvério dos Reis denunciou o projeto tendo como pretensão receber em troca a quitação de suas dívidas. Na sequência todos os acusados formam presos e assim permaneceram por três anos. Alvarenga Peixoto, José Alvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Pisa, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Francisco de Paula Freire de Andrade e Domingos de Abreu Vieira foram exilados em Angola e somente Joaquim José da Silva Xavier teve a sentença de morte mantida e executada. (BUENO, 2003).

propriedades rurais quanto a mineração ficariam desprovidas de trabalhadores. (MENDES JR, 1982).

A mobilização estudantil que remonta o final do Império Colonial e início do Império possui um caráter não somente individual como afirmou Mendes Jr (1982), mas também pode ser caracterizada por representar as aspirações de um ideal de sociedade almejado pela classe dominante e isso é explicado pelo fato de que esta classe deixou evidente, por meio dos estudantes, o seu descontentamento frente à exploração colonial portuguesa.

Esse descontentamento era evidenciado por meio da atividade política estudantil universitária, a qual era pouco intensa, uma vez que o acesso à universidade era reservado a uma minoria privilegiada de filhos de homens livres e proprietários com condições financeiras para enviar seus filhos à Europa para concluir seus estudos, logo, estes representavam e lutavam pelos ideais da classe social da qual eram oriundos.

Somente no ano de 1808 foram criadas por D. João VI, em São Paulo e Olinda, as primeiras universidades brasileiras. A escolha dessas cidades justifica-se pelo fato de que Olinda era considerada o centro da economia do açúcar e São Paulo um centro de hegemonia política do Sul, o que de acordo com Poermer (1979), tranquilizava os senhores de engenho de Pernambuco e os fazendeiros de São Paulo, pois estes se preocupavam com “a influência das doutrinas exóticas irradiadas pelos centros culturais europeus sobre seus filhos”. (p. 57).

Nesse contexto, além do propósito econômico que norteou a escolha pela localização das primeiras universidades brasileiras, houve também a preocupação em afastar o contato com as ideologias disseminadas nos centros educacionais da Europa, já que a convivência com os ideais abolicionistas era prejudicial para a prosperidade econômica dos grandes proprietários e senhores de escravos.

E foram justamente os ideais Abolicionistas juntamente com a luta pela República, que integraram os objetivos que deram sustentação à atividade política estudantil organizada de forma coletiva, a qual pode ser compreendida como uma “mobilização de massas” (MENDES JR, 1982, p. 23), originando as chamadas “Sociedades acadêmicas” ou “Clubes acadêmicos”.

No entanto, os Clubes Acadêmicos deram maior ênfase à atividade literária do que para uma atuação política dos jovens e, somente a partir de 1870, com a

propagação da Campanha Abolicionista⁷ houve o envolvimento dos jovens em campanhas pela libertação dos escravos, o que serviu como motivação para o surgimento de outros clubes acadêmicos como: a Libertadora da Escola de Medicina, a Libertadora da Escola Militar, com sedes no Rio de Janeiro, a Emancipadora Acadêmica, sediada em São Paulo e o Clube Republicano Acadêmico em Recife. (MENDES JR, 1982).

Estes Clubes abolicionistas projetaram importantes nomes que figuravam na política nacional como: Clóvis Bevilacqua, Pinheiro Machado, Borges Medeiros, Júlio Mesquita, Júlio de Castilhos, Luís Pires, Afonso Celso Filho e Euclides da Cunha, e também projetou vários estudantes como Raul Pompéia, por exemplo, que não se limitou apenas a escrever artigos que explicitavam seu posicionamento contrário a escravidão, como também, se engajou no grupo “Os Caifazes”, auxiliando no planejamento e execução de fugas de escravos no interior de São Paulo. (MENDES JR, 1982, p. 25).

O ideário abolicionista esteve também explícito na poesia que se tornou “socialmente participante”, sendo representada por nomes como Castro Alves e Tobias Barreto que “assumiram posições cada vez mais divergentes das que defendia o Governo” (POERMER, 1979, p. 60) e por meio de escritos, debates e conferências denunciaram à sociedade os horrores e inconvenientes do sistema escravista.

A luta pela abolição converteu-se como o pano de fundo para a atividade dos jovens que, valendo-se de diferentes estratégias não apenas denunciaram o regime escravo, mas também se inseriram nesta luta, fato este que imprimiu no movimento estudantil um caráter de coletividade caracterizando-o como um movimento comprometido com uma perspectiva de sociedade.

A perspectiva de sociedade pelo qual lutavam os jovens que almejavam abolição da escravatura inseria-se como um interesse não expresso na bandeira de lutas dos jovens neste contexto histórico, uma vez que, estes estudantes sendo oriundos dos grupos dominantes, os quais após a Independência do Brasil em 1822,

⁷ O Movimento Abolicionista atinge uma proporção nacional, de acordo com Calmon (2002), “desceu do alto para as ruas, e também subiu do povo para o trono”. Poetas, como Castro Alves e jornalistas, defendiam ideais abolicionistas em diversos escritos. No país, propagam-se diversas Organizações emancipacionistas, no entanto, São Paulo torna-se o principal centro de atividade contra a escravidão. Somente em 13 de maio de 1888 é que a escravidão foi abolida. (CALMON, 2002 p. 255-261)

já conviviam com alguns acordos estabelecidos entre Brasil e Inglaterra pretendendo finalizar o tráfico de escravos.

Dentre os referidos acordos que propunham interromper o tráfico negro, fazem parte o de 1827, 1831 e o de 1846, chamado de Bill Ardeen, o qual autorizava a marinha inglesa a julgar e apreender os navios que burlassem as determinações da Inglaterra. No entanto, somente no ano de 1850 a proibição do tráfico de escravos foi respeitada, por meio da Lei de Eusébio de Queiroz. (FAUSTO, 2001).

Dessa forma, em 1870, ano do início da Campanha Abolicionista, o tráfico negro externo já estava extinto e parte dos grupos que dominavam economicamente defendiam projetos de modernização e prosperidade econômica do país, pois de acordo com as pesquisas de Fausto (2001), em 1850 foi aprovado o primeiro Código Comercial, o qual “definiu os tipos de Companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações”. (p. 108).

O fim da importação de escravos gerou uma intensa atividade comercial, pois houve o aumento das rendas governamentais, com a elevação das taxas para produtos importados, contribuindo para o surgimento de bancos e indústrias. Houve também a modernização do sistema de transportes, construção de estradas de ferro, facilitando o fluxo de mercadorias de exportação. (FAUSTO, 2001).

Na argumentação proposta revelam-se os interesses não expressos presentes na luta pela abolição, uma vez que o sistema escravista certamente significaria um entrave para a modernização do país e nesse caso seria necessário libertar os negros e transformá-los em homens livres, consumidores e mão de obra comprometida com o desenvolvimento do país.

O anseio pela abolição não foi o único objetivo presente na bandeira das reivindicações juvenis. Os estudantes protagonizaram outros eventos como a “Revolta do Vintém⁸”, a qual contestou a elevação dos preços das passagens de bondes no Rio de Janeiro, em 1879. No entanto, este período histórico é dotado de certa obscuridade, evidenciada nas divergências ideológicas, presentes nos dois grupos que se articularam para a derrocada do império: os militares e os civis, os

⁸ O imposto do Vintém foi instituído em dezembro de 1879 e propunha a cobrança de um vintém sobre o valor das passagens dos bondes no Rio de Janeiro e a Companhia Botanical Gardem prevendo a recusa por parte da população em aceitar tal medida propôs que a cobrança fosse repassada pelas empresas de transporte, de acordo com o fluxo de passageiros e somente mais tarde seria transferido para os usuários. Ocorre que tais empresas se recusaram a adotar tal proposta e a solução do governo foi cobrar este tributo diretamente da população usuária do transporte coletivo. (JESUS, 2006).

quais eram motivados por filosofias conflitantes, que se dividiam entre positivistas, republicanos radicais e monarquistas. (MENDES JR, 1982, p. 26).

Após a abolição do regime escravocrata houve um período de estagnação na atuação juvenil, o que de acordo com Poermer (1979) é explicado pelo fato de que os estudantes desconheciam a real situação econômica do país. O autor ressalta que os jovens da época ignoravam as dívidas que o Brasil possuía decorrentes dos empréstimos feitos pelo recém-deposto governo imperial e “a impressão dominante era que os males brasileiros haviam sido resolvidos com a implantação da República”. (p. 67).

O fraco ativismo dos jovens universitários não imprimiu a característica de passividade nos jovens daquele contexto, pois a juventude militar⁹ engajou-se num movimento de apoio a Floriano Peixoto, movimento este denominado de florianismo, que influenciou com os mesmos ideais a juventude civil que também se engajou na luta contra a Revolta Armada¹⁰.

Assim encontramos os estudantes cariocas defendendo, justamente com os cadetes da escola militar o Marechal Floriano Peixoto, encarado como o símbolo da República, contra os monarquistas do Almirante Custódio de Melo, durante a Revolta Armada de 1894. (MENDES JR, 1982, p. 26).

Em 1909 o ativismo estudantil teve como pano de fundo um crime cometido pela polícia, o qual tirou a vida de dois estudantes, episódio este intitulado de Primavera de Sangue. Este crime serviu como motivação não apenas para intensificar os protestos em repúdio a violência policial, mas também para reafirmar o apoio dos estudantes a Campanha Civilista de Rui Barbosa. (Poermer, 1979, p. 70-93).

Por ocasião da chegada da estação da primavera, em setembro de 1909, os estudantes de muitas capitais latino-americanas celebravam a data simultaneamente e procuravam sempre aproveitar a ocasião para associarem algum tipo de protesto. Naquele ano, os acadêmicos cariocas organizaram uma passeata que ganhou um colorido diferente com o enterro

⁹ Poermer (1979) compreende a juventude militar por cadetes do exército que participavam ativamente de campanhas que culminaram com a República.

¹⁰ A marinha brasileira assumiu claramente um posicionamento monarquista. Os almirantes Custódio de Melo e Saldanha Gama eram monarquistas assumidos. Em novembro de 1891 Custódio de Melo conseguiu depor o Marechal Fonseca e o vice Floriano Peixoto assume posse, no entanto dois anos mais tarde Custódio de Melo em conluio com Saldanha Gama lidera uma tentativa de depor Floriano, eclodindo dessa forma, a Revolta Armada em 6 de setembro de 1893, tendo como objetivo principal a restauração do império. A Revolta Armada terminou em 13 de março de 1894 com a derrota dos monarquistas. (BUENO, 2003).

político do general Antônio Geraldo de Souza Aguiar, comandante da força policial do Distrito Federal. A manifestação terminou com o saldo de duas vítimas fatais, daí a alusão ao sangue, com o qual o episódio ficou consagrado. (BORGES, 2011 p. 117).

A “Primavera de Sangue” edificou-se como um acontecimento que novamente deu sentido político a participação estudantil, pois a partir da mesma desencadeou-se uma onda de protestos contra a violência, e conforme afirma Mendes Jr (1982, p.28), ela revelou uma “certa aversão a farda”. Contudo, embora essas manifestações tivessem um caráter intenso, neste período considera-se pequena a participação política estudantil, o que mudou de configuração somente em 1914, com a deflagração da I Guerra Mundial. (POERMER, 1979).

No episódio da I Guerra, o posicionamento estudantil favorável aos países aliados influenciou na criação da Liga Nacionalista e da Liga de Defesa Nacional, as quais foram as responsáveis não apenas pela difusão de um nacionalismo extremo, como também pelo aumento do engajamento político dos estudantes, que empreenderam campanhas pelo serviço militar obrigatório, como parte de uma estratégia para angariar jovens na luta durante a guerra. (POERMER, 1979).

Olavo Bilac foi um grande defensor da Liga Nacionalista. Por meio dela, Bilac difundiu mensagens de patriotismo, que atingiram, sobretudo, os jovens e como afirma Poermer (1979, p. 49) “na oração aos moços, proferida ante aos acadêmicos de Direito, Bilac lançou todos os seus recursos de poeta e orador”. Esse discurso foi de grande influência para que os estudantes se alistassem voluntariamente no exército.

A Liga Nacionalista se utilizando de comícios, passeatas e atos públicos, explicitou seu apoio a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), empreendeu campanhas para que o Brasil ingressasse na guerra e também reivindicou o voto secreto, por exemplo, fato este que preocupou as autoridades políticas, sobretudo de São Paulo, pois a política do Café com leite¹¹ só era possível graças às fraudes nas eleições e ao voto aberto. (MENDES JR, 1982).

Na tentativa de neutralizar as ações da Liga Nacionalista, o então governador de São Paulo, Altino Arantes e o presidente da república Venceslau Brás, em 1918, lançaram um decreto sugerindo que os estudantes não precisariam realizar os exames finais, uma vez que estes estiveram envolvidos na campanha

¹¹ A política do café com leite refere-se ao nome dado a uma aliança entre São Paulo e Minas Gerais (produtores de café e leite) para o comando da política nacional. (FAUSTO, 2006).

pelo combate e prevenção da gripe espanhola. Mas esse decreto acabou ofendendo Frederico Steidel, presidente da Liga, que instruiu os estudantes a recusarem a proposta do governo, fato este que provocou a dispersão do Movimento e o posterior fechamento da Liga Nacionalista, pois alguns estudantes aceitaram a cortesia de Venceslau Brás. (MENDES JR, 1982).

Os projetos desenvolvidos pela Liga Nacionalista, embora tenham sido responsáveis pelo aumento da atividade estudantil, também podem ser caracterizados como reformistas, uma vez que os estudantes inseridos na Liga, não denunciavam os problemas decorrentes da exploração econômica de uma classe sobre a outra, ao contrário ao exaltar ideais nacionalistas resumiam as mazelas da sociedade ao fraco nacionalismo, como o próprio Bilac enfatizou que um dos grandes defeitos da pátria era “a ausência de formação cívica e a defesa precária do país” (POERMER, 1979, p. 99).

Hobsbawm (2013) ao discorrer que o nacionalismo é utilizado como um artifício para o fortalecimento de uma ideologia que legitima um determinado grupo político ou social argumenta que o poder de convencimento que as concepções nacionalistas produzem nos sujeitos, mesmo que estes pertençam a grupos ou classes sociais distintas, contribui para uma dupla perspectiva: o reconhecimento de todos “como membros da coletividade e da comunidade” e para a compreensão de que os outros são “estrangeiros” (p. 69).

Portanto, ao defender que o nacionalismo seria um dos caminhos para a verdadeira transformação da sociedade, a Liga Nacionalista almejava com tal discurso atingir as diferentes classes sociais, no entanto, não pleiteava a superação da exploração de uma classe sobre a outra, ao contrário, a ideologia nacionalista conforme expõe Almeida (2014) é utilizada um recurso para a reprodução dos interesses particulares da classe dominante.

É claro que não podemos desconsiderar lutas importantes empreendidas pelos estudantes e pela Liga Nacionalista como o voto secreto, por exemplo, o que se chocava com os interesses imediatos da elite que se acostumou a comandar o país, mas devemos considerar que suas atividades poderiam preconizar mais do que pequenas reformas e sim apontar caminhos para a eliminação das desigualdades presentes naquele momento histórico, contribuindo, dessa forma, para a formação de uma consciência que decodificasse as contradições sociais.

Na década de 1930 o movimento estudantil iniciou uma nova fase com a criação de uma organização secreta (MMDC); a qual imprimiu um caráter coletivo ao movimento, conforme discutiremos posteriormente. No entanto, embora os estudantes protagonizassem lutas que contribuíram para o delineamento da história política do Brasil, ainda continuam defendendo propostas de cunho reformista e excluindo a possibilidade de um real processo revolucionário em parceria com as demais classes sociais.

Em 1932, na Revolução Constitucionalista a participação estudantil “representou a primeira prova de fogo a que foi submetido o poder de Getúlio Vargas nos seus quinze anos de governo” (MENDES JR, 1982, p.28), uma vez que neste momento, os estudantes voltaram a participar das manifestações engajados na Frente Única anti-getulista, apoiando uma campanha pelas eleições para uma Assembleia Constituinte. (MENDES JR, 1982).

Para isso, utilizaram-se de comícios, manifestações e envolveram-se em episódios conflituosos e até trágicos como o ocorrido no dia 24 de maio de 1932, data em que quatro estudantes morreram: Miraguaia, Martins, Dráuzio e Cargo, cujas iniciais MMDC correspondeu a uma importante organização civil clandestina que dentre outras atividades, oferecia treinamento militar voluntário para o Movimento Constitucionalista. (MENDES JR, 1982, p. 33).

Sobre a MMDC, Poermer (1979) afirma:

Ela não só recrutava e arregimentava os civis paulistas para a guerra, como também, através de seus serviços auxiliares, tratava de toda a parte logística, provendo os soldados de munições, suprimentos e agasalhos, durante o tempo em que transcorreu a luta armada. Coube a ela, ainda a instrução militar dos milicianos improvisados. Em 9 de julho quando o alto comando paulista resolveu precipitar a eclosão da guerra, o fez em grande parte fiado no trabalho já então realizado da MMDC, símbolo mais autêntico da participação dos estudantes em São Paulo no Movimento Constitucionalista. (POERMER, 1979, p. 112).

A MMDC representou, portanto, a gênese do caráter coletivo do movimento estudantil, uma vez que mesmo agindo clandestinamente, agregou objetivos em torno do movimento, imprimindo personalidade a causa estudantil e, sobretudo, atuando de forma organizada, propiciando dessa forma a continuidade do movimento estudantil.

Embora a MMDC tenha representado a gênese do caráter coletivo do movimento estudantil, Mendes Jr. (1982) considera como “a mais importante fase do

movimento estudantil”, atuação da UNE, uma vez que ela representa uma “fase de atuação organizada” em que os estudantes são mobilizados e organizados em nível nacional. (MENDES JR, 1982, p. 33-37).

Mas, antes de iniciar a reflexão sobre a participação estudantil sistematizada por meio da UNE, faz-se necessário buscar a compreensão de como era o acesso à educação na década de 1930, assim como, quais eram as características do ensino e quais foram as estratégias do governo para a sua democratização.

Na década de 1930, a educação tornou-se preocupação do governo. A intenção era ampliar o seu acesso de maneira que se formasse uma nova elite, “intelectualmente mais bem preparada”. (FAUSTO, 2006, p. 337).

Buscava-se ampliar a alfabetização principalmente dos imigrantes. Várias estratégias de reestruturação educacional foram se desenvolvendo ao longo do Brasil e todas tinham como objetivo central englobar a totalidade do país num único modelo de ensino e, diante desse norte, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde. (FAUSTO, 1994).

No entanto, embora sejam observadas mudanças e estratégias de remodelamento educacional, o ensino já neste período foi utilizado como um canal de propagação de ideologias, pois o governo procurou difundir por meio da escola valores hierárquicos e conservadores que valorizavam uma cultura voltada para a reafirmação do catolicismo, procurando atender aos anseios de uma elite que se dividia entre os representantes dos setores liberais e da Igreja Católica. (FAUSTO, 1994).

Destarte, a educação já neste período é utilizada como uma estratégia ideológica e, à medida que o Estado ou a Igreja pretendiam formar os jovens em um mesmo modelo educacional, ampliou-se a possibilidade da difusão de valores, opiniões e maneiras de interpretar a realidade de modo a inibir qualquer reflexão crítica acerca do real.

As concepções para a educação eram expressas em ideologias distintas reveladas nos projetos da Igreja Católica, com a qual Vargas demonstrava simpatizar, e que defendiam uma educação com ênfase no ensino religioso tanto nas escolas públicas como nas particulares, propondo também uma instrução diferenciada para ambos os sexos, pois segundo sua concepção religiosa, homens e mulheres não teriam a necessidade de receber os mesmos ensinamentos, uma vez

que desempenhariam diferentes funções na sociedade. A mulher caberia somente aprender não mais que o necessário para uma boa administração do lar, ser uma boa mãe e esposa. (FAUSTO, 2006).

A educação nesse período, conforme argumentou Cunha (2000) foi organizada em benefício das elites dirigentes, uma vez que contribuía para a ampliação da dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ao propor um ensino técnico para a classe trabalhadora, dificultando o acesso a universidade por meio de projetos e leis governamentais.

Já em 1931, por meio do Decreto nº 20.158, Vargas colocou em vigor reformas para o ensino secundário instituindo que:

Para os portadores de certificados de conclusão da escola primária havia, no ensino comercial, a possibilidade de ingresso no curso auxiliar de Comércio (dois anos), ou no curso propedêutico (três anos), compreendendo as seguintes modalidades: secretário, guarda-livros, administradores-vendedor, atuário e perito-contador. (CUNHA 2000, p. 22).

Seguindo o padrão de uma proposta educacional comprometida com o ensino dos ofícios, as empresas ferroviárias dispunham de escolas profissionais para a formação de trabalhadores. Em 1938, o Ministério da Educação lançou um projeto propondo a criação de escolas de aprendizes industriais, instituições estas que eram mantidas por empresas que teriam a obrigatoriedade de atender jovens aprendizes com idades entre 14 e 18 anos. (CUNHA, 2000).

Com a lei orgânica do ensino industrial em 1941, criou-se o SENAI e com o Decreto nº 4078 de 30 junho de 1942, o ensino profissional foi direcionado para o ensino secundário, sendo que este tinha uma dupla função que era ou preparar para o ensino superior ou para a formação de mão de obra assalariada. Assim, o ensino agrícola, o ensino industrial, o ensino comercial e o ensino normal formavam profissionais para os setores primário, secundário, terciário. O ingresso na universidade dependia da conclusão de tais cursos. (CUNHA 2000).

A aprovação no vestibular era outro requisito para o ingresso no ensino superior, no entanto isto não era o suficiente, pois a conclusão do ensino médio e a realização de provas de idoneidade moral engrossavam a lista de exigências para a o acesso à universidade que eram pagas, conforme destaca Cunha (1982).

Os cursos eram pagos, mesmo nos estabelecimentos oficiais, continuando a tradição já secular no ensino superior brasileiro. Pagava-se taxa de

inscrição em exame vestibular, matrícula em cada ano, taxa por cadeira, disciplina e por período (semestre), inscrição em exame, certificado de exame, guia de transferência, certidão de frequência, diploma. (CUNHA, 1982, p. 16).

Foram sobre as bases de um ensino direcionado para a perpetuação de uma ideologia que reforçava a dualidade estrutural da sociedade, que se formaram os jovens atuantes no Movimento estudantil, pois conforme refletimos, neste período, embora sejam identificadas reformas na educação básica e também no ensino superior com a criação de novas universidades como a Universidade de São Paulo (USP), inaugurada em 1931, a Universidade do Distrito Federal em 1935 e a Universidade do Rio de Janeiro em 1937, essas mudanças são estrategicamente pensadas para o atendimento dos anseios da classe que estava representada ora pelos representantes do catolicismo, ora pelos representantes dos setores liberais. (FAUSTO, 2006).

Os direcionamentos políticos para a educação, nesse contexto, engrossavam as estratégias que dificultavam para que a classe trabalhadora superasse a condição de exploração e subserviência frente às ideologias impostas pela classe dominante que pautava suas ações com o propósito de inibir um pensamento crítico que colocasse em xeque o modelo de sociedade ali apresentado. Foram sobre essas concepções que se estabeleceu o movimento estudantil, por meio da UNE, conforme abordaremos na próxima seção.

1.2 A MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL ESTRUTURADA A PARTIR DA UNE

Com a UNE, os estudantes passaram atuar coletivamente, unificando ideias, projetos e objetivos. Essa entidade de representação discente buscou a ampliação não apenas dos direitos estudantis, mas também da coletividade social.

Mas para a compreensão sobre as concepções que nortearam sua ação exige-se cuidadosa análise acerca das interferências ideológicas que predominaram no movimento durante determinado contexto, assim como torna-se igualmente importante a reflexão sobre o modelo de sociedade idealizado pelo movimento estudantil.

O movimento estudantil estruturado a partir da UNE, pode ser compreendido como dotado de certa complexidade ideológica¹², revelada em diferentes momentos ao longo de sua história, entretanto devemos considerar como coerente a argumentação de Poermer (1979) ao afirmar que a UNE representa um divisor de águas no movimento estudantil brasileiro, pois os movimentos anteriores a ela eram transitórios, regionais e não agregavam a coletividade dos estudantes.

Algumas divergências ideológicas marcaram a atuação dos estudantes na UNE, no entanto, tais divergências não desqualificam o movimento estudantil realizado pelos universitários. Ao contrário, consideramos que o movimento estudantil foi essencialmente importante não apenas para a conquista e ampliação dos direitos sociais, mas também foi um exemplo de união, força, luta e resistência no confronto com aqueles que imperavam o domínio econômico e ideológico.

Dentre as divergências ideológicas que integraram o movimento estudantil, pode-se citar o I Conselho Nacional dos Estudantes, realizado em 1937, na cidade do Rio de Janeiro. Este evento tinha como objetivo traçar algumas propostas para a criação de uma entidade nacional de representação estudantil, no entanto, nele foi proibida a discussão sobre temas de cunho político. Fato este que conforme explicitaram as entrevistas realizadas por Araújo (2007), com antigos militantes da UNE, serviu como justificativa para que os mesmos não considerassem a data acima mencionada como ano de criação da UNE. (ARAÚJO, 2007).

A proibição da discussão sobre temas políticos no I Conselho Nacional dos Estudantes teve como justificativa o fato de que o então ministro da educação Gustavo Capanema apoiando o projeto de criação de uma entidade nacional de representação estudantil sob a tutela do Estado Novo instalou o evento na Casa do Estudante¹³. (ARAÚJO, 2007).

¹² O movimento estudantil realizado pela UNE foi permeado por diferentes concepções ideológicas. Cunha (1982) expõe que os estudantes universitários por meio da UNE defendiam mudanças na estrutura social e política brasileira, no entanto não atacavam o capitalismo e defendiam o desenvolvimento econômico. O autor ainda ressalta que durante a sua história, a UNE esteve sob o comando de “diferentes correntes políticas” (p. 19) que oscilavam entre o nacionalismo, reformismo e socialismo. Sanfelice (2008) igualmente contribui com a argumentação expondo que a pesquisa que realizou analisando documentos da UNE, evidenciou “uma mistura de concepções socialistas, comunistas, católicos da juventude universitária católica e da Ação Popular”. (p.65).

¹³ A Casa do Estudante do Brasil era uma entidade beneficente de ajuda aos estudantes carentes. Essa entidade sediava um restaurante popular muito frequentado tanto por jovens estudantes sem recursos como também por outras pessoas que se faziam passar por estudantes. Vargas contribuía com a manutenção dessa casa empregando nela recursos federais. (ARAÚJO, 2007, p. 27).

[...] o objetivo do apoio ministerial era, justamente a criação de uma entidade despolitizada que permitisse o controle, por parte do governo, dos estudantes. E por isso mesmo muitos militantes da UNE daquela época recusam a data de 1937 e elegend o ano de 1938 como ano de fundação da entidade. (ARAÚJO, 2007, p. 24).

No dia 5 de dezembro de 1938, foi realizado o II Conselho Nacional dos Estudantes, o qual foi reconhecido por antigos militantes da UNE como o evento que originou esta entidade representação dos estudantes, já que em oposição ao I Conselho, neste os jovens debateram sobre temas sociais e políticos. (ARAÚJO, 2007).

No dia 22 de dezembro do mesmo ano, na segunda assembleia do Conselho Nacional dos Estudantes, foi aprovado o estatuto de funcionamento da UNE e também apresentado um plano de Reforma Educacional e sugestões de reformas sociais buscando soluções para a educação, uma vez que a UNE compreendia que o estudante brasileiro era dotado de pobreza financeira, moral e intelectual. (FÁVERO 1995).

A fase inicial da UNE ainda é marcada por outras divergências ideológicas, já que os estudantes ao elegerem para a sua liderança o socialista Roberto Gusmão, conforme abordado adiante, posicionaram-se assim como um grupo de esquerda, no entanto em contradição com a filosofia emancipatória do socialismo defenderam algumas propostas que expressavam o nacionalismo, contribuindo dessa forma, para a legitimação de alguns aspectos que caracterizam a emancipação política.

Os limites da emancipação política são amplamente discutidos em Marx (2010), no texto “Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”, publicado em 1844. Nele Marx (2010) afirmou que “O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política” (MARX, 2010 p.62), demonstrando, assim com esta argumentação que a política não elimina os males sociais, ao contrário, ela limita-se a remediá-los não buscando a superação dos mesmos, pois isto implicaria na derrota da própria política. (TONET, 2010, p. 16).

Dessa forma o “intelecto político é a expressão teórica da perspectiva da classe burguesa” (TONET, 2010, p. 16), o que implica em afirmar que a política se compromete com projetos que visam à conservação da sociedade de classes. Tais projetos de caráter reformistas buscam apenas uma solução temporária ou medidas

paliativas para os males sociais, ou seja, o rompimento com as desigualdades de classes nunca é considerado como uma real possibilidade.

A consequência teórica desse fundamento metodológico equivocado é que a raiz dos males sociais é a busca em todos os lugares, menos onde ela efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca a revolução. (TONET, 2010, p. 17).

No contexto político, a oposição ideológica entre a UNE e o Estado Novo¹⁴, não eliminou do Movimento Estudantil o comprometimento com a emancipação política e isso ficou evidente em diferentes episódios da história do movimento estudantil, como por exemplo, no ano de 1942 na campanha contra os países que formavam o Eixo¹⁵ na Segunda Guerra Mundial, com o qual Vargas demonstrava simpatizar, mas os estudantes em oposição ao governo exigiram um posicionamento de Vargas em favor dos países Aliados¹⁶. (ARAÚJO, 2007).

A luta dos estudantes contra o nazi-fascismo não se limitou apenas a participação em passeatas e protestos. Mesmo depois de Vargas ter se pronunciado em favor dos aliados, especialmente dos Estados Unidos, os estudantes empenharam-se na “Campanha Universitária Pró Bônus de Guerra”, inaugurada em 28 de janeiro de 1943, no “Congresso Estudantil de Poesia de Guerra”, cuja comissão julgadora foi composta por nomes como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Murilo Mendes. (POERMER, 1979, p. 168).

Os anos de 1944 e 1945 são marcados por uma divisão no Movimento Estudantil, o que de acordo com Mendes Jr. (1982), foi provocada devido a Campanha pela Anistia, que libertou alguns líderes comunistas, como Luís Carlos Prestes, por exemplo, o qual apoiou publicamente a permanência de Vargas no poder desde que fosse convocada uma Assembleia Constituinte eleita livremente. Ocorre que, a maioria dos estudantes rejeitou esta proposta e decretou o seu apoio

¹⁴ Em 1938, embora já tivessem sido lançados os nomes de Armando Sales de Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado para as eleições presidenciais, Vargas não demonstrava interesse em deixar o governo, já que nenhuma das três candidaturas pode contar com o seu apoio. O surgimento do Plano Cohen representou um pretexto para Vargas dar um golpe de Estado. Esse plano na verdade era uma história fictícia a ser publicada em um folhetim, com o objetivo de mostrar como seria uma revolução comunista e como os integralistas agiriam diante dela. Ocorreu que esta história fantasiosa foi tratada como realidade sendo amplamente explorada pela mídia. Diante da mesma o Congresso ficou em estado de guerra e em 10 de novembro de 1937, Vargas iniciou a ditadura do Estado Novo, o qual contou com o apoio das elites e dos industriais, já que Vargas considerava a industrialização como um caminho para o fortalecimento econômico do Brasil. (FAUSTO, 2001, p. 199-200).

¹⁵ Alemanha, Itália e Japão.

¹⁶ Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética.

a União Democrática Nacional (UDN) e ao seu candidato à presidência, Brigadeiro Eduardo Gomes. No entanto, este apoio não perdurou por muito tempo já que a UNE repudiou os atos reacionários da UDN e os estudantes, então, voltaram os olhos para o Partido Socialista (PSB). (MENDES JR, 1982).

Esse apoio se torna ainda mais explícito no ano de 1947, quando a UNE elegeu para a sua presidência o socialista Roberto Gusmão, que tendo como lema a defesa do “patrimônio territorial e econômico do país”, estimulou os estudantes para o engajamento em campanhas pela criação da Petrobrás como forma de proteger as riquezas brasileiras. (FÁVERO, 1995, p. 22).

A campanha “O Petróleo é nosso” foi considerada o “maior movimento de opinião pública já registrado na história do Brasil”, (POERMER, 1979, p. 179), e contou com a participação de diferentes setores da sociedade brasileira como intelectuais, artistas e escritores, dentre os quais se destacou Monteiro Lobato, os quais se opunham a concessão pelas empresas internacionais das jazidas de petróleo. (ARAÚJO, 2007).

A luta da UNE, nestas campanhas, colocava em evidência as ideologias nacionalistas inseridas na atuação estudantil. Esse mesmo nacionalismo conservador que figurou a política populista emergiu de acordo com Cunha (1982) do interior do Estado e tinha como objetivo buscar estratégias para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Contribuindo para a argumentação proposta, Almeida (2014) elencou algumas características da ideologia nacionalista durante o período populista, as quais contribuíram para o desenvolvimento do sistema capitalista, dentre as quais elencamos:

- a) Os setores da burocracia estatal integravam um suporte para o nacionalismo;
- b) O Estado conduzia o “ponto de partida e invariavelmente o ponto de chegada do movimento nacionalista” (ALMEIDA, 2014, p. 124);
- c) O nacionalismo populista era uma ideologia comprometida com o fortalecimento do sistema capitalista, uma vez que visando a ampliação da industrialização buscava investimentos do capital estrangeiro.

A defesa de concepções ancoradas no nacionalismo pode ser justificada na argumentação de Foracchi (1965), ao considerar que os estudantes traziam para o movimento estudantil as aspirações da classe social da qual pertenciam imprimindo, dessa forma, na bandeira de lutas, as concepções burguesas.

Nesse sentido, a família, de acordo com Foracchi (1965), transmitia aos jovens valores que refletiram as aspirações da classe social a qual pertenciam, exercendo o que a autora denominou de “pressões modeladoras”, as quais se referem à internalização de atitudes e pressupostos culturais que sinalizam que “a formação do jovem se processa em moldes estabelecidos pela identificação do adulto com a camada dominante”. (FORACCHI, 1965, p. 61).

No entanto, embora haja conexão entre a campanha “O Petróleo é nosso” e alguns interesses da burguesia, não podemos deixar de desconsiderar que a criação da Petrobrás trouxe certa autonomia ao país frente à economia internacional e igualmente devemos reconhecer a importância da luta estudantil para a obtenção de conquistas importantes para o conjunto da sociedade.

O que é questionável é o engajamento estudantil, em determinados períodos, essencialmente voltado para lutas que encurtam o caminho para a emancipação política, a qual aparentemente traz benefícios para a coletividade, mas na prática, apenas reforça a dicotomia entre as classes sociais e promove o distanciamento em relação à emancipação humana.

Para Marx, a comunidade política é uma coisa, a comunidade humana outra. Não se trata, como querem muitos críticos e como o marxismo-leninismo fez predominar de menosprezar a comunidade política ou desconsiderá-la como algo ilusório e daí até passar a suprimir as liberdades que definem o homem como cidadão. Trata-se simplesmente de apreender essa forma de sociabilidade no seu ser-precisamente assim, colhendo, desse modo, as suas possibilidades e limites. Na medida em que a comunidade política tem a sua matriz ontológica na forma capitalista de trabalho, ela é incapaz, por sua própria natureza, de permitir a plena realização de todos os homens. (TONET, 2010, p. 29).

A emancipação política, de acordo com a concepção marxista, reconhece a existência de problemas sociais, mas atribui a solução dos mesmos ao aperfeiçoamento da democracia e a cidadania, sendo que esta na verdade tem apenas existência legal, pois na prática nem todo cidadão goza dos direitos de um cidadão. A emancipação humana, por sua vez, sinaliza o rompimento com este

sistema dual de classes, pretendendo elevar o homem a condição de ser humano livre das algemas que o fazem escravo do capital.

A luta da UNE com vistas a um processo de emancipação também contou com o apoio dos jovens¹⁷ com faixa etária entre 14 e 18 anos. A parceria entre o movimento universitário e o movimento secundarista não se evidenciou somente após golpe de 1964. O trabalho conjunto entre os dois movimentos de atuação estudantil pode ser identificado em diferentes episódios históricos como, por exemplo, durante a reivindicação da meia passagem no transporte coletivo e da meia entrada em cinemas, shows e espetáculos. (ARAÚJO, 2007).

Ainda que na década de 1930, os secundaristas ainda não tivessem uma entidade nacional, eles se reuniam com diferentes entidades nacionais e municipais como a União Colegial de Minas, o Centro Potiguar dos Estudantes, a União Fluminense dos Estudantes Secundários, a União Carioca dos Estudantes do Comércio, a União dos Cursos Secundários dos Estudantes do Pará, a Associação dos Estudantes Secundários da Bahia, a União Paulista dos Estudantes Secundários e os grêmios estudantis dos diferentes estabelecimentos de ensino do país, buscando propostas para a criação de uma entidade nacional para agregar os secundaristas. (CINTRA; MARQUES, 2009).

A União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES) foi inaugurada em 1948, no Rio de Janeiro e era frequentemente confundida com a sigla UNE e por isso o nome da entidade foi mudado para UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Mas o antigo nome foi resgatado no Congresso Secundarista realizado em Salvador, em 1951, provocando uma divisão no movimento. (ARAÚJO, 2007).

Essa divisão teve como motivação o desacordo entre as chapas opostas que disputaram a presidência da entidade no Congresso em Salvador. Tratava-se da chapa encabeçada por Tibério Gedelha, que contava com o apoio da UJC (União da

¹⁷ Ainda podemos observar no movimento estudantil a presença de lideranças católicas. A organização de representação estudantil denominada Juventude Universitária Católica (JUC) integrava a organização nacional Ação Católica. Entre o final da década de 1950 e início de 1960 o pensamento dos jovens que atuavam na JUC passou a ser orientado por concepções católicas progressistas e então passam a debater sobre problemas sociais do Brasil. No Congresso dos Dez anos, realizado no Rio de Janeiro em 1960 foi aprovado o documento “Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro” que apontava para o “socialismo democrático” (SANFELICE, 1988, p. 66). No interior da Ação Católica ainda se desenvolveram outros grupos de atuação estudantil como: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). (ARAÚJO, 2007).

Juventude Comunista) e a chapa de Paulo Brabalho. Ocorreu que, Gedelha vencendo as eleições chegou ao Rio de Janeiro alguns dias depois do evento para registrar a chapa, mas foi surpreendido com a notícia de que a UBES já possuía uma diretoria registrada. Gedelha, então recuperou o antigo nome UNES fato este que promoveu uma fragmentação no movimento, o qual só foi unificado novamente no ano de 1956. (ARAÚJO, 2007).

Na UNE, a oscilação entre ideologias socialistas e liberais também esculpiu a marca do movimento universitário em 1949, ano em que o estudante direitoista Paulo Egydio, então presidente da UME (União Metropolitana dos Estudantes), o qual mais tarde ocupou o posto de ministro na gestão de Castelo Branco e governador de São Paulo entre 1975 e 1979, articulou a candidatura e a vitória para a presidência da UNE de Olavo Jardim Campos, que de acordo com Poermer (1979) foi um cargo de fachada, já que as decisões tomadas dentro da entidade couberam a estudante norte-americana Helem Rogers, o que marcou o “início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro”.(Poermer, 1979, p.182).

A esquerda retomou seu posto na liderança da UNE somente no ano de 1956, com José Batista de Oliveira Jr, que empreendeu uma batalha contra o aumento tarifário dos bondes em 1956 e contou com o apoio do sindicato dos operários. Essa aliança deu origem a UOE (União Operária Estudantil) e serviu de inspiração para que alguns países da América do Sul também adotassem esse modelo de reivindicações. Mas como era de se esperar, os Estados Unidos ficaram alarmados com a repercussão do movimento grevista e enviou ao Brasil a estudante Glória May, cujo objetivo era evitar a comunização da juventude universitária. (POERMER, 1979).

A oscilação entre ideologias no movimento estudantil, dessa forma, refletiu filosofias conflitantes, pois como foi abordado, a UNE no período em que esteve sob a liderança dos setores direitoistas, abriu espaço para a infiltração americana no movimento, cedendo aos estrangeiros não apenas a oportunidade de conduzir as decisões e os rumos da ação estudantil, mas também oportunizando a disciplina dos estudantes segundo a filosofia do capitalismo que imperava nos Estados Unidos.

Com a retomada da esquerda na liderança da UNE, foi organizado o “Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária”, ocorrido em 1960, na

cidade de Salvador. Este evento originou um documento intitulado de declaração da Bahia, que foi considerado um “dos primeiros textos programáticos dos estudantes para a Reforma Universitária”, por abordar sobre temas que diziam respeito tanto a realidade social do Brasil como sobre a reforma universitária. (FÁVERO, 1995, p. 35).

A carta da Bahia propôs os seguintes objetivos, de acordo com Fávero (1995):

- a) A luta pela democratização do ensino promovendo as igualdades de condições de acesso;
- b) Criação de novos cursos visando à ampliação de vagas nas universidades;
- c) Abertura da universidade às classes menos favorecidas, criando escritórios de assistência jurídica, médica e odontológica.

O Segundo Seminário Nacional da Reforma Universitária agregou os mesmos objetivos do Seminário da Bahia. Realizado entre os dias de 17 e 24 de março de 1962, em Curitiba, Paraná, teve suas conclusões reunidas no documento intitulado de “Carta do Paraná”, o qual preconizou “na primeira parte uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social” (FÁVERO, 1995, p. 40).

O Terceiro Seminário da Reforma Universitária de 1963 foi realizado na cidade de Belo Horizonte e trouxe como proposta a substituição de alguns itens da Lei de Diretrizes e Bases, os quais, de acordo com Araújo (2007) referiam-se a:

- a) Extinção da cátedra vitalícia;
- b) Substituição do vestibular, considerado elitista e discriminador, por outras modalidades de acesso;
- c) Ampliação de verbas para a educação;
- d) Participação dos estudantes nos órgãos colegiados, reforçando a tese do 1/3.

A retomada da esquerda na direção da UNE reintroduziu o movimento na atividade de lutas e trouxe na pauta das reivindicações algumas propostas de reformas do ensino e da universidade brasileira. A UNE assumindo um claro posicionamento em favor das Reformas de Base do presidente João Goulart, pretendia buscar soluções para problemas de ordem social e econômica para o

Brasil. A própria reforma universitária, passou a ser compreendida como uma Reforma de Base. (SANFELICE, 1986).

Acrescentando o apoio dos estudantes as Reformas de Base de João Goulart, os universitários também se aliaram com entidades que defendiam concepções ancoradas no nacionalismo como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que “visavam uma luta nacionalista-reformista com o apoio da UNE” (SANFELICE 1986, p. 27).

Mesmo defendendo os projetos de Reformas de Base, os estudantes podiam ser identificados como um grupo de esquerda e embora seja complexa a tarefa de mapear as tendências ideológicas presentes no movimento estudantil a UNE “não esteve isenta de ideologias” (SANFELICE 2008, p. 65) e tais ideologias em alguns momentos estavam norteadas pela emancipação política conforme discussão estabelecida anteriormente.

Entretanto, não podemos desconsiderar que a “emancipação política representa um grande progresso” (MARX, 2010, p. 41), pois lutas direcionadas para a ampliação de direitos sociais que emergem do interior da sociedade capitalista podem trazer importantes conquistas para a classe trabalhadora e também podem inspirar a luta para o rompimento com a sociedade de classes. Mas o envolvimento nessas lutas não pode estar desvinculado de uma luta maior que é a luta com vistas a emancipação humana.

Portanto, a leitura crítica da sociedade e o comprometimento com ideais norteados pela superação da mesma são pressupostos importantes que podem nortear a atuação dos estudantes, mas no contexto da ditadura militar de 1964, tais práticas foram consideradas transgressoras, pois colocavam em xeque as concepções dominantes e o movimento estudantil protagonizado pela UNE e pela UBES inseriu-se como um movimento contestatório da política vigente, conforme refletiremos na próxima seção.

1.3 A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA MILITAR

O contexto social brasileiro nos anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 inseriu-se num processo de intensos questionamentos sobre a ordem político-social. Isso ocorreu porque, no período de 1914 a 1964, houve o crescimento do

setor industrial, somado com “uma certa democratização das relações políticas e sociais” (SANFELICE, 1986, p. 48), em união com as estratégias de manipulação de massas da democracia populista¹⁸, trouxeram algumas conquistas para a classe trabalhadora. Fato este que, indubitavelmente abalou as estruturas vigentes, uma vez que ameaçava colocar em xeque velhas concepções dominantes. (SANFELICE, 1986).

Após a posse do presidente João Goulart, os mesmos homens que estavam adaptados com o revezamento político entre a classe social do qual se originavam, tiveram que conviver com o ativismo dos setores menos favorecidos economicamente. (SANFELICE, 1986).

No período de 1945 a 1964 [...] o processo político brasileiro passou a abranger os operários, as massas assalariadas em geral, os setores médios da sociedade, e os grupos de trabalhadores agrícolas, entrando em jogo as aspirações de bem-estar social do proletariado cada vez mais numeroso, das camadas médias crescentes, e as reivindicações dos trabalhadores rurais. Concomitante desenvolveram-se grupos políticos de esquerda, enquanto a juventude universitária buscou-se organizar-se como força política e organizada. (SANFELICE, 1986 p. 49).

Nesse período, houve um significativo crescimento do movimento operário e dos sindicatos, como atesta Netto (2014 p. 45), dos “1.608 sindicatos existentes em 1960, somavam em finais de 1964, 2.049”. Surgiram também organizações de comando dos trabalhadores como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e juntamente com a ação sindical ocorreu o aumento das greves em favor não só de “interesses econômicos, mas com evidente dimensão política, a fim de influir nas decisões governamentais”. (NETTO, 2014, p. 46).

No campo, as Ligas Camponesas ganhavam força pelo Brasil, chegando ao índice de 218 organizações no ano de 1963, ao passo que em 1960 eram apenas 13. Os sindicatos rurais também experimentavam igual crescimento, pois em 1963, existiam apenas 270 sindicatos rurais oficialmente reconhecidos e 557 estavam em processo de legalização. (NETTO, 2014).

Nesta contextualização histórica, a classe trabalhadora ao inserir-se na luta pelo reconhecimento e ampliação de seus direitos, não somente reivindicava, mas

¹⁸ A democracia populista teve como objetivo o desenvolvimento econômico e o crescimento no setor industrial. Para o alcance de tal objetivo há uma aglutinação entre os interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora e da burguesia. (SANFELICE, 1986).

também denunciava para o conjunto da sociedade os problemas sociais e as falhas da política que até então imperava.

A união entre a classe média e os trabalhadores na luta pela ampliação dos direitos sociais, na reivindicação de propostas para uma educação de qualidade e pela Reforma Agrária, davam indícios de que na prática, “uma revolução estava para acontecer”. (SANFELICE, 1986 p. 48), o que despertou a atenção daqueles que dominavam o setor econômico, que então buscou alternativas para neutralizar todo esse processo de politização das massas. (SANFELICE, 1986).

No entanto é muito importante ressaltar que, neste período, a estratégia de enfrentamento contra o comunismo, conforme pregavam os setores conservadores, e que desembocou no golpe de 1964, na verdade referia-se a ampliação da democracia, conforme ressaltou Netto (2014).

É preciso esclarecer bem este aspecto: a diferença do que se alardeava a época (inclusive por alguns setores da esquerda), na realidade não estava em jogo, no Brasil, a alternativa entre o capitalismo e o Socialismo (ou comunismo como pregava a grande imprensa). Jango [...] defendia uma proposta de reforma de viés nacionalista e concentradora para o desenvolvimento do capitalismo no país (até mesmo Brizola, um dos líderes mais a esquerda na época, não se identificavam com um projeto explicitamente socialista). Mas era exatamente esta via nacionalista e democratizante que as forças de direita e do conservadorismo extremo temiam. E também elas se ativaram e se mobilizaram. (NETTO, 2014, p. 48).

Dessa forma, o que era vislumbrado como um perigo eminente para o conservadorismo brasileiro, na verdade, referia-se à emancipação política, uma vez que o reformismo populista, que abalava em parte o poderio das elites dominantes, não previa a superação do capital, conforme defende a concepção marxista.

Ao contrário, a política populista de Jango procurava agradar tanto a burguesia quanto o proletariado. Mas a burguesia refutando as reformas que consideravam radicais, (o que na prática não previa a superação do sistema capitalista), buscou apoio dos grandes empresários nacionais e internacionais como parte da estratégia para inibir o que compreendiam como comunismo. Assim:

Entidades como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), assistidos diretamente pela CIA, tiveram função relevante na estimulação do radicalismo de direita. O IPES, por exemplo, investiu muitos recursos para convencer os militares e setores das classes dominantes de que o perigo comunista era eminente, aliou generais e exerceu grande influência sobre os meios de comunicação. (SANFELICE, 1986, p. 53).

O IPES, contando com apoio financeiro das empresas estrangeiras que operavam no Brasil como “Schell, Ciba, Schering, Bayer, General Elétric, IBM, Coca Cola, Souza Cruz, Remington Rang e AEZ”, (NETTO, 2014 p. 39) e também da burguesia nacional, justificou sua ação em nome da promoção do bem comum, ou seja, buscou barrar a possibilidade do avanço do comunismo no Brasil.

Os setores dominantes então, com vistas a tal objetivo, apoiaram um golpe de Estado, o que na prática apenas fez aumentar a contradição entre trabalhadores e burgueses, e reforçou o poder da classe dominante, ao difundir no país a falsa sensação de que os males sociais estariam então solucionados tão logo houvesse a descomunização da nação.

A Ditadura Militar de acordo com Carvalho (2009) pode ser sintetizada em três fases. A primeira fase iniciou-se em 1964 e perdurou até 1968, durante o governo do general Castelo Branco e durante os primeiros anos do governo de Costa e Silva, período este, marcado pela repressão, desvalorização salarial, pelo domínio dos liberais e das forças armadas.

Dos anos de 1968 a 1974, fizeram parte “os anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos”, (CARVALHO, 2009, p. 157-158), nos quais sob a liderança de Garrastazu Médici, houve uma combinação entre a violência extrema, crescimento econômico, e o monopólio dos grandes capitalistas na economia brasileira. (CARVALHO, 2009).

E a terceira fase que se iniciou em 1974 e foi finalizada em 1985, teve como marca a tentativa de Geisel de “liberalizar o sistema, contra a forte oposição de órgãos de repressão”, (CARVALHO, 2009, p. 157-158), promovendo um gradativo enfraquecimento das estratégias repressivas, que culminou no posterior retorno do país a democracia.

O período de hegemonia da política militar beneficiou, principalmente o capitalismo como estrutura econômica no país. No entanto, para que as bases capitalistas se perpetuassem e se fortalecessem houve a necessidade da adoção de uma concepção educacional voltada para um ensino guiado pela pedagogia tecnicista, a qual tinha como objetivo a formação de uma vasta mão de obra para suprir a demanda do mercado.

Sobre a pedagogia tecnicista Saviani (2009 p. 11) argumentou:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência, e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico.

E, visando articular a educação ao imperativo do lucro durante o período de hegemonia da ditadura militar:

Buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem por em risco a eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. (SAVIANI, 2009, p. 11)

Para isso, era necessário um sistema educacional baseado em modelos americanos, conforme abordaremos sobre os acordos MEC-USAID, uma vez que o governo militar, assim como os EUA, temia o avanço do socialismo e desse modo e tornou-se fundamental uma proposta educacional que subordinasse todos os educandos a uma única pedagogia de ensino que não tivesse como objetivo o aprendizado e sim a obediência.

Em consonância com a Era Vargas, o ensino no contexto da ditadura Militar de 1964, foi utilizado como um recurso para a transmissão de ideologias que previam a formação de trabalhadores com aptidões necessárias para a supressão de mão de obra para o mercado de trabalho e conseqüentemente para a conservação do sistema capitalista.

Cunha (2000) contribui com a argumentação proposta ao discorrer sobre os direcionamentos políticos para a educação colocados em prática durante o período em que os militares governaram o país. De acordo com este autor, em 1965 haviam ginásios “orientados para o trabalho” (p. 169), os quais ao lado das disciplinas gerais englobavam as vocacionais “destinadas a sondar aptidões: artes industriais ou técnicas agrícolas, conforme a economia da região onde o ginásio se localizasse”. (p. 169).

Ainda de acordo com o mesmo autor, até o ano de 1967 o governo pretendia construir 267 ginásios com orientações para o trabalho no Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo e um ginásio que seria um modelo no Distrito Federal e outros em dezoito capitais. (CUNHA, 2000).

Seguindo o mesmo modelo de um ensino comprometido com o desenvolvimento de aptidões a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 previa que:

O ensino de primeiro grau, nas quatro primeiras séries, teria o seu currículo composto exclusivamente de disciplinas de conteúdo geral, nas quatro últimas, o número de disciplinas vocacionais, destinadas a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, seria tanto maior quanto mais elevada a série. O ensino de segundo grau seria generalizadamente profissional, não admitindo ramos paralelos, mas cursos distintos desdobrados a partir de um núcleo comum. (CUNHA, 2000, p. 174).

Os direcionamentos dados, tanto para o primeiro grau quanto para o segundo grau apontava para uma proposta de ensino norteada para o desenvolvimento de aptidões que capacitasse os educandos para a inserção no mercado de trabalho.

A educação, neste contexto, reverteu-se em um recurso estratégico para o fortalecimento do capital. E esse fortalecimento teve como consequência o aumento das desigualdades entre as classes sociais, uma vez que, conforme Carvalho (2009) aponta, no setor industrial o índice de empregos aumentou em 24% e no setor terciário (transportes, serviços e administração) em 46%. Esses números mostram que houve crescimento nos empregos, no entanto não houve aumento no salário mínimo que em “1974, era de quase metade do que valia em 1960”, e a ação sindical que poderia lutar pela mudança deste quadro foi limitada ou extinta. (CARVALHO, 2009, p. 170).

A Reforma Universitária, por meio da Lei nº 5.540 de 1968, adotou os mesmos direcionamentos políticos da educação básica. Nas universidades ficou prevista a criação de “cursos mais modernos, currículos integrados as necessidades das empresas” (ANTUNES, 1983, p. 08), o que tinha como objetivo adaptar os jovens ao projeto pragmático de utilidade ao sistema capitalista.

Diante do quadro apresentado, não devemos perder de vista a indagação sobre como se estruturou o movimento estudantil neste momento histórico, e quais eram as concepções por ele defendidas?

A análise da atuação da UNE, até o estabelecimento do militarismo, pode ser considerada como “complexa”, uma vez que, conforme analisa Sanfelice (1986), é possível identificar durante a história da UNE diferentes ideologias que defenderam em alguns momentos setores de direita e em outros, setores de esquerda, o que nos possibilita a conclusão de que “a hegemonia de uma tendência ideológica durante uma determinada gestão não significou o desaparecimento das demais”. (SANFELICE, 1986, p. 56).

E se considerarmos, ainda que as ideias que predominam numa dada formação social referem-se às ideias da classe que detém o poder econômico, conforme sinalizam Marx e Engels (2009), torna-se ainda mais complexo delimitar um traçado ideológico particular no movimento estudantil, pois:

As ideias da classe dominante são em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante na sociedade é ao mesmo tempo o seu poder espiritual dominante. (MARX; ENGELS, 2009, p. 67).

Dessa forma, as concepções ideológicas sejam elas liberais, reformadoras, conservadoras ou emancipadoras estariam de certa forma pulverizadas pelos pressupostos da burguesia, o que torna obscura a tarefa de delinear uma ideologia predominante, no movimento estudantil, pois:

A classe dominante tendo o domínio sobre a produção e perpetuação das ideias contribui para que os ideais difundidos sejam os ideais dominantes, o que choca-se com a possibilidade de superação do capitalismo, uma vez que, o que mantém o capital é a estrutura ideológica sobre o qual ele se assenta. (MARX; ENGELS, 2009 p. 67).

Ainda considerando que, diferentes instituições trabalham para difusão das concepções burguesas, dentre as quais se inserem a escola e a família certamente teremos uma explicação para a dificuldade em delinear uma tendência ideológica predominante na atuação juvenil. Portanto, o que é possível identificar no movimento estudantil, são tendências que prevaleceram durante certo espaço de tempo, e que mesmo assim sofreram as interferências da classe social a quem Marx e Engels (2009) compreenderam como reguladora e produtora de ideias.

Concretamente a isso se traduziu, [...] uma oscilação da UNE em torno de confusas e interligadas posturas teóricas e práticas baseadas no nacionalismo, no desenvolvimentismo, no socialismo, na justiça social cristã e, às vezes até mesmo numa visão revolucionária. (SANFELICE, 1986, p. 56).

O projeto de reformas sociais explícito na bandeira de lutas dos setores considerados de esquerda, originalmente baseou-se na tradição teórica marxista-leninista, mas ao longo do tempo foi sofrendo transformações e acabou se enquadrando na concepção social-reformista, e conforme aponta Sanfelice (1986), no contexto histórico que antecedeu o Golpe militar de 1964, o que era considerado comunismo era a própria democracia.

Nesta conjuntura, o envolvimento dos estudantes com os ideais considerados de tendência socialista, que desencadearam o golpe militar de 1964, nada mais representavam do que a reforma da sociedade, ou seja, a bandeira de lutas era o aperfeiçoamento da ordem social em vigor.

Essa dualidade entre as concepções ideológicas apresentadas no movimento estudantil esteve presente inclusive no apoio ao Golpe Militar de 1964, conforme aponta Valle (1999).

Os estudantes, na maioria pertencentes a classe média, encontram-se divididos no momento do golpe, [...]. No entanto embora haja relatos de ex-líderes estudantis admitindo o apoio ao golpe militar, não podemos dizer que há um apoio ativo do movimento estudantil ao mesmo. (VALLE, 1999, p. 36).

Embora existam alguns relatos de ex-líderes estudantis admitindo o apoio ao golpe de 1964, conforme ressaltou Valle (1999), a UNE a partir da ditadura militar inseriu-se como um amplo movimento de contestação que protagonizou importantes episódios de embates com a política em vigor e mesmo diante das adversidades e limites impostos pela ditadura de 1964, os jovens universitários lutaram intensamente não apenas pela ampliação dos direitos dos estudantes, mas também pela ampliação dos direitos da coletividade social.

A UNE foi uma das primeiras instituições a sofrer com a ação do militarismo e mesmo antes do seu fechamento, houve inúmeras perseguições, mortes e torturas de seus líderes.

No mesmo dia do golpe, quando o prédio da UNE é depredado, incendiado e destruído, o meio estudantil passa a ser alvo das ações do aparato militar e dos organismos direitistas. Quase todas as entidades estudantis sofrem intervenção, a Universidade de Brasília (UNB) é vítima de sua primeira invasão, acompanhada da prisão indiscriminada tanto de professores, quanto de alunos considerados subversivos. Inquéritos Policiais Militares (IPMS), criados pelo ato institucional de abril de 1964, são instaurados com o objetivo de controlar o meio estudantil e a universidade. (VALLE, 1999 p. 36).

Desse período em diante, a tentativa de liquidar o movimento estudantil foi intensificada havendo o fechamento dos diretórios e centros acadêmicos. Procurou-se inibir a atuação dos jovens por meio da lei de autoria do então ministro da educação, Suplicy de Lacerda, no primeiro ano do governo de Castelo Branco, a qual previa a extinção da União Nacional dos Estudantes, que seria substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais

(DEES). Esta alternativa do governo para inibir a participação, segundo Poermer (1979) transformava as entidades estudantis em “meros apêndices do ministério da educação”, conforme estabelecia a lei nº4.464 de 09 de novembro de 1964 ou “Lei Suplicy” como ficou conhecida. (POERMER, 1979 p. 231).

Ao mesmo tempo em que ficaram vedados aos órgãos de representação estudantil quaisquer ações, manifestações ou propaganda de caráter político partidário, eles agora estavam atrelados à fiscalização de órgãos oficiais. Caberia a congregação ou ao Conselho de Departamental fiscalizar o Diretório Acadêmico dos estudantes, ao Conselho universitário fiscalizar o Diretório Central dos Estudantes e ao Conselho Federal de Educação fiscalizar o Diretório Estadual de Estudantes e o Diretório Nacional de Estudantes. (SANFELICE, 1986, p. 81).

A Lei de Suplicy Lacerda, desse modo, ao limitar a participação discente cerceando o direito de realizar manifestações e tutelando os órgãos de representação estudantil, serviu como motivação para que os jovens protagonizassem movimentos de contestação em que denunciaram para a coletividade social os limites da ditadura militar de 1964, buscando estratégias para a superação da ordem política que então vigorava.

Nos primeiros anos do governo Militar a batalha do movimento estudantil era contra o radicalismo da Lei de Suplicy Lacerda, contra os acordos entre o MEC e a agência norte americana USAID, contra a influência norte americana na educação e contra a repressão, o imperialismo e a própria ditadura. (SANFELICE, 1986; 2008).

No ano de 1966, os estudantes incorporaram na sua plataforma de lutas a oposição ao referido acordo estabelecido entre o MEC e a United States Agency For International (USAID) cujo objetivo era a Reforma Universitária. (POERMER, 1979).

Esse acordo pretendia submeter às instituições de ensino brasileiras ao modelo de educação americano, que seguia a orientação do Relatório Atcon de 1958, o qual dentre as inúmeras medidas polêmicas, segundo Poermer (1979), destaca-se:

- a) O desenvolvimento de uma filosofia educacional única para todo o continente americano;
- b) Criação de um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas;
- c) Eliminação da interferência de órgãos colegiados na administração das universidades;

d) Cobrança de taxas de matrículas.

Poermer (1979) ainda revelou detalhes do referido acordo, denunciando que técnicos americanos, no governo de Castelo Branco, planejavam a educação brasileira para todos os setores de ensino, escolhendo currículo, métodos pedagógicos, programas de pesquisas, materiais didáticos e até cursos de formação de professores.

A embaixada americana no Brasil funcionava como uma ponte que fazia conexão entre EUA e MEC, funcionando como um sistema de troca de favores baseado na assertiva: “Se vocês não nos derem isso, cancelaremos aquilo”. (POERMER, 1979, p. 247). E, assim, segue-se o acordo para a educação brasileira que não apenas tinha propostas para o ensino universitário, mas também para o ensino fundamental. (POERMER, 1979 p. 247-253).

O acordo MEC-USAID, mais do que amarrar os nossos estudantes ao modelo de ensino americano, reforçava a ideologia enraizada naquele momento histórico, a qual se referia a uma formação escolar destinada a suprir a carência de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, conforme os direcionamentos da pedagogia tecnicista.

No ano de 1968, o ativismo estudantil se intensifica e a UNE protagoniza um processo de lutas com vistas à superação da política ditatorial estabelecida no Brasil. Esse ano pode ser caracterizado não apenas como o marco do emprego da violência por parte do Estado, mas também ele trouxe como marca a intensidade e frequência das atividades do Movimento Estudantil (M.E), que já não mais admitiu a mera posição de espectadores passivos dos acontecimentos que se apresentavam.

O retorno do intenso ativismo estudantil teve como estopim a morte do estudante Edson Luís que protestava contra o aumento dos preços das refeições no restaurante “Calabouço”, no dia 28 de março de 1968. (VALLE, 1999, p. 49).

Esse crime desencadeou uma onda de protestos contra o militarismo, os quais se particularizaram pelo apoio de diferentes setores da sociedade que tanto no ritual funerário quanto na missa de sétimo dia do estudante, denunciaram o descontentamento frente à ditadura militar. (VALLE, 1999).

Movidos pelo mesmo objetivo de romper com a ordem vigente, tanto os estudantes quanto os demais setores da sociedade civil, no mês de maio desse

mesmo ano, manifestaram seu apoio ao movimento operário, incorporando na plataforma de reivindicações:

- a) a legalização da UNE;
- b) a condenação dos assassinos de Edson Luís;
- c) os detalhes do acordo MEC-USAID;
- d) a liberdade dos presos pela censura.

Todos esses anseios aliados a pedidos de mais verbas para a universidade são explicitados em uma passeata pacífica, mas que foi recepcionada violentamente por parte da polícia. (VALLE, 1999).

Esse evento serviu como pano de fundo para outros episódios em que a violência se perpetuou. No dia seguinte, cerca de dois mil estudantes se reuniram na Praia Vermelha para discutir os rumos do Movimento Estudantil, mas foram surpreendidos por uma ação violenta por parte do governo. O episódio ficou conhecido como “o massacre da Praia Vermelha” e desencadeou um novo protesto na sexta-feira 21 de junho, no qual houve o emprego da força e da brutalidade policial, mas se particularizou pela adesão vários setores da coletividade social. (VALLE, 1999).

Tais acontecimentos são marcantes na história da Ditadura Militar, pois a hostilidade do governo já não era mais aceita pelo conjunto da sociedade, fato este que surgiu em decorrência da intensidade e frequência dos protestos, os quais contribuíram para a construção do sentimento coletivo, de que aquela situação já poderia mais ser suportada e deveria ser superada.

No dia 26 de junho de 1968, o caráter de organização que se tornou característica do Movimento Estudantil, no contexto da ditadura Militar, se evidenciou na conhecida “Passeata dos cem mil”, a qual de acordo com Poermer (1979) criou no país a sensação de que a democracia era possível e esse desejo ficou explícito em artigos de jornais e revistas, livros e festivais de músicas que tanto denunciavam as atrocidades daquele momento histórico, quanto enfatizavam o desejo pelo retorno da democracia.

Visando a contenção da movimentação das massas, o governo militar elaborou diferentes estratégias que trouxeram como marca o emprego da violência de forma desmedida, como por exemplo, no episódio em que os estudantes protestaram contra a prisão do líder do M.E, Vladimir Palmeira, e foram combatidos

com a tirania do governo que não atingiu apenas os estudantes, mas também os jornalistas e populares que estavam presentes na manifestação. (VALLE, 1999).

Uma das estratégias mais violentas de contenção dos movimentos que buscavam a democracia refere-se ao Plano Par-sar o qual:

Previa a utilização dos oficiais e sargentos da aeronáutica especialistas em ação rápida de salvamento nas selvas, para o assassinato das principais lideranças estudantis e de políticos de oposição e cassados irrecuperáveis que seriam raptados e lançados de aviões a 40 quilômetros da costa do oceano. (VALLE, 1999, p. 157).

Embora se identifique o reconhecimento do exagero do emprego da violência no militarismo, é possível localizar algumas divergências entre as concepções ideológicas no interior do Movimento Estudantil.

A “Batalha da Rua Maria Antônia”, ocorrida em São Paulo, no mês de outubro de 1968, constitui-se em um importante exemplo desta tese, pois neste episódio houve o confronto entre os alunos de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo) e os alunos da Universidade Mackenzie, que possuíam discordâncias ideológicas. (SANFELICE, 1986).

Esse confronto, além de deixar como saldo danos materiais e um estudante secundarista morto, ocorreu porque os alunos do curso de filosofia eram de esquerda e os da Mackenzie eram conservadores e filiados aos grupos Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e ao Movimento Anticomunista (MAC). (SANFELICE, 1986).

A Batalha da Rua Maria Antônia revelou que, o que estava sendo considerado como uma concepção de esquerda era na verdade a busca pela democracia, a qual era também combatida pelo governo que por meio de diferentes estratégias busca a legitimação da política em vigor. O Ato Institucional nº 5 inseriu-se como uma tática para conter qualquer possibilidade de superação com a ditadura militar.

O AI5, segundo Poerner (1979 p. 305), instituiu:

- a) O fechamento do Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmaras de vereadores dos municípios;
- b) Transferência do poder executivo “as principais funções ainda conservadas no legislativo”;
- c) Intervenção federal nas cidades;

- d) Suspensão dos direitos políticos da oposição pelo prazo de dez anos;
- e) Suspensão da estabilidade de funcionários públicos;
- f) Suspensão de habeas corpus em crimes políticos, contra a segurança nacional, contra a ordem econômica e social.

O AI5 de 1968 imprimiu a marca do medo e silenciou as vozes que clamavam pelo rompimento com o contexto em vigor, mas não conseguiu neutralizar o desejo pelo rompimento com o regime ditatorial que ficou apenas adormecido no imaginário das pessoas.

No ano de 1974, inicia-se uma nova fase dentro do governo militar com o general Ernesto Geisel. Nessa gestão, foram adotadas medidas que integraram um conjunto de estratégias para a volta “gradual da sociedade brasileira ao regime democrático”, (BENEVIDES, 2006, p. 68), o que culminou para que a sociedade, juntamente com órgãos como a Ordem dos advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores da Igreja Católica, passasse a reivindicar o retorno imediato da democracia. (BENEVIDES, 2006).

A UNE também se envolveu no debate pela democracia, e no ano de 1975 retomou suas atividades, adotando estratégias diferenciadas durante as manifestações e atos públicos, conforme aponta Araújo (2007):

Nessa fase o movimento estudantil produziu uma nova maneira de fazer manifestações política, em vez de passeatas, corridas, manifestações relâmpagos que driblavam o esquema policial. Mas evitavam o confronto. A ordem era fazer manifestações pacíficas, correr se fosse preciso, mas não entrar em confronto com a polícia. O intuito era mostrar que violenta e truculenta era ação policial, não as manifestações estudantis. (ARAÚJO, 2007, p. 221).

O ano de 1977 marcou a tentativa de reconstrução da UNE, Apor meio do ENE (Encontro Nacional dos Estudantes), que, a priori, seria realizado em Belo Horizonte, mas devido às ações policiais para impedir a realização deste encontro, foi realizado de forma clandestina na USP, no dia 22 de dezembro de 1977 e, em decorrência das discussões desse encontro, a UNE, foi reconstruída e elegeu o seu primeiro presidente nesta nova fase. (ARAÚJO, 2007).

A partir desse contexto histórico, a ditadura iniciou uma fase de enfraquecimento e a movimentação em torno de ideais democráticos se popularizou. Em 1983, o deputado federal Dante de Oliveira do PMDB, do Mato Grosso,

apresentou uma proposta objetivando a realização de eleições diretas para a substituição de Figueiredo. (NETTO, 2014).

A Campanha inicia-se com um comício contando com 5 mil pessoas em 1983, em Goiânia, mas aos poucos ganhava força e apoio de diversos setores sociais, conforme aponta Netto (2014):

A pouco e pouco, inicialmente sob o silêncio manipulado dos grandes meios de comunicação, aqui mais uma vez, o papel da Rede Globo foi emblemático, a campanha empolgou o grosso da sociedade brasileira: ela configurou, já no segundo semestre o que alguns observadores consideravam a maior mobilização cívica do Brasil no século XX, com comícios e manifestações de ruas reunindo centenas de milhares de pessoas. Transformou-se numa torrente entusiástica que envolvia praticamente numa agitação policlassista, todas as forças da sociedade civil. (NETTO, 2014 p. 240).

Dessa forma, a intensa atividade social em favor da democracia, visando o rompimento com o regime instaurado em 1964, que na época objetivou a neutralização dos ideais democráticos e contou com o apoio da classe dominante a qual no episódio das “Diretas Já” ironicamente foi a mesma democracia que apoiou o divórcio com o militarismo, ou seja, a mesma que um dia esteve associada ao perigo comunista.

As reflexões até aqui propostas permitem compreender que o movimento estudantil brasileiro sem dúvida cooperou para o desfecho de importantes circunstâncias históricas. Desde a primeira situação em que os jovens brasileiros protagonizaram situações de contestação contra as circunstâncias impostas, como a luta contra a invasão do corsário francês Dulcrerc em 1710, por exemplo, até a atuação mais organizada por meio da UNE, os jovens se projetaram como uma importante força política.

Ainda que seja complexa a tarefa de traçar um perfil ideológico para atuação juvenil ao longo da sua história, ainda que os jovens tenham assumido em diferentes contextos alguns posicionamentos políticos comprometidos com o reformismo e com o nacionalismo. Ainda que, em determinadas situações se limitassem a tecer críticas ao o que consideravam ser um “mau capitalismo” como bem apontou Sanfelice (1986), ainda assim, é inegável o protagonismo juvenil comprometido com objetivos que julgavam ser coerentes com a concepção de sociedade que almejavam.

Assim como é igualmente inegável o protagonismo dos jovens na luta contra a ditadura militar. Os jovens não se intimidaram frente a opressão do regime

instalado no Brasil em 1964 e mesmo tendo que agir na clandestinidade, com escassez de recursos e tendo que mudar as estratégias de lutas, a luta não parou e os jovens se mostraram como uma força capaz de abalar as estruturas vigentes.

O envolvimento dos estudantes em lutas comprometidas com a ampliação dos direitos estudantis e com a contestação de uma ordem político-social estabelecida, imprimiu nos estudantes a marca de protagonistas de uma dada contextualização histórica. Protagonismo este que contribuiu para algumas transformações sociais, algumas reformistas sim, mas todas de certa forma decorreram da contestação de um modelo político ou concepção vigente.

É nesse sentido que o grêmio estudantil como parte do resultado das diversas lutas empreendidas pelos jovens em busca do livre exercício de organização e como integrante do movimento estudantil secundarista, pode protagonizar lutas comprometidas tanto com a leitura dos limites da sociedade capitalista, como com os questionamentos do modelo de sociedade atual e com a superação do mesmo.

No entanto, para que se compreenda mais claramente como os grêmios estudantis podem se articular nestas lutas é necessário o entendimento não apenas sobre como se contextualizou historicamente o movimento estudantil no Brasil. É igualmente importante compreender sobre como se organiza o movimento estudantil na atualidade, quais são as entidades que o compõe e qual é a ligação entre as mesmas. Dessa forma, a próxima sessão apresentará algumas breves considerações sobre a estrutura e as articulações do movimento estudantil em tempos atuais.

1.4 A ESTRUTURA ATUAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A UNE e a UBES como instituições nacionais de representação dos estudantes universitários e secundaristas, estão também associadas as entidades de representação estudantil estaduais e municipais. A entidade que agrega todos os órgãos de representação dos estudantes nacionais, estaduais, municipais e latinas é a OCLAE (Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes). Esta organização está sediada na cidade de Havana em Cuba, local em que a UNE mantém um representante com a função de divulgar as reivindicações e lutas dos jovens brasileiros. (GRÊMIO LIVRE, s/d).

A história da OCLAE, remonta ao ano 1966¹⁹, quando foi fundada em decorrência das discussões em que os estudantes no V Congresso Latino Americano e Caribenho dos Estudantes, criticavam a intervenção norte-americana em políticas para a educação dos países latinos. Atualmente essa organização, conta com cerca de 150 milhões de membros que representam 36 Federações Estudantis do Continente americano distribuídas em 23 países do Continente americano. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE²⁰, s/d).

Os objetivos que norteiam a atuação da OCLAE no contexto atual são: lutar pelo acesso igualitário a educação; pelo fim do analfabetismo; por uma educação pública de qualidade; pela autonomia universitária; contra o fascismo e o imperialismo e pelo fim da fome nos países periféricos. (UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS - UBES²¹, s/d).

A sua influência também se dá através da participação em reuniões e congressos das entidades nacionais. Sempre na defesa da integração dos povos latino-americanos, a OCLAE promove atividades e ações para que outra América seja possível, livre do jugo do neoliberalismo. Realiza congressos bienais, onde são aprovadas deliberações, com participação de delegações de estudantes de todos os países afiliados. Além do representante diretor em Cuba, a UNE e a UBES compõe a OCLAE. (GRÊMIO LIVRE, s/d p. 16).

A cada dois anos a OCLAE realiza um importante evento que conta com a participação de jovens de mais de vinte países da América Latina e Caribe, o CLAE²² (Congresso Latino Americano e Caribenho dos Estudantes). Nele é realizada uma eleição para a diretoria da OCLAE, são traçados objetivos para o movimento estudantil, definidas as lutas e reivindicações dos estudantes latino-americanos e discutidas propostas e estratégias para o aprimoramento da qualidade educação pública. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE, 2014).

A UNE como entidade nacional de representação estudantil, além de atuar junto a OCLAE, também atua juntamente com as UEEs (União Estaduais dos

¹⁹ Neste ano a influência norte-americana na educação brasileira se deu por meio dos acordos MEC-USAID, conforme discussão estabelecida anteriormente.

²⁰ União Nacional dos Estudantes (UNE). Para saber mais acesse: <http://www.une.org.br/2014/07/oclae-divulga-a-programacao-do-seu-17%C2%BA-congresso/>. Acesso em: 09 jan. 2016.

²¹ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). <http://ubes.org.br/2014/congresso-da-oclae-acontece-no-proximo-dia-17-na-nicaragua/>. Acesso em: 09 jan. 2016.

²² União Nacional dos Estudantes (UNE). Para saber mais acesse: <http://www.une.org.br/2014/06/congresso-da-oclae-sera-em-agosto-na-nicaragua>. Acesso em: 09 jan. 2016.

Estudantes), as quais têm como objetivo o fortalecimento do movimento estudantil regional e nacional, os DCEs (Diretório Central dos Estudantes), presentes nas diferentes instituições de ensino superior que possuem mais de quatro cursos, e os CAs (Centros Acadêmicos) ou DAs (Diretórios Acadêmicos) existentes em cada curso das universidades com o objetivo de realizar reflexões sobre o ensino a estrutura da universidade brasileira.(UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE²³, 2015)

A UBES como entidade nacional de representação estudantil secundarista, filiada a OCLAE, trabalha em conjunto com as entidades estaduais, municipais e com os grêmios estudantis.

As entidades estaduais representam os estudantes do ensino fundamental, médio e técnico de cada estado e têm como objetivo lutar em torno de questões sociais e políticas. No Paraná a entidade de representação estadual recebe o nome de UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas). (UNE 2015; UBES 2012).²⁴

As entidades municipais de representação dos estudantes secundaristas são compostas pelas UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), a qual no município de Ponta Grossa atua com o nome de UMESP (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa).

A UMES são entidades que:

Representam os estudantes de ensino fundamental, médio e técnico de um mesmo município. Diretamente ligada às Uniões Estaduais e a UBES, cabe às Uniões municipais reproduzirem as campanhas e as atividades de ambas as entidades, bem como desenvolver um programa político de atuação próprio, de acordo com a realidade de cada cidade. Realizam congressos anuais ou bienais que decidem os rumos da entidade e elegem nova diretoria. (GRÊMIO LIVRE, s/d, p. 14).

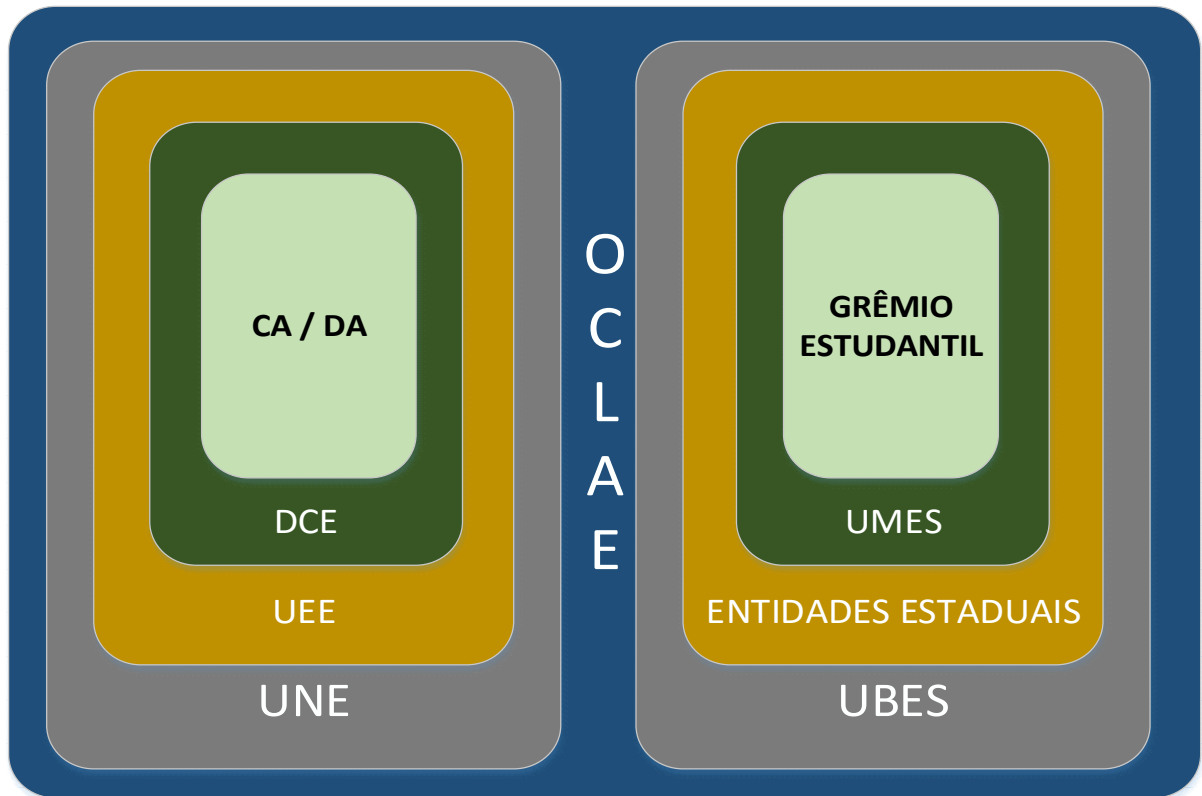
Em conjunto com as entidades estaduais e municipais e atuam os Grêmios estudantis que representam a coletividade dos estudantes do ensino fundamental,

²³ União Nacional dos Estudantes (UNE). Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/>. Acesso em: 09 jan. 2016.

²⁴ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Disponível em: <http://ubes.org.br/2012/congresso-em-ponta-grossa-marca-reconstrucao-da-umesp-e-reafirma-luta-dos-estudantes>. Acesso em: 09 jan. 2016.

médio e técnico das instituições de ensino, conforme ilustra a figura que sintetiza a estrutura do movimento estudantil na atualidade:

FIGURA 1: ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL – 2016



Nota: Organizado pela autora a partir das informações extraídas do manual: **Grêmios Livres** – (Senado Federal, s/d).

A Figura 1 procura demonstrar como o movimento estudantil nacional se insere no contexto internacional. Tanto o movimento estudantil secundarista quanto o superior, através de suas entidades representativas, estão vinculados à OCLAE. As entidades de representação discente nas instituições de ensino (CAs/ Das e/ou Grêmios Estudantis) podem desenvolver atividades em parceria com as entidades municipais, estaduais e nacionais.

Como o presente estudo tem como foco de análise a atuação de grêmios estudantis, enquanto movimento articulado ao contexto mais amplo, faz-se necessário compreender a legislação que possibilita o seu funcionamento e norteia a atuação estudantil nesses órgãos colegiados. Assim, o próximo capítulo abordará sobre a legislação que regulamenta a sua existência e funcionamento nas escolas públicas de ensino fundamental e médio no contexto brasileiro.

CAPÍTULO II

DIRECIONAMENTOS PARA A ATUAÇÃO NOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Conforme a discussão estabelecida anteriormente, tanto os estudantes universitários, quanto os estudantes secundaristas, organizados em movimentos como a UNE e a UBES, buscavam entre outros objetivos o reconhecimento e a ampliação de alguns direitos, principalmente durante o período da Ditadura Militar. Uma das reivindicações dos jovens secundaristas, neste período, era a criação de grêmios livres e autônomos. Esse desejo só foi atendido no ano de 1979, no entanto, o direito a organização discente ainda permaneceu cerceado e limitado e somente no ano de 1985 alguns aspectos referentes à autonomia da organização discente foram então reconhecidos por meio da Lei nº 7.398/85, conforme discutiremos na sequência.

É nesse sentido que os dispositivos legais que orientam a formação e o funcionamento dos grêmios estudantis oferecem sustentação para que as secretarias de educação elaborem manuais, cartilhas e websites com direcionamentos voltados para a atuação dos alunos nesses órgãos colegiados. Esses materiais trazem em seu conteúdo desde instruções para a criação dos grêmios estudantis, como também sugestões de atividades e projetos, conceitos e concepções.

Este capítulo tem como objetivo apresentar legislação nacional e a legislação do estado do Paraná que discorre sobre a sistematização dos grêmios estudantis e também desvelar os interesses não expressos e as concepções apresentadas como sugestões para a atuação juvenil, nos referidos materiais.

Para isso, serão analisados o portal “Dia a dia educação” da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná- SEED-PR, um Manual de instruções sobre a formação de Grêmios Estudantis da Secretaria de Educação do Estado do Paraná-SEED-PR, o Caderno Instâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública, desenvolvido para a Formação Continuada em Rede- PDE da SEED-PR, e duas cartilhas do Instituto Sou da Paz contendo diretrizes para a atuação juvenil nos grêmios.

2.1 O GRÊMIO ESTUDANTIL E A LEGISLAÇÃO

No ano de 1979, em plena Ditadura Militar, atendendo a uma antiga reivindicação dos jovens secundaristas para a criação de grêmios livres e autônomos, a Lei federal n.º 6.680 (CARLOS, 2006, p. 30) deliberou:

Art. 8º- Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente poderão ser constituídos grêmios estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistidos por membros do corpo docente. (BRASIL, 1979).

Embora a referida lei permitisse a criação e a atuação em grêmios estudantis, ela não representou um avanço significativo para os direitos estudantis, uma vez que, ao reduzir a atividade discente a práticas com finalidades cívicas, culturais e desportivas, também restringiu a liberdade de expressão e ação, neutralizando a atividade juvenil norteadas por objetivos emancipadores.

A Lei nº 6.680/79, portanto, criou uma falsa sensação de participação, pois garantiu, em termos legais, a organização e atuação dos alunos secundaristas em grêmios estudantis, mas também, contribuiu para que os grêmios se conservassem como instituições tuteladas, uma vez que seu funcionamento estaria condicionado ao acompanhamento de um membro do corpo docente, o qual na concepção da Ditadura teria como função o zelo pela a manutenção da ordem.

Com o fim da Ditadura Militar, no ano 1985, a Lei federal nº 7.398, de 4 de dezembro, representou uma conquista para os estudantes, já que em oposição a legislação anterior, esta assegurou a criação dos grêmios estudantis como entidades livres, autônomas e representativas dos interesses dos alunos de primeiro e segundo graus.

A referida lei foi composta por três artigos:

Art. 1º Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 2º A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada Estabelecimento de Ensino convocada para este fim.

§ 3º A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmios Estudantis serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, em 04 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República. (BRASIL, 1985).

A Lei nº 7.398/85 simbolizou um avanço em relação a anterior (Lei Federal nº 6.680/79), uma vez que dispôs não apenas sobre o funcionamento dos grêmios estudantis, mas também deliberou sobre a sua criação, por meio de processos eleitorais, estatutos e regimentos a serem elaborados nas assembleias dos estudantes.

No entanto, a Lei nº 7.398/85 mesmo representando um avanço, ainda conservou alguns traços e características da lei de 1979, pois ao determinar que a atuação em grêmios estudantis estaria norteada por ideais cívicos, culturais e desportivos, desconsiderou a importância do comprometimento político dos estudantes.

A Lei nº 7.398/85 ainda hoje vigora, e posterior a ela foram deliberadas outras, cuja pretensão era assegurar a organização e atuação dos estudantes, como a Lei nº 8.069, de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que no artigo nº 53 do inciso IV, instituiu aos jovens o “direito de organização e participação em entidades estudantis” (BRASIL, 1990).

No estado do Paraná, foi colocada em vigor a Lei Estadual nº 10.054, de 16 de julho de 1992, que “dispõe sobre o funcionamento de Cantinas Comerciais nos Colégios estaduais de 1º e 2º Graus da rede oficial de Ensino”. (PARANÁ, 1992).

A mencionada lei deixou claro, já no seu art.1º, que as “cantinas comerciais nas Escolas de primeiro e segundo grau da rede oficial de ensino, funcionarão sob a responsabilidade, direção e exploração do Grêmio Estudantil [...]”. (PARANÁ, 1992).

No mesmo contexto, a Lei Estadual nº 11.057, de 17 de janeiro de 1995, enfatizou sobre a definição das normas, dos estatutos e demais regimentos que embasam o funcionamento dos grêmios estudantis, atribuindo como competência exclusiva do corpo discente a organização de grêmios estudantis em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, conforme prevê o artigo:

Art. 1º É assegurada nos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º grau, públicos ou privados no Estado do Paraná, a livre organização de Grêmios Estudantis, para representar os interesses e expressar os pleitos dos alunos. (PARANÁ, 1995).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, que estabelece a gestão democrática como um dos princípios e fins da educação nacional, não indicou claramente sobre os grêmios estudantis, mas esboçou sobre a sua existência ao referir-se sobre as instâncias colegiadas, que compõem a política da gestão democrática, das quais o grêmio estudantil faz parte.

De acordo com o artigo 3º da atual LDBEN, o ensino será ministrado de acordo com o princípio, “VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, (BRASIL, 1996), e o grêmio estudantil integrando as instâncias colegiadas, que juntamente com as demais, incorporam as “instituições auxiliares para o aprimoramento do processo educativo”. (VEIGA, 1998, p. 114).

A legislação atual, portanto, após um longo histórico de lutas, buscando o reconhecimento do direito à participação discente, reconhece o grêmio estudantil como uma instituição livre e autônoma, que integra o conjunto das entidades representativas dos estudantes, dentre as quais a UNE e a UBES fazem parte.

No entanto, embora o direito a participação seja expresso na forma da lei, nos questionamos sobre as limitações impostas pelas instâncias superiores como o Estado ou a escola, por exemplo, a esta participação.

Será que no cotidiano escolar o estudante tem realmente o direito a participação garantido? E o que se compreende por participação? Quais são as ideologias por parte do Estado que norteiam direcionamentos a prática estudantil? E quais são os limites, condicionantes e possibilidades do grêmio estudantil para o processo de emancipação na atual sociedade capitalista? Essas são algumas das questões que procuramos desvelar nas posteriores reflexões propostas nesta dissertação.

Para a compreensão de todas essas questões que envolvem os grêmios estudantis e as instituições de ensino das quais fazem parte, selecionamos seis grêmios estudantis em escolas de ensino médio da rede estadual da cidade de Ponta Grossa- PR, situadas em regiões de periferia.

No entanto, antes de analisar as questões que permeiam a participação discente nos grêmios estudantis é importante decodificar as determinações do real atreladas ao objeto de pesquisa. Para isso apresentamos na próxima seção alguns

aspectos sócios econômicos da cidade de Ponta Grossa e também as escolas em que atuam os grêmios que integram esse estudo.

2.2 DOCUMENTOS ORIENTADORES PARA A ATUAÇÃO NOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

No portal, “Dia a dia educação²⁵”, da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná- SEED-PR, os encaminhamentos que pretendem nortear as atividades estudantis são explicitados sucintamente, o que ocorre de forma mais detalhada nos manuais e guias elaborados para este fim. O que se pode observar na referida página da internet é a concepção de grêmio estudantil que se tenta transmitir:

O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Atuando nele, você defende seus direitos e interesses e aprende ética e cidadania na prática. (PARANÁ, grêmio estudantil ações, s/d).

O governo do estado, reconhece que o grêmio estudantil como uma instância voltada para a representação dos interesses dos jovens, o que representa um avanço se compararmos com a Lei nº 6.680/79, instituída em plena Ditadura Militar, no entanto, ainda hoje a legislação enfatiza a organização discente permeada por fins “cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais”.

Dessa forma, em consonância com a referida lei, o portal “Dia a dia educação”, não traz como sugestão o envolvimento político juvenil norteados por ideais emancipadores. O que se propõe é que o grêmio estudantil contribuiria para a prática de esportes e para a vivência de experiências democráticas.

É nesse sentido que os direcionamentos para um grêmio estudantil essencialmente comprometido com a formação para a cidadania se insere como uma estratégia que visa à reprodução dos interesses da classe dominante, pois a democracia sendo um princípio que enfatiza uma forma de liberdade ilusória, desconsidera as desigualdades sociais, conforme já apontou Marx nas obras “A questão Judaica” de 1843 e “Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano” de 1844.

²⁵ Paraná. Secretaria de Educação do Estado do Paraná- SEED-PR. Para mais detalhes acesse:< <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Nestas obras, Marx versa sobre os direitos do homem enquanto cidadão e membro da sociedade civil e sobre a possibilidade de superação desta condição que limita a busca pela verdadeira liberdade, estabelecendo a diferença entre emancipação política e emancipação humana.

A questão judaica, publicada em volume único nos Anais Franco Alemães, expõe uma crítica ao artigo de Bruno Bauer, no qual este defendeu que os judeus que viviam na Alemanha no século XIX deveriam renunciar ao judaísmo para que pudessem gozar dos direitos de cidadãos alemães. (BENSAID, 2010).

Mas, para uma clara compreensão desta concepção defendida por Bauer, é necessário considerar que “em meados do século XIX, o Estado alemão era um estado cristão e por incompatibilidade religiosa, os judeus não possuíam direitos políticos”. (SOUZA, 2008).

Marx deixou clara sua oposição em relação à concepção de Bauer e defendeu que a emancipação política, na verdade, não garantiria a liberdade tão aspirada pelos judeus, uma vez que ela estava pulverizada em pequenas conquistas e assim não conduziria à verdadeira emancipação humana. Marx ainda, reforçou sua argumentação colocando em xeque o raciocínio de Bauer, questionando: “[...], quem deve se emancipar? De que tipo de emancipação se trata? Quais são as condições que tem sua base na essência da emancipação exigida?” (MARX, 2010, p. 36).

As respostas para os questionamentos de Marx conduzem para a reflexão acerca da dicotomia existente entre a emancipação política e a emancipação humana. Para Marx, Bauer se equivocou ao elevar a emancipação política como um meio de alcance da liberdade, pois esta emancipação é parcial e condiz com a aplicação prática dos direitos do homem e do cidadão, direitos esses cunhados em revoluções levadas a cabo pela burguesia²⁶. (MARX, 2010).

²⁶ Hobsbawm (2014) expõe que a burguesia deu ao movimento revolucionário francês de 1789, uma unidade efetiva. As ideias impressas na Revolução Francesa tiveram como inspiração o liberalismo clássico, que inspirou a elaboração da famosa Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que em tese assegurava a igualdade entre os homens, mas que na verdade, era um documento que expressava somente as aspirações da burguesia, pois enfatizava em seu primeiro artigo que “os homens nascem livres e iguais perante as leis”. (p.106), mas previa a distinção entre as classes sociais ao defender que a propriedade privada era um “direito natural, sagrada, inalienável e inviolável”. (p.106). O autor ainda enfatiza que a constituição apresentava outras contradições que aparentemente asseguravam o direito a participação de todos os homens na elaboração das leis, mas que no plano real esta tarefa cabia a uma “assembleia representativa”, democraticamente eleita, trabalhava para garantir os interesses da burguesia e não a vontade geral do povo.

Marx ainda argumentou em defesa da premissa de que “a aplicação prática do direito à liberdade equivale ao direito da propriedade privada”. (MARX, 2010, p.49). Esse direito, portanto, é limitado, e seu gozo está condicionado ao valor da propriedade que cada homem possui. Assim, Marx deixou evidente que a emancipação política dos judeus não conduziria à libertação do povo frente ao jugo burguês. (MARX, 2010).

A obra “Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”, igualmente enfocou sobre a oposição teórica entre a emancipação política e a emancipação humana. Esta obra, publicada em 1844, no jornal alemão, Vorwartes, explicitou o posicionamento de Marx referente ao artigo de Arnold Rouge, publicado no jornal francês, La Réforme. (TONET, 2010).

Arnold Rouge, identificado como “o prussiano”, publicou um texto no referido jornal em que analisou a revolta dos trabalhadores, eclodida na Silésia (província alemã), no ano de 1844. Neste episódio, os tecelões manifestaram o seu descontentamento frente às precárias condições de trabalho em que estavam submetidos, quebrando máquinas e destruindo alguns documentos dentro das fábricas. (TONET, 2010).

Ao analisar esse embate protagonizado pelos operários, o prussiano deixou evidente seu posicionamento liberal, defendendo a emancipação política como a solução para os problemas sociais e o determinante para o desenvolvimento de uma nação. (TONET, 2010).

Marx refutou a tese de Rouge, argumentando que a emancipação política não é condição para o desenvolvimento de um povo, pois a política nunca atribuirá a sua existência como a causa da miséria e das desigualdades. Antes, ela defenderá que a miséria é um fator decorrente da “situação econômica nacional” (MARX, 2010, p. 48), isentando-se, dessa forma, da responsabilidade pelas mazelas sociais.

Em síntese, Marx desconstruiu a tese de Bauer defendendo que a emancipação política não se compromete com o fim das desigualdades sociais e sim com pequenas reformas que apenas dão a impressão de que os problemas sociais estão solucionados.

Já a emancipação humana é uma possibilidade histórica que pretende pôr fim às classes sociais e as desigualdades nelas presentes. Mas, para isso é necessária uma mudança na concepção de trabalho, suprimindo assim, o trabalho

assalariado e todas as suas variantes, como a propriedade privada, a mais valia e a exploração de uma classe sobre a outra.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto o número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção que produz bens. (MARX, 2001, p. 111).

Marx desvela com a reflexão, o quão desigual e alienante é o processo de trabalho na sociedade capitalista. Por meio dele, o trabalhador, é submetido a condição de exploração e subordinação frente a mercadoria e submete-se as relações desiguais que naturalizam a miséria, a opressão e desequilíbrio financeiro entre patrões e operários.

O que é necessário deixar claro a partir do exposto é que, Marx não compreende o trabalho como um entrave ao aperfeiçoamento das relações sociais e ao desenvolvimento humano. A crítica por ele desenvolvida é referente ao trabalho assalariado e como ele se configurou como um mecanismo alienante na sociedade capitalista.

E nesse sentido que para Tonet (2005, p. 132), o trabalho é o “fundamento ontológico do ser social” e também é o meio sobre o qual se alicerçará uma nova constituição social, livre e emancipada, a qual terá como sustentáculo o trabalho associado.

Assim, o trabalho associado pode ser inicialmente definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detém o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição e consumo. (TONET, 2005, p. 133).

É nesse sentido que o trabalho associado se distinguirá do trabalho assalariado, uma vez que os trabalhadores iriam deter o controle do processo de produção, distribuição e consumo, o que incorreria na eliminação das classes sociais, pois todos os homens pertenceriam a mesma sociedade humana e emancipada. (TONET, 2005).

Na sociedade humana e emancipada, a liberdade não será consequência da propriedade privada, ao contrário, ela romperá com o conceito que até então

conhecemos de liberdade. Nela os homens experimentarão de uma condição em que serão totalmente livres do trabalho assalariado, das relações degradantes e escravizadoras do capitalismo, da submissão frente as relações em que o ter sobrepõem-se ao ser.

Em oposição a emancipação humana, a emancipação política, nesse sentido, é parcial e a liberdade que dela decorre é ilusória e fictícia uma vez que esse é um direito restrito a classe dominante, pois conforme argumenta Buffa (1987 p. 30) “só os proprietários têm direito a plena liberdade e a plena cidadania”.

No entanto, a cidadania e a democracia, são pleiteadas como um direito decorrente da máxima liberdade que conduziria a humanidade ao encontro da igualdade e apoiados pelo discurso que zela pela ampliação das experiências democráticas, não apenas no portal “Dia a dia educação”, mas também o “Caderno Instâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública²⁷”, defendem a inserção juvenil nos grêmios estudantis.

O Grêmio Estudantil é uma organização dos estudantes com o objetivo de exercer a cidadania, é nesse espaço que os alunos aprendem a desempenhar seu papel político quando reivindicam situações do cotidiano escolar como: melhoria do relacionamento professor-aluno, melhoria da qualidade de ensino, mais espaços para as atividades culturais e esportivas, dentre outras situações. (PARANÁ, 2008)

Neste documento fica claro o discurso que defende a cidadania como um pressuposto fundamental para a atuação dos jovens nos grêmios estudantis. Também nele é possível perceber que a cidadania e a atuação política juvenil está reduzida em a práticas que contribuiriam para a “melhoria do relacionamento professor aluno, melhoria da qualidade do ensino e promoção de eventos culturais e desportivos”. (PARANÁ, 2008).

Percebe-se, assim, que o direcionamento para a atuação nos grêmios estudantis, refere-se a defesa de princípios norteados pela democracia e pela cidadania. No entanto, nos questionamos sobre qual é a concepção de democracia que se tenta transmitir? O que seriam as práticas democráticas abordadas por estes documentos? Será que há realmente o estímulo para tais práticas?

²⁷ PARANÁ. Secretaria da Educação do Estado do Paraná- SEED-PR. Caderno desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná para a Formação Continuada em Rede- PDE. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2459-6.pdf> > Acesso em: 12 ago. 2015.

Esses questionamentos são respondidos por meio da análise do manual “Grêmios Estudantis: é hora de participar” de autoria do Instituto Sou da Paz²⁸ e de um manual com instruções para a elaboração e atuação nos grêmios estudantis, elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) cujo título é, Grêmios Estudantis: Participe (2012)²⁹.

No manual “Grêmios Estudantis é hora de participar” do Instituto Sou da Paz, a promoção de eventos e festas são exemplificadas como práticas políticas e democráticas a serem desenvolvidas pelos alunos inseridos nos grêmios estudantis. De acordo com o referido material:

O importante é saber que a festa, assim como o campeonato, e o som no intervalo, pode ser considerada uma ação política e cultural. Primeiro, porque vocês estão representando um grande número de estudantes que os elegeram para realizar estas atividades. [...] por exemplo, terá que negociar com a Direção o uso da quadra (campeonato), a abertura da escola (festa), o uso do aparelho ou do pátio (som no intervalo). E até com os próprios alunos, para decidir, por exemplo, o que terá na festa, ou que tipo de som vai tocar em cada dia no intervalo. Esse é um processo que envolve e exige capacidade de negociação, diálogo, argumentação. Ao estabelecer estas relações para garantir direitos dos estudantes, vocês estão fazendo política e promovendo cultura. (SOU DA PAZ, s/d, p. 24).

Na argumentação apresentada pelo Instituto Sou da Paz, as ações políticas e democráticas dos grêmios estudantis estariam materializadas na promoção de eventos esportivos e festivos e adotando esse mesmo discurso, o manual Grêmios Estudantis: Participe (2012) da SEED-PR, traz alguns exemplos de ações que podem ser consideradas democráticas. Neste manual se afirma que democracia é:

- a) Reunir-se com amigos;
- b) Assistir filmes conforme o gosto pessoal de cada um;
- c) Expressar opiniões de forma oral e escrita;
- d) Cantar músicas de acordo com a preferência de cada um;
- e) Utilizar o voto de forma consciente;
- f) Utilizar a arte como um canal de expressão de opiniões;
- g) Ler jornais, ver tv, navegar na internet, ouvir rádio.

²⁸ O Instituto Sou da Paz é uma organização não governamental, criada no ano de 1999 por um grupo de estudantes brasileiros. Essa ONG tem como objetivo, desenvolver campanhas orientadas por valores como a democracia e a cidadania para contribuir para a redução da violência no Brasil. Para saber mais acesse: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos>. Acesso em: 12 ago. 2015.

²⁹ PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado da Educação- SEED-PR. Para saber mais acesse: http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

Os exemplos sobre o que seriam práticas democráticas denunciam que, por um lado, se reconhece a importância da atuação estudantil norteadada por valores democráticos/cidadãos, mas por outro a cidadania é reduzida a prática de esportes e a mera diversão, o que incorre no descompromisso com uma formação política que possivelmente nortearia os jovens para um processo emancipatório.

O que pretendo afirmar com a argumentação desenvolvida até aqui é que mesmo considerando os limites da emancipação política ela “representa um grande progresso, não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva de emancipação humana até aqui”. (MARX, 2010, p. 40), pois mesmo possuindo limites, a emancipação política indica uma possibilidade de se chegar a emancipação humana.

O que isso quer dizer é que dentro da perspectiva social vigente, os diferentes embates entre a classe trabalhadora e a burguesia podem inspirar uma luta maior pela emancipação humana. Mas, não devemos renunciar ao fato de que a emancipação política é apenas um meio de se chegar à emancipação humana a qual representa a verdadeira emancipação.

O direcionamento proposto pelos documentos analisados que induzem ao descompromisso juvenil para o engajamento político³⁰ norteadado para uma perspectiva emancipadora, nesse sentido, representa um entrave para o processo de superação da sociedade capitalista, pois não é possível a instauração de uma sociedade socialista sem o conhecimento dos limites e contradições do capital e “é da tomada de consciência desta contradição que nasce uma participação contestatória, dos representantes do movimento estudantil”. (MANDEL, 1979, p. 156). Assim:

É através de um esforço consciente para ultrapassar os seus próprios limites inevitáveis que a vanguarda do movimento estudantil poderá representar um papel importante na construção e no reforço das novas organizações revolucionárias. (MANDEL, 1979, p. 99).

³⁰ Na reflexão proposta considera-se engajamento político norteadado para uma perspectiva emancipadora o posicionamento crítico frente as deficiências presentes na sociedade de classes, frente as concepções e aos discursos dominantes, tidos como verdadeiros, frente a exploração de uma classe sobre a outra. No entanto o engajamento político emancipador, não se reduz apenas a desvelar as contradições da sociedade do capital, mas sim em inserir-se num projeto de lutas em que a emancipação política representa um meio de se chegar a emancipação humana, conforme discorre Marx (2010).

O trecho revela a importância da atuação estudantil consciente e dedicada com a construção de um movimento revolucionário, que tenha por missão o esforço para decodificar os condicionantes da sociedade do capital e assim inserir os jovens em um processo de lutas comprometido com a emancipação humana.

O Estado visando neutralizar uma possível atuação estudantil sob a perspectiva da emancipação, aqui nos referimos tanto a emancipação política quanto a emancipação humana, traz propostas que contribuem para que os jovens não se reconheçam enquanto seres revolucionários, pois ao difundir conceitos que reduzem a democracia a ações que consistem em reunir-se com amigos em festas eventos, navegar na internet, ouvir músicas, entre outros direcionamentos defendidos pela SEED-PR, colabora para a formação de jovens alienados aos problemas sociais e ao sistema de exploração do qual estão inseridos.

Em consonância com o manual do grêmio estudantil elaborado pela SEED-PR, o Instituto Sou da Paz também trouxe uma definição para cidadania no Guia Grêmio em Forma. Neste documento percebe-se um conceito de cidadania “comprometido”³¹, o qual significa ter “responsabilidade com os outros”. Dessa forma, ser cidadão é:

[...] participar. E participar é ir além de simplesmente criticar. Um verdadeiro cidadão sabe que usufruir de um conjunto de direitos, devendo respeitar outro conjunto de deveres, é apenas uma parte do significado de cidadania. Cidadãos conscientes sabem que só há cidadania efetiva se houver ação e cooperação na luta por uma sociedade melhor, em que os direitos humanos sejam respeitados e efetivados em sua totalidade. (SOU DA PAZ, s/d, p. 27).

A essas ações o Instituto Sou da Paz chama de “cidadania ativa”, o que segundo esta ONG, deverá integrar as atividades desenvolvidas pelos grêmios estudantis, pois a cidadania comprometida seria uma ferramenta importante para a transformação social.

O que esse discurso pautado na política do reformismo social desconsidera é que as transformações que dela decorrem são superficiais, se é que podem ser chamadas realmente de transformações, pois apenas remediaram por um breve período os problemas, na medida em que não são previstas a eliminação da pobreza e das contradições que assolam a sociedade, conforme enfatizou Marx

³¹ Utiliza-se a expressão “conceito comprometido” para ressaltar que as proposições que tentam buscar uma definição para a democracia, comprometem-se com objetivos já delineados e engajados com uma ideologia reformista.

tanto na “Questão Judaica” como na obra “Glosas críticas marginais ao artigo o Rei da Prússia e a reforma social: De um prussiano”.

Nessa perspectiva, o reformismo contribui apenas para a manutenção e para a conformação com o sistema de classes e em nada auxilia para o processo de emancipação, pois o mero cumprimento de tarefas não estimula uma prática que pretenda decodificar os condicionantes da sociedade capital e nem auxilia na luta para o rompimento com as desigualdades a ela atreladas.

O Estado é o instrumento que coloca em prática as políticas comprometidas com o reformismo, ao pautar suas ações na defesa dos interesses de uma única classe social, a classe dominante, conforme ilustram as quatro teses sobre o Estado proposta por Tonet (2010), a saber:

Na primeira tese Tonet (2010) deixa claro que em Marx, “o Estado tem a sua raiz no antagonismo de classes que compõe a sociedade civil”. (TONET, 2010, p. 20), o que isso quer dizer é, que na verdade, a existência e a perpetuação do Estado dependem deste antagonismo, pois da eliminação do aparelho estatal decorre a instauração de uma nova forma de sociabilidade, assim, nada mais natural que o Estado fundamente todas as suas ações visando a sua sobrevivência.

A segunda tese confirma o Estado como “um instrumento de reprodução dos interesses da classe dominante, portanto, um instrumento de opressão de classes” (TONET, 2010, p. 22), que pauta suas ações na legitimação dos interesses da classe que por ele se faz representar.

Em decorrência da primeira tese, a terceira ratifica que o “Estado é impotente para alterar a sociedade civil”, pois uma revolução social eliminaria o Estado e, conseqüentemente, todas as relações de exploração a ele atreladas. Por isso, sua estratégia para se manter no comando é o reformismo social, uma vez que através deste empreendimento, transmite-se a falsa sensação de há o engajamento real num trabalho para a construção de “uma sociedade de bem-estar para todos”. (TONET, 2010, p. 24). E dessa forma, a quarta tese defenderá a superação do Estado como condição fundamental para a emancipação humana. (TONET, 2010).

A reflexão sobre as quatro teses sobre o Estado de Tonet (2010) leva ao entendimento de que como parte da estratégia para neutralizar a combatividade da classe trabalhadora, o Estado, incute nos jovens ideologias que naturalizam as desigualdades sociais, pretendendo diante disso, formar jovens passivos e alienados

aos problemas. Por isso a importância do trabalho norteado para o reformismo, para a despolitização e para o apaziguamento de concepções que pretendam romper com o sistema capitalista em vigor.

Tendo como norte a política do conformismo/reformismo, o portal “Dia a dia educação” da SEED-PR propõe as seguintes atividades a serem desenvolvidas pelos alunos inseridos nos grêmios estudantis:

- a) Promover eventos culturais para os alunos e a comunidade, como por exemplo: projeção de filmes, peças teatrais, gincanas, concursos de poesia, coral, festival de dança, de música, etc.;
- b) Desenvolver eventos esportivos; palestras sobre, violência, drogas, sexualidade, meio ambiente, entre outras;
- c) Engajar-se em campanhas de agasalho, de alimentos e de outros recursos para as populações carentes;
- d) Organizar o jornal e a rádio da escola.

Dentre tais ações sugeridas pela SEED-PR para a atuação nos grêmios estudantis, o que nos chama a atenção mais uma vez, é a ênfase nas atividades voltadas para a realização de trabalhos voluntários.

Esse estímulo para o comprometimento com atividades voltadas para o voluntariado também faz parte de uma série de direcionamentos políticos para a juventude, propostos por organismos internacionais, aos países latino-americanos, entre eles o Brasil, conforme evidenciou os estudos de Souza (2008).

[...] a representação da UNESCO, no Brasil, revitalizou suas atividades na década de 90. Estabeleceu metas educacionais para o país e firmou convênios e acordos de cooperação técnica com o Ministério da Educação de diversos estados e municípios, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras, além de inúmeras organizações não governamentais como as Fundações Bradesco e Odebrecht, os Institutos Cultural Itaú, Ayrton Senna e Herbert Levy, o Serviço Social da Indústria (SESI). (SOUZA, 2008, p. 49).

As propostas para atuação juvenil, de acordo com esses organismos, fazem parte dos projetos para a juventude. Esses projetos são incentivados e desenvolvidos por organizações não governamentais, e caracterizam-se por reduzir o protagonismo juvenil ao mero envolvimento em campanhas voluntárias de ajuda aos mais necessitados. (SOUZA, 2008).

A sugestão para a adesão dos jovens em ações voltadas para o voluntariado, é também expressa no Relatório Delors.

A educação formal deve, pois, reservar tempo e ocasiões suficientes em seus programas para iniciar os jovens em projetos de cooperação, logo desde a infância, no campo das atividades desportivas e culturais, evidentemente, mas também estimulando a sua participação em atividades sociais: renovação de bairros, ajuda aos mais desfavorecidos, ações humanitárias, serviços de solidariedade entre gerações. (DELORS, 1996, p. 99).

Embora o protagonismo juvenil seja defendido pelo discurso oficial como “uma prática servidora, crítica, construtiva, criativa e solidária, na qual a atuação dos jovens estudantes direciona-se para viabilizar soluções imediatas”. GONZÁLEZ; MOURA (2009, p. 383), esse tipo de prática não elimina a miséria, pois como Marx (2010) exemplificou, no Parlamento Inglês em 1834, quando se tentou acabar com a pobreza através de pequenas reformas estruturadas no assistencialismo, nada mais se conseguiu do que o aumento da pobreza e da mendicância.

Assim como na primeira, na segunda edição do caderno Grêmio em Forma, do Instituto Sou da Paz, são claras as sugestões para a atuação no grêmio estudantil norteadas por princípios voluntários. Nesse documento ficam explícitas concepções que afirmam que “em todo lugar sempre tem algo importante a ser melhorado ou construído” ou que “participar é importante para poder transformar” (SOU DA PAZ, s/d, p. 14) e sob essa ideologia são sugeridas ações de reformas sociais das quais o jovem deve ser o ator principal.

Fazer parcerias com instituições (sociais, esportivas, etc.) e estabelecimentos comerciais da região: envolvê-los em gincanas, campanhas, ações sociais, culturais e políticas da comunidade. Uma dica importante: não esqueça nunca de divulgar o nome dos parceiros que colaboram com o projeto, é uma medida justa e estratégica para futuros apoios. (SOU DA PAZ, s/d, p. 14).

Na perspectiva desse documento, ser cidadão consiste em aderir à política do voluntariado, ser solidário e promover a solidariedade, transformando, melhorando ou construindo, pois como o Instituto Sou da Paz evidenciou a participação só é eficaz quando se compromete com a transformação.

O Instituto Sou da Paz sendo uma organização não governamental defende as mesmas proposições de diversas ONGs espalhadas pelo Brasil, conforme evidenciou os estudos de Souza (2008), atua com vistas à “fabricação de um

consenso” de que o jovem deve ser o ator principal das mudanças sociais e tais mudanças são mais facilmente alcançadas por meio de ações solidárias.

O atual modelo de políticas de juventude [...] adotado em maior ou menor grau pelo governo brasileiro e defendido por boa parte das organizações não governamentais, atribui ao indivíduo objeto de intervenção a responsabilidade pela superação das adversidades impostas pela sociedade. (SOUZA, 2008, p. 60).

O ativismo centrado no voluntariado, na busca de soluções reformistas para as mazelas sociais, conforme defende os documentos analisados, portanto inibem a leitura dos limites e dos condicionantes da sociedade capitalista. Esse tipo de política, sustentada por tais documentos transferem para os jovens a solução dos problemas sociais e contribuem para que o Estado se isente cada vez mais de tal responsabilidade.

Moura (2008 p. 22) observa que as ações centradas na política do voluntariado apenas contribuem para que o foco não seja as desigualdades sociais, e sim no que cada cidadão pode fazer para que as mesmas sejam amenizadas, ou seja, transfere-se o “debate político para a ação individual ou coletiva, encaminhando os jovens a adaptação e não a problematização”.

Os documentos analisados também indicaram que contraditoriamente a determinação da Lei federal nº 7.398/85 que expressou sobre a atuação independente e autônoma dos alunos nos grêmios estudantis, os guias e manuais analisados defendem que as atividades desenvolvidas pelos jovens devem ser contar com a assessoria dos gestores, professores e outros profissionais que atuam na escola.

Defendendo tais propósitos, o manual “Grêmios estudantis: é hora de participar” do Instituto Sou da Paz, expressou que apesar do grêmios estudantis ter autonomia para fazer suas escolhas, não deverá dispensar a ajuda de outros profissionais inseridos na escola, pois, “quanto mais pessoas estiverem apoiando a gestão, maior é a chance de a mesma ter uma boa atuação” (Sou da Paz, s/d, p. 15).

Não esqueçam que vocês estão dentro de uma escola que possui regras e esta escola, por sua vez, está inserida em uma sociedade que também possui regras. É importante conhecê-las para conseguir realizar seus projetos e manter uma boa relação com a comunidade escolar. (SOU DA PAZ, s/d, p. 15).

O que o referido manual expressa é que os estudantes que integram a agremiação devem seguir as regras da escola, as quais na prática cotidiana são legitimadas na figura da direção que:

[...], dentre outras questões, é responsável por tudo o que acontece na escola e deve estar “a par” de tudo o que se passa dentro dela. Ela não só precisa saber das ações que o grêmio pretende realizar, como pode ser uma parceria valiosa na busca pelos meios através dos quais vocês conseguirão concretizar suas ideias. (SOU DA PAZ, s/d, p. 16).

Nesse contexto, o documento traz argumentações que contribuem para o cerceamento da autonomia dos jovens inseridos nos grêmios, uma vez que, ao ressaltar a figura do gestor como a autoridade máxima dentro da instituição escolar, sobre a qual os alunos devem prestar contas de tudo que acontece, o documento, naturaliza uma atuação estudantil, despolitizada e tutelada.

Seguindo os mesmos pressupostos do manual do Instituto Sou da Paz, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná no portal educacional “Dia a dia Educação”, traz como sugestão:

A Secretaria de Estado da Educação entende que toda representação estudantil deve ser estimulada, pois ela aponta um caminho para a democratização da Escola. Por isso, o Grêmio nas Escolas públicas deve ser estimulado pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à Direção numa gestão colegiada. (PARANÁ, grêmio estudantil ações, s/d).

A citação ressalta o entendimento sobre a importância da representação discente por meio dos grêmios estudantis. No entanto para a SEED-PR, o grêmio estudantil deve atuar como um apoio da direção, ou seja, nesta concepção, há o entendimento de que o grêmio estudantil é também um parceiro, um colaborador do gestor, o que na prática descaracteriza o princípio da autonomia da representatividade discente expresso na Lei nº7.398/85, a qual como vimos deliberou que o grêmio estudantil é espaço autônomo e de representação dos interesses dos alunos.

O Instituto Sou da Paz também sugeriu que o grêmio envolva os professores em suas atividades.

Os professores também podem ser bons parceiros neste momento, pois normalmente eles têm grande experiência em planejamento. Elaborar e escrever projetos nem sempre é fácil e vocês não podem demorar mais tempo fazendo o projeto do que o tempo que têm para realizá-lo. [...] peçam auxílio para aquele professor com quem vocês têm mais proximidade e que esteja mais entusiasmado com o grêmio. (SOU DA PAZ, s/d, p. 22).

O documento analisado recomenda que os alunos devem buscar a colaboração dos professores não apenas para a elaboração, mas também para o desenvolvimento e execução dos projetos a serem desenvolvidos pelo grêmio estudantil. Essa orientação para a atuação nos grêmios estudantis inibe a tomada de decisões de forma livre e autônoma dos alunos inseridos na agremiação.

Dessa forma, as análises desenvolvidas até aqui, levam a compreensão de que a prática juvenil tutela e anulada por concepções reformistas que pretendem anular a combatividade e o engajamento político do jovem, são as concepções que nortearam os documentos analisados para esta pesquisa.

É nesse sentido que estas ideologias expressas nos documentos pesquisados, as quais promovem o entendimento de que a democracia refere-se a assistir filmes, ouvir músicas navegar na internet, por exemplo, ou que ainda reduzem o protagonismo juvenil ao envolvimento em campanhas assistencialistas e reformistas, ou que inibem o princípio a autonomia dos grêmios estudantis, conduzindo para uma atuação tutelada e cerceada pelos gestores, tem como pretensão a neutralização da combatividade dos estudantes e o seu disciplinamento para o sistema capitalista e não para a sua superação.

Um dos maiores problemas das concepções reformistas é que elas não questionam a natureza da estrutura capitalista, e porque não dão devido peso aos imperativos produtivos e materiais da ordem vigente [...]. (MELLO, 2012, p. 48).

Os questionamentos que colocam em xeque as concepções reformistas do modelo de sociedade capitalista, que buscam a ampliação dos direitos da classe trabalhadora e que denunciam as falhas, lacunas e desigualdades presentes no sistema de classes, são essenciais para um processo revolucionário com vistas para a emancipação humana, pois denunciam para a coletividade a necessidade da superação deste sistema dual e injusto.

Diante do exposto, as propostas para a atuação nos grêmios estudantis, expressas nos documentos analisados quando colocadas em prática podem neutralizar uma perspectiva revolucionária uma vez que inibem os questionamentos acerca dos limites desta sociedade ao direcionar o jovem para o entendimento de que essa sociedade não precisa ser superada, no máximo reformada ou melhorada e que a responsabilidade por esta reforma é de cada cidadão que nela se insere.

As análises desenvolvidas até aqui instigam a alguns questionamentos sobre as ideologias expressas nos documentos pesquisados. Será que tais ideologias influenciam na prática cotidiana dos alunos que fazem parte dos grêmios estudantis selecionados para a pesquisa principalmente porque esses grêmios encontram-se em regiões de periferia, onde teoricamente estão mais evidentes as desigualdades sociais.

No entanto para a busca de uma resposta para o questionamento proposto é necessário não só contextualizar o objeto de pesquisa, mas também compreendê-lo como sujeito as determinações do real, delimitando o ponto de partida e o ponto de chegada como bem explicitou Frigotto (2010). Assim no próximo capítulo, apresento as seis escolas situadas nas regiões de periferia da cidade de Ponta Grossa, local em que atuam os grêmios estudantis, refletindo sobre as contradições expressas nestas localidades.

CAPÍTULO III

O GRÊMIO ESTUDANTIL NAS ESCOLAS DE PERIFERIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA

Costa e Vieira (2006) explicitam que no Brasil é possível afirmar sobre a existência de múltiplas juventudes, já que as relações econômicas e sociais interferem no comportamento do jovem. As desigualdades sociais e econômicas apresentadas em nossa constituição social, para esses autores são determinantes para o delineamento de distintos perfis para o jovem brasileiro.

Sanfelice (2013) igualmente contribui com essa reflexão. O autor expõe que a juventude não se constitui como uma classe social nem possui “identidade universal própria” (p. 67). Dessa forma, os jovens se diferenciam pelos comportamentos que assumem e por “convenções sociais” (p. 67). Assim não há um único perfil para o jovem e eles incorporam características de acordo com a realidade social e econômica em que se inserem.

Para Sanfelice (2013) há jovens que muito cedo se inserem no mercado de trabalho, outros que dedicaram seu tempo apenas para os estudos e aqueles que nunca estudaram e outros que frequentam as melhores escolas, portanto há diferentes juventudes e diferentes movimentos das juventude, “da juventude das periferias dos centros urbanos, da juventude das classes médias, da juventude burguesa e da juventude de culturas diferenciadas”. (p.69)

Dessa forma tendo como objetivo compreender o perfil do jovem que atua junto aos grêmios estudantis das escolas de periferia da cidade de Ponta Grossa exponho a análise deste capítulo. Para isso, serão apresentadas as referidas escolas e também exposta uma reflexão acerca das contradições sociais expressas nas localidades em que se inserem os grêmios estudantis, esboçando um perfil para as comunidades por meio de alguns dados do IBGE, IPARDES, GEMPAR e do Plano Diretor da cidade de Ponta Grossa, para então analisar a atuação dos jovens nas agremiações.

3.1 CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES NAS PERIFERIAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA, PR

O município de Ponta Grossa com população estimada em 311.611³² habitantes, sendo que destes 27.680³³ são compostos por jovens com idades correspondentes entre 15 e 19 anos, está localizada na “mesorregião centro-oriental do Paraná e seu centro urbano está situado a 118 quilômetros da capital do estado” (NASCIMENTO; MATIAS, 2011, p. 74).

A referida cidade apresenta a seguinte característica urbano demográfico, distribuída de acordo com o poder aquisitivo, conforme argumentam Nascimento e Matias (2011, p. 90).

Uma mostra da disparidade social na ocupação do espaço urbano é dada pela distribuição espacial dos grupos de renda [...] pode-se observar que as camadas de renda mais elevada, representadas pelos chefes de famílias com rendimentos a partir de dez salários mínimos residem prioritariamente no centro da cidade ou nas proximidades dele [...].

As pesquisas de Nascimento e Matias (2011) enfatizaram que a oposição entre as classes sociais na cidade de Ponta Grossa, são evidenciadas mais facilmente nos locais de residência das famílias. É nesse sentido que as classes com maior poder aquisitivo residem prioritariamente em regiões centrais ou nas suas proximidades, já as periferias abrigam “as maiores concentrações de famílias empobrecidas (no caso chefiadas por pessoas com rendimento não superior a dois salários mínimos”. (NASCIMENTO; MATIAS, 2011, p. 90).

Dados extraídos do atual Plano Diretor³⁴ da cidade, ainda ajudam a delinear algumas características das regiões de periferia de Ponta Grossa. De acordo com o referido documento, 17% da população reside em ocupações irregulares, nas periferias da cidade, o que em números representa 8.350 residências localizadas em pontos de invasão.

O adensamento das áreas ocupadas irregularmente se relaciona a consequente subdivisão dos espaços abrigando várias famílias. O perfil genérico do morador em situação irregular é de baixa escolaridade e com

³² IBGE. Para saber mais acesse: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411990> . Acesso em: 02,dez, 2015.

³³ IPARDES/2015. Para saber mais acesse: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok> . Acesso em: 02 dez. 2015.

³⁴ Para saber mais acesse: http://geo.pontagrossa.pr.gov.br/portal/plano_diretor.

reduzida condição de rentabilidade. As famílias são provenientes do município ou fruto de processos migratórios de outras regiões do estado. As edificações predominantemente em madeira em condições precárias de acessibilidade. Estão locadas principalmente em fundos de vales, em condições deficientes de saneamento. (PONTA GROSSA, 2006, p. 86).

A classe trabalhadora, portanto, residindo prioritariamente em regiões periféricas da cidade, dentre as quais também se compõe as áreas de invasão, está submetida às precárias condições de vida, situação esta, que lhes permite apenas sobreviver e não se desenvolver enquanto seres humanos.

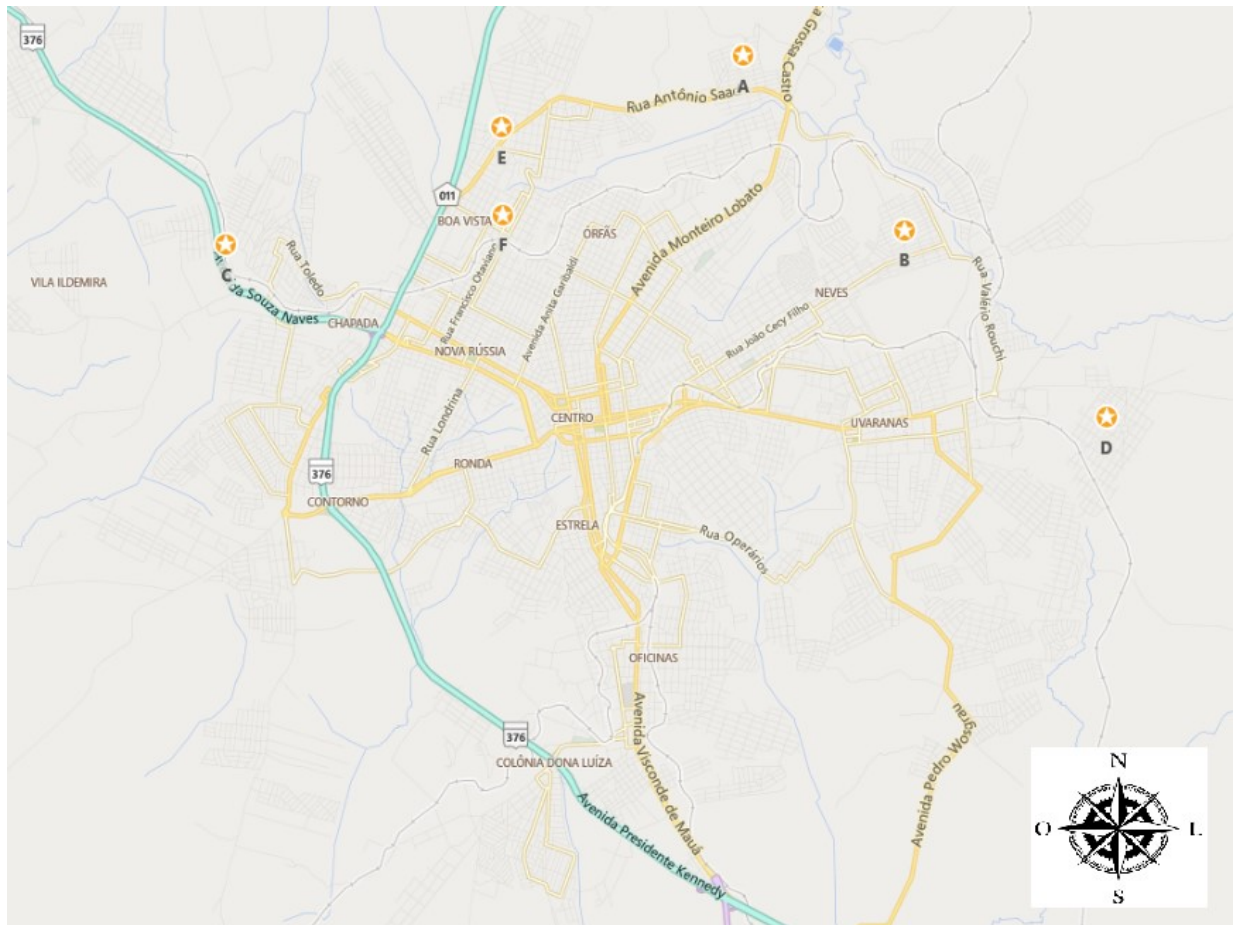
A exclusão social tende a se agudizar na medida em que as mesmas se encontram em localidades mais afastadas da área central. Portanto, paralelamente ao aumento da distância social entre os grupos que ocupam estas duas localizações, pois na maioria das partes da cidade diminui o número de condições favoráveis a uma boa condição de vida. (NASCIMENTO, 2008, p. 122).

Com a argumentação o autor deixa claro que a dicotomia entre as classes sociais também se materializa nas áreas de moradia da cidade. No contexto de periferia versus bairros nobres é possível perceber a dessemelhança entre a classe dominante e a classe trabalhadora, entre aqueles que possuem condições e oportunidades para desenvolverem-se plenamente e aqueles cujo único bem é a sua força de trabalho.

3.1.1 Caracterização das escolas e comunidades onde se inserem os Grêmios pesquisados.

Neste cenário em que se expressam as desigualdades sociais é que se inserem as seis escolas em que atuam os grêmios estudantis selecionados para a pesquisa. Essas escolas embora estejam localizadas em zonas de periféricas da cidade, apresentam particularidades quanto à localização, estrutura física e aspectos referentes à comunidade a quem atendem.

FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA - PONTA GROSSA - 2015



Fonte: Google mapas. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-25.0831064,-50.1163853,15z>. Acesso em: 03, fev, 2016. Organizado pela autora.

Conforme se pode perceber no mapa de Ponta Grossa, as escolas de periferia que compõe essa pesquisa, localizam-se nas regiões norte, nordeste e noroeste. As escolas (E) e (F), situam-se na mesma região e atendem a comunidade oriunda de um dos maiores bairros da cidade. Já as demais encontram-se em pontos extremos distanciando-se uma das outras. As características específicas dessas escolas e comunidades serão expostas a seguir.

a) Escola e Comunidade – Grêmio Estudantil (A)

A escola em que atua o Grêmio Estudantil (A), conta com um total de 399 alunos e 68 funcionários, está localizada em uma área com conjuntos habitacionais populares. Esta localidade é extremamente violenta e segundo o PPP os problemas

decorrentes do uso de drogas e bebidas alcoólicas é a principal causa para o alto índice de criminalidade apresentado no bairro.

Quanto aos alunos, o PPP traz a seguinte informação:

A caracterização da clientela é representada por alunos advindos das classes populares, pertencentes à faixa econômica de baixo poder aquisitivo, muitos pais encontram-se desempregados ou vivem de subempregos. Há uma taxa muito grande de analfabetismo entre a família dos alunos. (PPP, 2015, p. 10).

O documento ainda ressaltou que os pais em média possuem pouca escolarização, alguns concluíram somente o 1º grau, a renda familiar é de no máximo dois salários mínimos, sendo que a maioria dessas famílias depende de programas sociais do governo federal como o “Bolsa Família” para complementar a renda.

Durante a visita na escola em que atua o grêmio estudantil (A) foi possível observar que a instituição de ensino é ampla e possui boa estrutura física, no entanto está localizada em uma região com precárias condições. As ruas não são pavimentadas, as residências que avizinham a instituição são compactas e algumas delas são feitas em madeira e poucas possuem calçadas ou muros.

Pelas ruas percebe-se a presença de muitos jovens com idades aparentes entre 15 e 18 anos, que se agrupam nas esquinas para fumar, beber, andar de bicicleta e skate.

b) Escola e Comunidade – Grêmio Estudantil (B)

O projeto político pedagógico da escola em que se insere o Grêmio Estudantil (B) explicitou que a instituição de ensino conta com um total de 581 alunos, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno e 59 funcionários.

Com relação à comunidade a quem a escola atende, o documento revelou que as famílias dos alunos são compostas geralmente por 4 ou 5 pessoas, incluindo pai, mãe e filhos, sendo que muitos jovens são órfãos. A renda familiar da comunidade foi definida como baixa, variando entre um e três salários mínimos e a participação da família na escola só ocorre quando a instituição de ensino solicita algum tipo de ajuda para a realização de pequenos trabalhos voluntários.

Observei que a escola está localizada em uma região que se diferencia das demais vilas em que visitei para a coleta de dados para esta pesquisa. Nessa

localidade a maioria das casas integra conjuntos habitacionais para classes populares. Estas residências são pequenas, feitas em alvenaria e em geral são compostas por 4 cômodos, salvo aquelas em que os moradores promoveram melhorias e ampliações.

A rua em que a escola do Grêmio Estudantil (B) está situada não contém pavimentação e a rua é extremamente mal iluminada³⁵, pois as lâmpadas aparentemente foram quebradas.

Quanto ao espaço físico, percebi que a escola contém muros altos e os portões permanecem trancados durante o período de aulas, sendo necessária a identificação de visitantes. Os espaços externos são amplos e arejados, o ambiente é limpo e aparentemente possui boa estrutura física.

c) Escola e Comunidade – Grêmio Estudantil (C):

A análise do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino em que se insere o Grêmio Estudantil (C) revelou que a comunidade a quem escola atende é constituída por trabalhadores da produção industrial e serviços, sendo que 50% das mães são donas de casa.

Quanto aos programas sociais do governo o documento expõe que 25% das famílias contam com benefícios como o “Bolsa Família” e o “Leite das Crianças³⁶”

Referente ao nível de escolaridade e estrutura familiar, o documento expressou que a maioria da comunidade concluiu apenas o Ensino Fundamental e as famílias em sua maioria são numerosas com uma média de seis pessoas morando na mesma residência. As casas são pequenas, construídas em alvenaria ou madeira e estão situadas em loteamentos cedidos pelo governo municipal.

Embora a administração pública tenha cedido a moradia para estas famílias, o PPP, denunciou que as mesmas vivem em condições precárias, uma vez que para

³⁵ Foi possível observar que a rua em que se localiza a escola do Grêmio Estudantil (B) é mal iluminada pois visitei a escola para a coleta de dados, também durante o período noturno.

³⁶ O Programa Leite da Crianças (PLC), é um programa do governo do Estado do Paraná voltado para a distribuição diária de um litro de leite para crianças de 6 meses a 3 anos de idade. O programa tem como requisito fundamental que a renda percapta das famílias a que pertencem essas crianças não ultrapasse meio salário mínimo. Para saber mais acesse: <http://www.leitedascricancas.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 12 jan. 2016.

muitos falta o acesso à água encanada, tratamento de esgoto e banheiro na parte interna das residências³⁷.

Outra particularidade dessa região é que a área próxima à escola possui um mal cheiro muito forte o qual tem como provável justificativa o fato de que a escola tem localização muito próxima a um arroio em que o esgoto é lançado a céu aberto.

d) Escola e Comunidade – Grêmios Estudantis (D):

A escola em que estudam os alunos que fazem parte do Grêmios Estudantis (D) oferta as modalidades de Ensino Fundamental e Médio nos períodos matutino, vespertino e noturno, integrando um total de 21 turmas.

O Projeto Político Pedagógico da referida instituição de ensino expressou que a mesma atende os alunos oriundos de três vilas da cidade, os quais pertencem ao nível socioeconômico médio-baixo, com predomínio de assalariados cujo ramo de atividade se diversifica.

O PPP dessa instituição traz poucas informações sobre a escola e a comunidade a quem a mesma atende, dessa forma, as observações realizadas durante o processo de pesquisa auxiliaram para o delineamento de um perfil para a comunidade em que se insere a instituição do Grêmios Estudantis (D).

A escola é ampla e possui boa estrutura física, com uma quadra de esportes integrada. A rua que dá acesso à escola é calçada com paralelepípedos, no entanto é mal iluminada, provavelmente devido as lâmpadas quebradas.

Há pouca movimentação de pessoas nas proximidades da escola do Grêmios Estudantis (D), e nas quadras laterais da instituição há alguns terrenos baldios. As casas que avizinham a instituição de ensino são pequenas, sendo que a maioria foi construída em alvenaria, mas também há algumas construídas em madeira, as quais são extremamente pequenas, sem muros e o terreno que as abriga é constituído por chão batido sem cobertura por calçadas ou gramíneas.

Também foi possível observar a presença de alguns bares nas proximidades da escola. Esses estabelecimentos com funcionamento noturno compreendem

³⁷ As impressões que acumulei durante as ocasiões em que estive na escola para a coleta de dados para a pesquisa confirmaram as descrições do Projeto Político Pedagógico sobre a comunidade. Na visita durante o período noturno constatei que as ruas que cercam a instituição de ensino são mal iluminadas e sujas.

ambiente com músicas altas, pessoas sentadas em mesas na parte externa do local, consumindo bebidas alcoólicas e fumando. Percebi que entre os clientes desses bares há jovens, dentre estes algumas meninas gestantes.

e) Escola e Comunidade – Grêmio Estudantil (E):

A escola em que estudam os alunos do Grêmio Estudantil (E) está localizada em um espaço físico com área total de 13.500 m, com área construída em 750 m, sendo que destes 500 metros são em alvenaria e 250 m em madeira.

A clientela a quem a escola atende é oriunda de 11 vilas próximas ao estabelecimento de ensino e segundo o PPP (2015, p. 17) a mesma refere-se a:

[...] famílias de baixa renda, com nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental incompleto. Atuam principalmente em empresas (operários) e em serviços autônomos (trabalhos braçais, domésticos, catadores de recicláveis, etc.).

O documento ainda ressaltou que o atende aos alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno e o Ensino Médio funciona somente no turno matutino e noturno e também há oferta do ensino na modalidade de Educação de jovens e Adultos (EJA) no período noturno.

O Projeto Político Pedagógico traz poucas informações pertinentes a esse estudo, sobre a escola e a comunidade a quem ela atende o que fragiliza a caracterização sobre as mesmas. No entanto, as observações que acumulei durante as visitas nesse estabelecimento de ensino contribuem para o esboço de algumas características dessa escola.

A escola possui calçamento ao seu redor, é bem iluminada, possui muros e o portão é trancado evitando o acesso de pessoas estranhas ao estabelecimento.

Em frente à instituição de ensino (E) localiza-se um pequeno bar, no entanto esse é pouco movimentado. Quanto ao espaço físico a instituição possui uma área comum bastante ampla, mas as condições de instalação dos alunos são precárias, pois algumas salas de aula são construídas em madeira e possuem buracos no teto e no chão e segundo os alunos tanto nos dias de chuva quanto nos dias de calor é muito difícil permanecer no local, pois as goteiras e o excesso de sol tornam o ambiente insuportável. Outra reclamação dos alunos é que as carteiras caem

constantemente nesses buracos do chão e é muito frequente esse tipo de acidente, o que coloca em risco também a segurança dos educandos.

As casas localizadas ao redor da escola em sua maioria são construídas em padrão alvenaria, mas há algumas em madeira. Em geral são pequenas e as ruas que lhes dão acesso são desprovidas de pavimentação e iluminação elétrica.

f) Escola e Comunidade – Grêmios Estudantis (F):

A análise do PPP da escola em que estudam os alunos do Grêmios Estudantis (F) revelou que a localidade em que a referida instituição de ensino se insere conta com um total de 5.000 habitantes.

O estabelecimento de ensino de acordo com o referido documento, pode ser considerado como de médio porte, pois possui 64 funcionários, entre professores, pedagogos, funcionários de serviços gerais e administrativos e 1.200 alunos distribuídos em turmas com funcionamento nos períodos matutino, vespertino e noturno.

O documento ainda expõe que a escola conta com a ajuda de algumas instituições que auxiliam o colégio com a prestação de serviços voluntários, entre essas instituições o PPP cita algumas faculdades particulares da cidade de Ponta Grossa e também a sociedade civil que contribui com o projeto Amigos da Escola.

Quanto às características sócio econômicas e culturais da clientela o Projeto Político Pedagógico expõe:

Nossa Comunidade Escolar apresenta uma condição socioeconômica média baixa, sendo que os alunos do ensino noturno em sua maioria exercem trabalho remunerado durante o dia. Alguns alunos têm oportunidade de contar em sua residência com um computador, por exemplo, como auxílio na realização de pesquisas escolares. Mas, nossa clientela em sua grande maioria não tem acesso às novas tecnologias, ficando restrita aos recursos didáticos e audiovisuais utilizados na escola. (PPP, 2014, p. 15).

As observações acumuladas durante o processo de pesquisa confirmam as informações do documento analisado. A comunidade é carente de recursos como pavimentação, iluminação elétrica nas ruas. As casas construídas em padrão alvenaria em geral são pequenas, muitas não possuem calçadas na parte externa e as ruas em que dão acesso as mesmas acumulam lixo e algumas estão próximas a matagais.

De forma geral observei que as seis escolas atendem a comunidades pobres. Os jovens que ali residem estão expostos a problemas como a falta de condições para permanência na escola, drogas e criminalidade. Nestas localidades não apenas faltam condições básicas de vida, as pessoas que ali residem estão margem da sociedade. Nestas periferias são materializados os reflexos da divisão social entre “duas classes diametralmente opostas, entre a burguesia e o proletariado”. (MARX E ENGELS, 1999, p. 08).

Marx (2001) contribui com a reflexão, expondo que nessa relação de desigualdade entre burguesia e classe trabalhadora, a miséria surge como consequência do aumento do capital, gerado por meio da exploração da classe trabalhadora. No entanto Marx, não apenas desvela tais contradições, em parceria com Engels argumenta que mesmo estando expostos a uma situação de exploração e subserviência, somente a classe trabalhadora pode romper com a situação a que está exposta. (MARX E ENGELS, 1999). Assim:

Todos os movimentos históricos, tem sido até hoje movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria em proveito da imensa maioria. (MARX E ENGELS, 1999, p. 25).

O que isso quer dizer é que apenas os trabalhadores podem protagonizar um movimento comprometido com a superação do capital, pois estes representam a “classe revolucionária” (LESSA; TONET, 2012, p. 59). É nesse sentido que, nas comunidades de periferia de Ponta Grossa, a participação em grêmios estudantis pode cooperar para que os jovens consigam compreender a realidade contraditória e desigual a que estão expostos e assim vislumbrar perspectivas de superação, pois conforme expõe Mandel (1979), os estudantes mais do que denunciar os limites da sociedade do capital, podem “difundir a consciência socialista revolucionária anticapitalista no seio da classe operária”. (p. 48).

Na próxima sessão, partindo das considerações efetuadas pelos PPPs das escolas pesquisadas, pretende-se cruzar as informações de tais documentos com alguns dados divulgados pelo Gestão Estratégica do Ministério Público do Paraná (GEMPAR), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), com o objetivo de delinear um perfil geral para as periferias em que residem as escolas estaduais em que se atuam os grêmios estudantis desse estudo.

3.1.2 Indicadores que aproximam as realidades pesquisadas

Os Projetos Político Pedagógico das escolas que integram os grêmios estudantis desta pesquisa, denunciaram em diferentes aspectos as desigualdades sociais a que é submetida a classe trabalhadora que reside prioritariamente nos bairros periféricos da cidade de Ponta Grossa. Dentre os aspectos abordados pelos seis Projetos Políticos Pedagógicos analisados, há um consenso sobre os rendimentos baixos ou extremamente baixos das famílias que residem nestas regiões de Ponta Grossa.

Para ilustrar as informações apontadas pelos PPPs, utilizamos alguns dados do documento GEMPAR (2015), o qual traz como dado que a renda domiciliar per capita da cidade de Ponta Grossa é de R\$ 862,43³⁸, considerando que na maioria das famílias um único indivíduo detém a renda total³⁹.

No entanto, podemos considerar que este dado não se aplica majoritariamente as famílias pertencentes às comunidades de periferia da cidade de Ponta Grossa, pois as análises dos Projetos Políticos Pedagógicos também revelaram que um grande número de famílias depende de auxílios de programas sociais do governo federal para complementar a renda e se considerarmos que tais programas são destinados a famílias com rendimentos baixos ou extremamente baixos, concluiremos que as famílias que residem nas periferias detêm rendimentos inferiores à renda domiciliar per capita da cidade de Ponta Grossa.

Esses programas sociais do Governo Federal têm como regra a inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais- CadÚnico⁴⁰. O número de famílias inscritas no CadÚnico em Ponta Grossa, vem crescendo consideravelmente, pois no ano de 2012, o número de inscritos era de 25.010 famílias, em 2013 os

³⁸Ministério Público do Estado do Paraná: GEMPAR (2015). Para saber mais acesse: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2640>. Acesso em: 12 jan. 2016.

³⁹ Esse tipo de informação é medida pelo índice de Gini, o qual tem por objetivo quantificar o grau de desigualdade referente à distribuição de renda per capita nos domicílios. Quando o valor varia acima da escala (0) zero, não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos nos domicílios tem equivalência em valor, ao passo que quando a desigualdade é elevada, ou seja, apenas um membro da residência detém a totalidade da renda, a escala fica entre um (1). No município de Ponta Grossa a escala ficou entre 0,54. (GEMPAR, 2015).

⁴⁰ O CadÚnico é um programa do Governo Federal que cadastra as pessoas incluídas em programas sociais. (MDS, 2015). (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome) Para saber mais acesse: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 12 jan. 2016.

inscritos eram de 28.243 famílias e em 2014 esse número se elevou para 32.543 famílias⁴¹. (GEMPAR, 2015).

O Bolsa Família de acordo com o PPP das escolas pesquisadas é um programa social do qual as comunidades em que as escolas atendem se beneficiam. Este programa do Governo Federal foi criado em 2003 com o objetivo de atender prioritariamente as famílias em situação de pobreza ou miséria extrema, compreendendo que famílias extremamente miseráveis são aquelas cujos rendimentos mensais per capita equivale a R\$ 70,00 e famílias pobres são aquelas cujas rendas per capita é de R\$ 140,00. (GEMPAR, 2015).

A partir do exposto é possível esboçar um perfil das comunidades que abrigam as escolas dos grêmios estudantis que constituem os objetos desse estudo. Sendo também possível compreender que o principal ponto em comum entre as seis comunidades pesquisadas refere-se a desigualdade social da qual são vitimadas, ou seja, essas famílias podem ser consideradas pobres ou extremamente pobres já que um grande índice delas se utiliza de tais benefícios sociais.

Dados do GEMPAR (2015) confirmam esta argumentação, pois segundo este documento, no município de Ponta Grossa, no ano de 2014, um total de 9.648 famílias foram beneficiadas pelo Bolsa Família e destas 96,72 % compreendem jovens e crianças com idades de 6 a 17 anos os quais são acompanhados na frequência escolar como um dos requisitos para a aquisição de tal benefício social.

Outro ponto abordado pelo PPP de uma das escolas pesquisadas foi a grande índice de violência na comunidade a quem a escola atende. A justificativa para a mesma, de acordo com o Projeto Político Pedagógico foram os problemas decorrentes do uso e do tráfico de drogas e também o consumo de bebidas alcoólicas.

Embora os PPPs das demais instituições pesquisadas não abordem claramente sobre a violência presente nas comunidades em se inserem, sabe-se

⁴¹ Ponta Grossa é considerado um município que está entre os mais ricos do Paraná, segundo dados do IPARDES (2014), no entanto a pesquisa de Flach (2010 p. 36) confirmou que ainda assim “ a população total não tem acesso a serviços sociais básicos como saúde e educação”. Ainda dados recentes confirmam essa argumentação, pois se em 2014 mais de 30 mil famílias estavam inscritas no CadÚnico e se a média era de 6 pessoas na família, conforme evidenciaram as análises dos PPPs, isso significa que em torno de 60% da população de Ponta Grossa, vive na pobreza e buscam ser inseridas em programas sociais do governo federal.

que problemas dessa natureza também são bastante frequentes nas regiões mais afastadas da cidade de Ponta Grossa.

O aumento da taxa de ocorrências policiais no ano de 2014, na cidade decorreu do uso e tráfico de drogas, o que foi contabilizado em 585 ocorrências. Os roubos e furtos também engrossaram a lista de ocorrências policiais, sendo que para aquele foram registrados 1728 registros e para este, 4695 casos registrados. Quanto ao item lesão corporal registrou-se no ano de 2014 o número de 2384 ocorrências. (GEMPAR 2015).

Outro aspecto apontado nos PPPs foi sobre o baixo nível de instrução das famílias que integram as comunidades em que atuam os seis grêmios estudantis desse estudo. Segundo o referido documento em muitos casos o grau de escolaridade das famílias compreende o Ensino Fundamental ou apenas o Ensino Médio incompleto e um dos PPPs ainda ressaltou que há uma taxa muito elevada de analfabetismo entre as famílias dos alunos.

O GEMPAR (2015) expôs que o índice de pessoas que não concluíram o Ensino Médio em Ponta Grossa refere-se a 51.329 pessoas, sendo que este número se eleva se comparado com o índice de pessoas que cursaram somente o Ensino Fundamental, o qual se refere a 116.410 pessoas, o que representa um número bastante elevado para uma cidade com população estimada em 311.611 habitantes.

Quanto ao índice de analfabetismo em Ponta Grossa, o documento ainda ressalta que 3,69% das pessoas não sabem ler nem escrever ou somente assinam o nome. A taxa de abandono escolar no Ensino Médio em Ponta Grossa é relativamente alta, pois 6,0 % dos alunos matriculados se evadem da escola, o que representa um número de 741 jovens fora da escola, considerando que o número de matrículas para o ensino médio foi de 12.354⁴². Isso significa que se o número de jovens com idades entre 15 e 19 anos no município é de 27.680, o número de jovens que não foram matriculados no Ensino Médio é de 15. 326.⁴³ (GEMPAR, 2015).

Os dados apontados pelo IBGE, IPARDES e GEMPAR, são confirmados pelos PPPs das escolas pesquisadas que certificam as condições precárias em que é submetida à classe trabalhadora que reside nas periferias da cidade de Ponta

⁴²Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411990&idtema=117&search=paranajponta-grossa|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>. Acesso em: 06 jan. 2016.

⁴³ Considerando ainda a parcela de jovens, dessa faixa etária, que estão matriculados no Ensino Fundamental.

Grossa. A precariedade de condições conforme evidenciou os referidos documentos refere-se, sobretudo a falta de acesso a condições básicas de vida que possivelmente limitam o gozo de uma boa saúde, pois de acordo com tais documentos em algumas residências as famílias não têm acesso a água encanada, tratamento de esgoto e instalações sanitárias.

De acordo com o IPARDES⁴⁴ na via urbana de Ponta Grossa, há um total de 102.829 domicílios e destes 94.345 possuem água encanada, 94.365 possuem tratamento de esgoto e banheiro e 94.416 possuem energia elétrica. As estatísticas apresentadas mostram que 8.484 residências não possuem água encanada, 8.464 não possuem tratamento de esgoto ou instalações sanitárias e 8.413 não possuem energia elétrica. Podemos então concluir que os números apresentados se referem a alguns domicílios com localização na periferia da cidade, pois como alguns dos PPPs denunciaram algumas famílias das periferias não têm acesso a esse tipo de serviço.

Desse modo, a partir das informações extraídas dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas pesquisadas, em aliança com alguns os dados apresentados pelo IBGE, IPARDES e GEMPAR, foi possível delinear um perfil geral para as comunidades em que se inserem os seis grêmios estudantis estudados nessa pesquisa.

Analisando esses documentos podemos concluir que as regiões em que se inserem os referidos grêmios estudantis possuem em comum a pobreza e a miséria da qual são vítimas. As famílias precisam contar com programas sociais do Governo Federal para conseguir dar o mínimo para os filhos e aqui se considera como mínimo somente o essencial para a sobrevivência, ou seja, a alimentação, pois com rendimentos com valores entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 per capita é impossível melhorar as condições de vida e propiciar uma boa alimentação, saúde, moradia adequada, lazer, educação, higiene, etc.

Outra característica presente nestas comunidades é o baixo nível de escolaridade das famílias, algumas delas cursaram apenas o Ensino Fundamental e ainda foram relatados casos de analfabetismo, o que se constitui como uma das expressões mais fortes das desigualdades sociais de que são vítimas essas

⁴⁴Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (IPARDES). Para saber mais acesse: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000>. Acesso em: 06 jan. 2016.

famílias, pois percebendo rendimentos tão baixos, a preocupação imediata dessas pessoas é a sua sobrevivência, ou seja, o provimento do seu sustento diário e nesse contexto, a educação é por elas considerada como um bem supérfluo.

Engrossam a lista de características dessas comunidades a violência, problemas decorrentes do uso de bebidas alcoólicas e drogas, a falta de condições básicas de moradia como residências com o mínimo de conforto, como banheiro na parte interna das casas, água encanada, iluminação elétrica e pavimentação em vias públicas etc.

As desigualdades sociais vislumbradas nestas comunidades, fazem parte da natureza do capitalismo, sistema esse, permeado por contradições pois ao passo em que produz riquezas em abundância para suprimir as necessidades de toda a humanidade, somente reproduz a miséria e a desigualdade em nome do lucro e da produtividade decorrentes da exploração e alienação do trabalho humano. (TONET, 2012).

Diante deste cenário desigual em que se expressam as contradições sociais decorrentes da sociedade do capital, pretendo com esta pesquisa responder ao questionamento sobre em que medida o grêmio estudantil pode contribuir para o processo de emancipação nas comunidades de periferia da cidade de Ponta Grossa. Também tenho por objetivo também analisar se os direcionamentos expressos nos documentos, analisados no segundo capítulo, os quais pretendem nortear atuação juvenil nos grêmios estudantis interferem na prática dos mesmos. Para isso a seção seguinte expõe a análise dos dados empíricos, caracterizados pelas entrevistas realizadas com os presidentes dos seis grêmios estudantis que compõe essa pesquisa e os livros atas das agremiações.

3.2 A ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS PESQUISADOS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

O estudo sobre os direcionamentos para o grêmio estudantil, propostos pelos documentos analisados, explicitou que a intenção dos mesmos é recomendar uma atuação discente norteadas por princípios democráticos. Contudo, a mesma análise igualmente evidenciou que a concepção de democracia proposta pelos referidos documentos, está reduzida a um ativismo comprometido em campanhas assistencialistas, com o reformismo social e com o envolvimento em práticas que

incluem o esporte e o lazer, desconsiderando, portanto, o engajamento político dos jovens.

Buscando refletir se as concepções apresentadas em tais documentos interferem nas atividades desenvolvidas pelos grêmios estudantis e quais seriam as contribuições dos grêmios estudantis para o processo de emancipação na atual sociedade capitalista, exponho as análises dos livros atas e as entrevistas realizadas com os presidentes dos seis grêmios estudantis das escolas de periferia da cidade de Ponta Grossa, PR.

Para isso, elenco algumas categorias para a análise dessas entrevistas: a autonomia dos grêmios estudantis pesquisados, o caráter dos projetos e atividades desenvolvidas, o processo eleitoral e as contribuições dos grêmios estudantis para o processo de emancipação.

3.2.1 A autonomia discente

Dentre as conquistas que a Lei nº 7.398/85 trouxe para os jovens secundaristas destaca-se o livre exercício a organização, o direito em lutar pelos interesses dos alunos e o princípio da autonomia dos estudantes organizados em grêmio estudantis.

A presente pesquisa tendo como foco a investigação com os grêmios estudantis das regiões de periferia do município de Ponta Grossa, PR, expõe uma análise pautada nos princípios fundamentais a organização discente, dentre os quais, destaca-se na autonomia e a liberdade para o desenvolvimento de atividades e projetos nas instituições de ensino em que se inserem.

Para Costa e Vieira (2006) a construção da autonomia nos jovens se dá por meio da atividade prática e da conscientização sobre a realidade que estão inseridos. A partir do exposto compreende-se que os jovens que habitam as regiões de periferias e que atuam junto aos grêmios estudantis podem construir a autonomia por meio da percepção da realidade contraditória em que estão inseridos e da ação junto a mesma.

No entanto, a atuação do jovem de forma autônoma e independente por vezes é desconsiderada, conforme evidenciamos no segundo capítulo, na análise dos documentos que trazem propostas para nortear a atuação discente por meio dos grêmios estudantis. Nestes documentos ficou nítida a ideologia que contribui para

uma atividade juvenil despolitizada com as suas ações dependentes do gestor da escola, pois conforme especificou o Manual Grêmio em Forma do Instituto Sou da Paz, o gestor representa a figura a quem o grêmio estudantil deve prestar contas de todos os seus passos.

As proposições defendidas por esses documentos contribuem para que os jovens tendo sua atividade prática limitada não desenvolvam projetos pautados por objetivos comprometidos para um processo de emancipação, o que incorre na conformação e na crença de que essa sociedade não precisa ser superada, no máximo aprimorada ou reformada.

Ao sugerir atividades que cooperam para a limitação do ativismo juvenil, esses documentos contribuem para a certificação dos interesses da classe dominante, pois Tonet (2012) expõe que na sociedade de classes, a classe dominante também interfere nas relações educacionais de modo a inibir qualquer ameaça que coloque em xeque seu poder e domínio, o que é facilitado por meio da difusão de ideologias que vetam a construção e a difusão de perspectivas revolucionárias.

Mészáros (2004, p. 57) auxilia para a compreensão de como a ideologia é materializada na sociedade capitalista. Para o autor “tudo está impregnado de ideologia, quer percebamos, quer não” e o poderio de convencimento dela manifesta-se de diferentes formas em diferentes contextos de modo a “desvirtuar suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como normalidade, objetividade e imparcialidade científica”.

Esse autor ainda ressalta que a ideologia é uma forma “específica de consciência social materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65) e como tal, apresenta-se nas diferentes relações sociais estabelecidas historicamente. Carnoy (1984) também auxilia com a reflexão proposta ao esclarecer que a educação não é neutra, ela é utilizada como um meio de reprodução de ideologias que atendem interesses particulares da classe dominante.

Carnoy (1984) ainda amplia a consideração discorrendo que a classe dominante mais do que o domínio financeiro também detém o controle do poder político, poder esse, corporificado nas ações do Estado, que de acordo com o entendimento desse autor “não é somente capaz de explorar a classe trabalhadora”,

mas também “cria um modo de vida que serve aos interesses capitalistas e torna os trabalhadores alienados e oprimidos”. (p. 15).

[...] A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideais; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem na medida; portanto em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias, são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2009, p. 67).

Para Marx e Engels (2009) a classe que detém o domínio econômico é quem institui, controla e difunde as ideologias que a reafirmam como classe dominante numa sociedade de classes. É com base nesse raciocínio, que as orientações que contribuem para a neutralização da atividade política juvenil, efetivadas por meio das ações do Estado servem a classe dominante com o propósito de inibir a combatividade dos jovens e formar trabalhadores dóceis, alienados e conformados com o sistema capitalista.

No entanto, para que a ideologia da classe dominante tenha sustentação é necessário existir entre os próprios trabalhadores aqueles que perpetuem e deem uniformidade as concepções, aos valores e a cultura burguesa. A esses trabalhadores Gramsci chamou de “agentes da burguesia” (CARNOY, 1984, p. 30), pois referem-se aos intelectuais orgânicos⁴⁵ da classe trabalhadora que pautam suas ações na legitimação das concepções da burguesia.

Nos seis grêmios estudantis analisados foi constatado que as concepções comprometidas com a neutralização da atividade política emancipadora dos jovens são efetivadas por meio da figura do gestor. É nesse sentido que, o princípio da autonomia é pouco presente na prática dos grêmios estudantis, (A), (B), (C), (D), (E) e (F), que integram essa pesquisa.

As entrevistas com os alunos que presidem as agremiações confirmaram que o gestor escolar exerce influências nas atividades desenvolvidas pelos grêmios

⁴⁵ Para Gramsci o termo orgânico significa que é originário de um determinado grupo social. Dessa forma os Intelectuais orgânicos referem-se ao um grupo que tem origem em uma determinada classe social e “dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2001, p. 15).

estudantis. Ao gestor cabe sempre a palavra final, a sugestão de projetos e o julgamento sobre as contribuições e a importância dos mesmos.

A última palavra sempre é do diretor. A gente dá o projeto, a gente dá o pontapé inicial, mas chega no fim do projeto é ele que decide se vai acontecer ou não. A gente não tem liberdade de falar “olha amanhã vai ter tal coisa”, por exemplo. Não dá, a gente tem que fazer um ofício, organizar semanas antes, para daí marcar aquele dia tudo certinho, a gente não tem essa liberdade, depende muito da aprovação dele. (GRÊMIO ESTUDANTIL E).

A fala do aluno entrevistado deixa clara a influência que o gestor exerce sobre os grêmios estudantis. Essa influência materializa-se nas barreiras por ele impostas, que por vezes dificultam o estabelecimento da autonomia discente, o que inibe o desenvolvimento de projetos e atividades pela agremiação, conforme expõe o presidente do Grêmio Estudantil (D).

Eu acho que falta [...] a direção escolar querer ajudar a gente a ser mais unido. Porque a gente fala uma coisa e eles sempre vão contra, dizendo que o grêmio não é o responsável para fazer isso, sabe, e na maioria das vezes a gente só quer fazer um esporte, se a quadra está livre para os alunos virem à tarde. A direção diz que não dá, diz que vai dar bagunça, sabe. Falta um apoio da direção, [...]. Aqui dentro é bem difícil, eu estou estudando o regulamento do grêmio, só que o pessoal fica enrolando a gente, dando voltas, para resolver o assunto da gente. A gente precisa de gente de fora, dando apoio, estimulando a gente, porque aqui tudo é tão difícil. (GRÊMIO ESTUDANTIL D).

Em outro momento da entrevista quando questionado se o grêmio estudantil tem a liberdade para tomar suas próprias decisões ou depende da aprovação da equipe pedagógica para que as mesmas sejam tomadas, o aluno respondeu:

Depende mais deles, é muito difícil, mais são eles que barram a gente, por exemplo, teve um projeto que a gente lançou que era o esporte na hora do recreio, que aqui o recreio é de quinze minutos, mas tem um sistema que bate em dez minutos, então eu questionei pra mudarem o sinal pra quinze minutos e eles já barraram a gente: “Não, não dá, não pode”. (GRÊMIO ESTUDANTIL D).

É dessa forma que a equipe pedagógica dos colégios em que se inserem os grêmios estudantis analisados, integra o corpo de “agentes da burguesia” conforme explicitou Carnoy (1984 p. 30), pois ao limitar a atividade das agremiações auxiliam no cerceamento do ativismo dos jovens, o que incorre no imobilismo, na falta de percepção crítica dos limites presentes na sociedade capitalista.

A ideologia que legitima as concepções da classe dominante, portanto, proposta nos documentos analisados no segundo capítulo desta pesquisa, refletem nas ações dos gestores e estes atuam como intelectuais da classe dominante, já que sendo organicamente ligados a classe trabalhadora trabalham como difusores das ideologias comprometidas com a perpetuação de concepções da classe que domina economicamente.

No entanto, a influência dos gestores escolares para o desenvolvimento das atividades dos grêmios estudantis, em alguns casos não foi vislumbrada como um fator negativo pelos presidentes entrevistados. Os Grêmios Estudantis (A), (B) e (C) compreenderam que a interferência do gestor nas atividades da agremiação é válida, conforme explicitam os alunos entrevistados:

Eu nunca tentei fazer nada sem a permissão dele, mas eu sempre procuro a autorização, porque às vezes para nós é legal, mas para os professores não é, então eu sempre procuro a autorização, [...] eu sempre procuro para não gerar confusão para não gerar atrito, a gente sempre procura a direção para ver se dá para fazer. (GRÊMIO ESTUDANTIL A).

Na verdade, a gente tem uma autonomia, mas a gente prefere que eles vejam se dá mesmo para fazer, se tem mesmo a possibilidade de conseguir fazer alguma coisa, porque se não a gente vai até o final e quando chega no fim descobre que não dá mais. (GRÊMIO ESTUDANTIL B).

[...]. Então as vezes a diretora fez um projeto para esse mês e é um projeto que a gente fez lá para dezembro, então a gente traz de dezembro e junta e faz todo mundo junto. (GRÊMIO ESTUDANTIL C).

Os alunos entrevistados reconhecem a relação de dependência estabelecida entre grêmios estudantis e gestor, no entanto se diferem dos alunos dos Grêmios Estudantis (D), (E) e (F), que compreenderam que essa dependência limita e cerceia as atividades da agremiação. Para os alunos que presidem os Grêmios Estudantis (A), (B) e (C), a interferência do gestor é positiva pois contribui para que a relação entre grêmios e gestão seja harmoniosa evitando atritos.

É nesse contexto que o sentido político da participação estudantil não é levado em consideração pela equipe gestora em todos os grêmios analisados, mas nos Grêmios (A), (B) e (C) a relação entre os gestores e grêmios estudantis é baseada no consenso. Esse consenso⁴⁶ para Gramsci (2001), faz parte de uma estratégia que visa o domínio ideológico de uma classe sobre a outra de forma

⁴⁶ O domínio ideológico de uma classe sobre a outra para Gramsci (2001) se dá de duas formas distintas: consensual e coercitiva.

consensual e espontânea, já que a relação de confiança que se estabelece entre os grupos sociais é fundamental para a difusão de ideologias.

Ao analisar a autonomia dos grêmios pesquisados é possível indicar que se trata de processo contraditório, pois ao mesmo tempo que possibilita a ação dos estudantes, esta é cerceada por ações controladoras e tuteladoras dos gestores e profissionais envolvidos, expressando que essa instância colegiada é permeada de possibilidades, mas que os limites se fazem tão presentes que podem neutralizar as possibilidades anunciadas.

3.2.2 Os projetos desenvolvidos

Nos documentos analisados⁴⁷ no segundo capítulo dessa pesquisa, conforme evidenciamos, há o encaminhamento para uma prática estudantil pautada em projetos de caráter festivo/recreativo e reformista/assistencialista. Estes documentos atribuem ao jovem a responsabilidade pelas transformações sociais e essas transformações de acordo com as concepções neles defendidas se materializam por meio do envolvimento em trabalhos assistencialista ou de reforma social. A pesquisa também evidenciou que os referidos documentos defendem o envolvimento dos jovens em práticas democráticas, no entanto reduzem tais práticas a mera diversão, ao envolvimento em eventos festivos ou esportivos.

As proposições defendidas por esses documentos nos instigam ao questionamento de que se as concepções defendidas pelos mesmos interferem na prática cotidiana dos grêmios estudantis.

Procurando responder ao questionamento proposto, a pesquisa procurou identificar nos livros atas dos grêmios estudantis e nas entrevistas realizadas com os alunos que presidem as agremiações, os projetos e atividades desenvolvidas pelos grêmios durante o período de gestão dos entrevistados.

Os projetos e atividades desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis (A), (B), (C), (D), (E) e (F), foram categorizados levando em consideração os aspectos: festivos/recreativo, reformista/assistencialista e conscientização. Dessa forma, com o objetivo de identificar o caráter que pauta as atividades das agremiações e se os

⁴⁷ A análise foi pautada no portal “Dia a dia educação” da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, um Manual de instruções sobre a formação de Grêmios Estudantis da Secretaria de Educação do Estado do Paraná-SEED-PR, o Caderno Instâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública, desenvolvido para a Formação Continuada em Rede- PDE da SEED-PR, e duas cartilhas do Instituto Sou da Paz contendo diretrizes para a atuação juvenil nos grêmios.

documentos analisados influenciaram nas atividades das mesmas, exponho no gráfico os resultados sobre o caráter predominante dos projetos e atividades desenvolvidas pelos seis grêmios estudantis.

FIGURA 3 - PROJETOS DESENVOLVIDOS NO PERÍODO: 2014-2015



Fonte: **Dados da pesquisa.**

Nota: Elaborado pela autora.

É perceptível no gráfico que os projetos que possuem caráter festivos/recreativos representam a maioria das atividades desenvolvidas pelos grêmios estudantis analisados. Do total de 32 projetos desenvolvidos pelas agremiações, 18 estavam voltados para as atividades que contemplam a organização de festas e torneios esportivos como: festas juninas, festas para o encerramento do ano letivo, festa do halloween, festas a fantasia, festas para o dia das crianças, organização de festivais musicais, festivais de danças, gincanas, torneios esportivos, jogos escolares, etc.

O envolvimento com atividades festivas, recreativas ou esportivas além de nortear a atuação nos grêmios estudantis pesquisados, foi considerada pelos alunos entrevistados uma estratégia para o aumento da participação discente.

Um dos projetos que os alunos mais gostaram foi do campeonato de futsal e o do concurso da bandeira do Brasil, para a copa do Mundo. Teve outros, mas esses dois foram os que o pessoal mais gostou. O ano passado a gente fazia bastante esportes, tipo esporte no recreio, nós comprávamos material para eles participarem [...], que é o que eles gostam, não do tipo: "Vamos ler livro". Os alunos não gostam disso, tem que ser alguma coisa do tipo: "Vamos jogar um play, um xadrez". (GRÊMIO ESTUDANTIL D).

O mesmo ponto de vista em relação ao desenvolvimento de projetos voltados para práticas esportivas/recreativas também foi evidenciado nos fragmentos das entrevistas com os demais grêmios estudantis, conforme ressaltam os alunos entrevistados:

Os torneios [...] eles gostam bastante. Eles sempre participam de torneios de futsal e de vôlei, nos três turnos, na verdade. Eles sempre participam também quando tem festas, normalmente tem festa junina ou em alguma outra data que eles colocam as coisas para vender e colocam um preço bem acessível. Assim, já pra todo mundo poder participar, [...] pra atrair bastante as pessoas. (GRÊMIO ESTUDANTIL E)

O ano passado a gente fez também um campeonato interseréis no final do ano [...]. Esse ano a gente está buscando um patrocínio pra adquirir materiais de esportes, pra trazer o time de vôlei da nossa escola, a gente tem um bom time de vôlei [...]. A gente está planejando também pro ano que vem, [...]um festival musical integrado da escola, somente os alunos participando, festival não só musical, a gente colocou esse título pra abrir de forma geral, mas será não só musical, será um festival de dança, um teatro, algo do tipo pra gente conseguir somar pontos e dar prêmios pros alunos, assim seria uma forma de entreter e integrar o alunos não só pelo esporte, mas também pela diversão. (GRÊMIO ESTUDANTIL F)

A gente já realizou uma festa em homenagem ao dia das crianças, [...] uma homenagem aos professores no dia 15. [...] a gente tem vários projetos como festivais culturais e a gente está quase realizando um projeto de música, onde o prêmio é uma gravação [...]. A gente tem essa ideia. (GRÊMIO ESTUDANTIL A)

Os alunos expressaram nas entrevistas que a aceitabilidade por atividades esportivas e recreativas é bastante alta nos grêmios analisados. É claro que não podemos desconsiderar a importância da realização de eventos festivos ou esportivos, como parte do lazer, para a socialização dos jovens e para a prática de atividades físicas, o que é questionável são atividades essencialmente voltadas para a promoção de festas e recreações ou aquelas pautadas no reformismo/assistencialismo. Antes, a atividade por meio de grêmios estudantis deve estar compromissada com a participação política e essa participação deve ser entendida como fundamental para a construção de experiências, valores e significados que serão essenciais nas lutas pela conquista de direitos. (MENDES, 2001)

Os documentos produzidos pela SEED-PR e pelo Instituto Sou da Paz, consideraram a organização de festas, campeonatos e a inserção em atividades comprometidas com o voluntariado como exemplos de práticas políticas e democráticas. É nesse sentido, que esses documentos, mais uma vez, contribuem

para o descompromisso com a participação política dos jovens, pois ao considerarem atividades orientadas por caráter festivos/recreativos e reformistas/assistencialistas como experiências democráticas, há um claro direcionamento para a que a atividade política juvenil com vistas a emancipação, esteja reduzida a mera participação nesse tipo de atividade.

No caso dos seis grêmios estudantis analisados o comprometimento com a prática de eventos esportivos recreativos ressalta o que Hart (2006 p. 29) chamou de “não participação”, a qual segundo este autor integra “o nível mais baixo da participação”, pois refere-se a uma participação fictícia, ilusória que é manipulada.

A manipulação dos grêmios analisados ocorre por meio da difusão das ideologias expressas nos documentos analisados, as quais ao auxiliarem para a neutralização da atividade política dos jovens também vetam os questionamentos da ordem social que vigora e conseqüentemente também inibem o envolvimento em um processo de lutas comprometido com a emancipação, uma vez que a superação da sociedade capitalista “representa a tarefa mais consciente que a humanidade jamais concebeu”. (MANDEL, 1979, p.93).

É dessa forma, que se ressalta a importância do envolvimento dos jovens em projetos voltados para a leitura da realidade a que estão expostos, dos problemas e das contradições que permeiam a sociedade capitalista, para que assim tomem consciência sobre a possibilidade de romper com o sistema de classes como apontou Mandel (1979).

O comprometimento com projetos voltados para o reformismo/assistencialismo também resulta no aniquilamento do processo de conscientização. Nos grêmios estudantis pesquisados, verificou-se que esses projetos também pautam a participação dos jovens nas agremiações.

Os 12 projetos desenvolvidos pelos Grêmios Estudantis (A), (B), (C), (D), (E) e (F), conforme explicitou o gráfico, caminhavam nesse sentido. Estes vão desde a realização de trabalhos de jardinagem na escola, cultivo de verduras para a melhoria do cardápio da merenda escolar, campanhas de doação de roupas, livros e alimentos para os menos favorecidos e reformas na estrutura da escola como pintura de quadras, conserto de ventiladores quebrados, construção de muros, entre outros.

As entrevistas ressaltaram que esses projetos assumem uma importância significativa dentro das agremiações, pois todos compreenderam que tais atividades pautam as mudanças que todos almejam na sociedade.

Assim, o protagonismo juvenil foi compreendido como a inserção em projetos voltados a solidariedade, nos quais o jovem é o responsável pelas mudanças sociais, conforme expõe o entrevistado:

[...] usar o que eu tenho em mãos para ajudar os outros, solidariedade, minha família é muito solidária, outra motivação é a atualidade do Brasil, corrupção, tanta coisa acontecendo e o que você está fazendo? [...]. Então, até quando você vai ficar sem fazer nada? Então, já que se tem alguma coisa para fazer, vamos levantar e vamos fazer. Uma outra motivação é [...] para melhorar o que nós temos. (GRÊMIO ESTUDANTIL A).

O entrevistado expressa claramente os direcionamentos defendidos pelos documentos analisados. Segundo o entendimento desses jovens, já que os governantes não realizam as mudanças que todos aspiram, essa tarefa deve ser incumbida a sociedade.

Em outro momento o entrevistado do Grêmio Estudantil (A), discorre sobre um projeto de reforma da escola a ser desenvolvido pela agremiação.

O muro aqui da escola é de palitos e por ser de palitos muitos marginais entram aqui, [...] a direção tentou, pelo governo conseguir o muro, mas eles dão a ideia de colocar uma cerca viva, porque o muro tem um custo muito alto para o governo, então [...] a gente vai fazer arrecadação através de eventos [...], então a cantina e rifas vão para [...] fazer a construção do muro, não pretendemos pagar profissionais, mas fazer mutirão entre os pais para eles participarem, isso é uma forma de inserir a sociedade. Ano que vem a gente tem a ideia de fazer a campanha do agasalho, também fazer a cozinha solidária. (GRÊMIO ESTUDANTIL A)

Os mesmos princípios voltados para a solidariedade e reformismo social foram expressos na entrevista com o aluno que preside o Grêmio Estudantil (B):

Aqui dentro da escola a gente trabalha para ajudar no campo social, como já foi citado o exemplo dos lacres⁴⁸. Porque, lá fora a cadeira de rodas, porque a gente vai estar incluindo a comunidade, quem precisa, né. (GRÊMIO ESTUDANTIL B).

Então o ano passado a gente fez a horta escolar, onde a gente pegou um pedaço da escola que estava sendo inutilizado e a gente limpou toda a

⁴⁸ O Projeto Lacre Solidário foi um projeto desenvolvido pelo Grêmio Estudantil B em parceria com a concessionária de pedágios Rodonorte. Esse projeto tem como objetivo trocar lacres metálicos de latas de refrigerantes por cadeira de rodas a serem doadas para portadores de necessidades especiais. Mais informações: <http://www.rodonorte.com.br/noticias/-lacre-solidario-arrecada-oito-milhoes-de-lacres-e-doa-24-cadeiras-de-rodas?id=3805>. Data do acesso: 12 jan. 2016.

terra, virou toda a terra e plantamos cenoura, legumes, verduras, com o objetivo da gente utilizar o que a gente produzisse para o nosso próprio consumo, ou seja fazer um ciclo pra ajudar também na renda da escola. (GRÊMIO ESTUDANTIL F)

Conforme se expressa nas entrevistas é evidente a influência que os documentos analisados exercem sobre as atividades dos grêmios estudantis pesquisados, pois todos os grêmios estudados apresentaram projetos direcionados para este fim.

O protagonismo juvenil comprometido com reformas sociais e com a solidariedade, expressas tanto na cartilha da SEED-PR, como no manual do grêmio desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz⁴⁹, faz parte de um projeto em que as organizações públicas não estatais (Terceiro Setor) “protagonizam de forma voluntária e solidária a função social constitucionalmente atribuída ao Estado, na modalidade de ajuda, de filantropia” (MONTAÑO, 2008, p. 38).

Contribuem para esta argumentação as pesquisas de González e Moura (2009) ao evidenciarem que as políticas para a juventude baseadas no assistencialismo/reformismo fazem parte de projetos em que organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI são os definidores de políticas educacionais para os países em desenvolvimento como o Brasil.

Peroni (apud GONZALÉZ; MOURA, 2009) traz como exemplo a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990 na Tailândia, a qual contou com a presença de cerca de 155 países e foi patrocinada por organismos como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação (ONU), Ciência e Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Banco Mundial.

Essa conferência estabeleceu políticas norteadoras para a área da educação nos países em desenvolvimento. Nela foram traçadas estratégias que minimizam o papel do Estado para a manutenção da educação e transferem esse dever para setores da sociedade civil. PERONI (apud GONZALÉZ; MOURA, 2009).

González e Moura (2009) ainda exemplificam outros documentos de autoria dos organismos internacionais como o Relatório Delors, elaborado em 1991, a partir da Conferência Geral da Unesco, o documento Educação e Conhecimento: eixo de transformação produtiva com equidade, elaborado no ano de 1992, a pela Comissão

⁴⁹ Conforme discutimos anteriormente o Instituto Sou da Paz é uma Instituição pública não estatal, a qual integra o Terceiro Setor.

Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe (OREALC), que se assemelham por trazer propostas em que a educação exerce papel fundamental para o desenvolvimento dos países.

Objetivando se alinhar aos encaminhamentos da política internacional, o governo brasileiro desenvolveu programas⁵⁰ voltados ao atendimento das orientações propostas. Esses programas trazem como características a firmação de convênios e parcerias cujo objetivo propõe transferir para a comunidade a função da melhoria da educação. É nesse sentido que os projetos que visam o reformismo e o assistencialismo são incorporados na área da educação como uma estratégia que minimiza o papel do Estado. (GONZÁLEZ; MOURA, 2009).

É com base nessa política que valoriza o comprometimento com ações voltadas para o voluntariado que o Estado, conforme argumenta Peroni (2008, p. 113) pretende “diminuir cada vez mais o papel das instituições públicas”, na sociedade.

O Terceiro setor e a Terceira Via⁵¹ são grandes defensores desse modelo político, pois entendem que a democracia deve ser assegurada dentro do modelo de sociedade em vigor, no entanto argumentam que a democracia deve estar comprometida com a “execução de tarefas que deveriam ser do Estado, principalmente as políticas sociais”. (PERONI, 2013, p. 04).

É com base nesse modelo político que a solidariedade:

[...] rege-se por um princípio universalista, todos contribuem para financiar [...] serviços de assistência, a saída destas respostas da órbita estatal reforça a substituição paulatina da solidariedade baseada em direitos universais pelas formas particulares e voluntárias de solidariedade [...]. (PERONI, 2008, p. 44).

⁵⁰ Dentre os programas alinhados a este fim cita-se: o Plano Decenal de Educação para Todos que originou o Plano Nacional de Educação (PNE), a Conferência Nacional de Educação para Todos em 1994, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), entre outros. (GONZÁLEZ; MOURA, 2009).

⁵¹ A Terceira Via de acordo com os estudos de Peroni (2013) coloca-se como uma alternativa para a política neoliberal, a qual compreende as crises econômicas são causadas por gastos gerados com políticas sociais e o Estado buscando uma estratégia para evitar crises maiores deveria isentar-se da responsabilidade de investir recursos no atendimento de demandas sociais, uma vez que as políticas sociais representam “um verdadeiro saque a propriedade privada” (p. 04). A Terceira Via buscando uma alternativa para as crises sociais propõe “nem o Estado mínimo neoliberal, nem o Estado como executor de políticas sociais universais” (p.04) defendendo, nesse sentido, uma política de reforma do Estado em que o Terceiro Setor se coloca como solução, condenando as privatizações e o Estado mínimo do neoliberalismo, porém não deixa de defender a minimização do Estado na execução de tarefas que seriam de sua responsabilidade.

Evidencia-se, dessa forma, a influência que os documentos tanto de autoria da SEED-PR, como do Instituto Sou da Paz, exercem sobre as atividades desenvolvidas pelos grêmios analisados e essa influência é materializada por meio de práticas que elevam o voluntariado como a solução para as demandas da sociedade civil, o que incorre no esvaziamento político da atividade juvenil.

Esse ativismo comprometido com o reformismo evidenciado nos documentos analisados e materializados nas atividades e projetos desenvolvidos pelos grêmios analisados contribuem para o entendimento de que a missão dos jovens é a transformação do meio em que se inserem buscando o bem comum por meio da solidariedade conforme confirmaram as entrevistas.

É nesse sentido que se ressalta a importância dos projetos voltados para a conscientização dos alunos sobre a realidade a que estão inseridos. No entanto, o gráfico apontou que esses projetos representam a minoria, apenas dois foram citados. Estes projetos referem-se a uma proposta para a realização de um teatro sobre os problemas decorrentes do uso de drogas e a realização de uma palestra sobre o movimento estudantil.

Os projetos voltados para a conscientização podem contribuir para a construção de perspectivas emancipadoras, pois não apenas colaboram para desvelar as contradições presentes na sociedade do capital, como também possibilitam que os jovens identifiquem e reflitam sobre os problemas presentes na sociedade e assim vislumbrem alternativas de superação, pois:

[...] o grande movimento de libertação da humanidade deve ser guiado por um esforço consciente para reconstruir a sociedade, para ultrapassar uma situação na qual o homem está dominado pelas forças cegas da economia de mercado e começa a tomar as mãos do próprio destino. Este ato consciente de emancipação não pode ser conduzido com eficácia, e muito menos até o fim, sem que o homem tome consciência do ambiente social em que vive, das forças sociais com que deve enfrentar-se e das condições econômicas e sociais gerais desse movimento para a libertação. (MANDEL 1979, p. 20).

Dessa forma o esforço consciente para a libertação da humanidade proposto por Mandel (1979) é o ato que vai fornecer a possibilidade de romper com as forças dominantes. Mas esse rompimento só se tornará possível a partir do momento em que a classe trabalhadora tome consciência de que a relação de exploração e domínio da qual é vitimada é passível de superação, é assim que a superação da condição de exploração decorre da conscientização.

Tonet (2012) discorre que para um movimento de libertação da humanidade são necessárias três condições fundamentais. A primeira delas é facilitada pelo ato da conscientização, pois segundo esse autor, o esclarecimento sobre o “objetivo que se quer atingir, quer dizer a respeito do socialismo, implica também uma compreensão profunda da sociedade capitalista” (p. 40), das contradições nela presentes, das suas limitações, restrições à liberdade e na possibilidade em romper com esse sistema.

A segunda condição elencada por Tonet (2012), refere-se à existência de um sujeito ou grupo disposto a romper com o sistema capitalista. Aqui vislumbro o potencial do grêmio estudantil enquanto grupo que pode contribuir para a superação do capital. É claro que estas contribuições podem ser materializadas de diversas formas, como enfatizamos até aqui em consonância com as reflexões de Mandel (1979), pois o trabalho conjunto entre “estudantes e não estudantes” (p.32) permeado pela conscientização contribui para o estabelecimento da consciência revolucionária.

E a terceira condição é a existência de uma “situação revolucionária” (Tonet, 2012, p. 39), ou seja, uma situação em que “as contradições se tornam tão acirradas” (p.40) que sua solução demande uma revolução. No entanto Tonet (2012) chama atenção ao fato de que para que ocorra a transformação radical da sociedade são necessárias as três condições estarem presentes ao mesmo tempo na sociedade.

Ressalta-se, nesse sentido, a importância na adesão, pelos jovens, em projetos comprometidos com a conscientização, com a decodificação do que se oculta sob os discursos, sob os conceitos tidos como certos e sob as desigualdades. Mas para que esse trabalho de conscientização se torne eficaz é preciso organização e sujeitos comprometidos com a transformação da sociedade, isso quer dizer uma organização maior que uma “organização puramente estudantil”, uma organização entre estudantes e a classe trabalhadora. (MANDEL 1979, p. 32).

Dessa forma, o trabalho comprometido com um projeto de conscientização, realizado entre os estudantes e a comunidade a que pertencem, possibilita a materialização das duas das situações elencadas por Tonet (2012), pois pautam-se na desconstrução de conceitos e concepções, na leitura crítica da sociedade do capital e também orientam para um processo de lutas com vistas a emancipação

humana. E a terceira conforme o próprio Tonet (2012) expõe é uma possibilidade, já que hoje as contradições sociais decorrentes do capitalismo não são passageiras ou momentâneas, antes elas tendem a se tornarem cada vez mais agudas e a crise entre as classes sociais decorrentes da “concentração de riqueza num polo e de pobreza [...] em outro” (p. 44), podem incidir em uma situação revolucionária.

Não podemos deixar de considerar que para que se chegue a esse processo de lutas tendo como fim a emancipação humana, o ativismo juvenil fundamentado sobre a emancipação política é um passo importante. E é nesse sentido que o trabalho de conscientização, organizado e promovido pelos jovens inseridos nos grêmios estudantis se constitui como uma atividade política na qual esses jovens devem estar comprometidos.

3.2.3 O processo eleitoral

A possibilidade de escolha dos dirigentes e dos representantes dos grêmios estudantis, por meio de um processo eleitoral com votação secreta, garantida com a Lei federal nº 7.398/85, foi uma importante conquista para os secundaristas, pois pelo exercício do voto abre-se a possibilidade de escolha da chapa que melhor representa os interesses da coletividade dos alunos e exercita-se as relações democráticas no interior da escola.

A presente pesquisa evidenciou que os documentos analisados no segundo capítulo incentivam a escolha dos grêmios estudantis por meio de um processo eleitoral, conforme determina a lei. No entanto, nos seis grêmios pesquisados, exercício do ato de votar se deu de forma distinta, uma vez que dentre esses, 3 participaram de um processo eleitoral com mais de duas chapas inscritas, 2 foram eleitos em uma eleição em que eram chapa única e um grêmio estudantil foi escolhido por meio da indicação do diretor, conforme ilustra a tabela.

QUADRO 1 - PROCESSO ELEITORAL DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS (2014-2015)

DUAS CHAPAS OU MAIS INSCRITAS	CHAPA ÚNICA	INDICAÇÃO
3	2	1

Fonte: **Dados da pesquisa**. Nota: Elaborado pela autora com base na análise dos livros atas e nas entrevistas com os alunos que presidem os grêmios estudantis (A), (B), (C), (D), (E) e (F).

A tabela expõe que o processo eleitoral nos grêmios que compõe essa pesquisa, em sua maioria foi ao encontro ao que prevê a Lei federal nº 7.398/85. No

entanto, não podemos desconsiderar a parcela significativa de agremiações eleitas como chapa única, assim como o processo de escolha por indicação do gestor.

Essas particularidades que envolveram o processo eleitoral nas agremiações nos levam a questionar o porque não houve o interesse na candidatura de outras chapas nas instituições de ensino em que os grêmios foram eleitos como chapa única e como foi a escolha do grêmio indicado pela diretora.

Os dois grêmios estudantis eleitos como chapa única, demonstraram nas entrevistas, que a falta de conhecimentos da coletividade dos alunos sobre o que era e qual é a importância do grêmio estudantil, foi um fator que contribuiu para que outros alunos não se interessassem em montar chapas concorrentes. Segundo esses alunos a falta de conhecimentos é um fator que limita a participação:

[...] um exemplo de situação que limita a participação deles, é a falta de conhecimento. Isso limita muito a participação deles, porque quando eu estava divulgando a chapa eu chegava e perguntava: Você sabe o que é um grêmio? Por sala, um dois sabiam, tinha sala que ninguém sabia. [...]. Na verdade, a gente não fez um trabalho de informação, a gente explicou o que era o grêmio estudantil quando a gente estava divulgando a chapa. (GRÊMIO ESTUDANTIL A).

Aspectos semelhantes foram evidenciados na entrevista com o aluno que preside o Grêmio Estudantil (B), ao ressaltar que a maioria dos alunos desconheciam o que era e para que servia o grêmio estudantil.

[...] antes do grêmio, eles nem sabiam que existia grêmio estudantil. Quando a gente entrou, eles perguntavam pra gente o que era grêmio, a gente teve que explicar pra eles, o que era, como funcionava, qual era o intuito. Acho que até agora eles estão ainda meio perdidos. [...] A gente também teve que buscar informações, ir atrás para poder repassar pra eles, o que a gente também não conhecia. Falta um trabalho de conscientização de informar os alunos sobre o que é o grêmio estudantil. (GRÊMIO ESTUDANTIL B)

A partir do exposto nos questionamos como podem os alunos se interessar em participar do que não conhecem e nem sabem para que serve, pois, mesmo os alunos que fazem parte das agremiações, conforme foi revelado na entrevista, tiveram que buscar conhecimentos sobre os grêmios para passar aos demais alunos.

Acredito que falta um trabalho de informação e conscientização sobre não apenas o que é, mas também sobre a importância do grêmio estudantil para a ampliação, exercício e conquista dos direitos dos alunos, pois é impossível ampliar a

participação discente sem informações, sem conhecimentos e sem conscientização da importância da mesma.

A participação nos processos eleitorais em que havia uma única chapa concorrente pode ser sintetizada em duas categorias de participação propostas por Costa (2001):

- a) Participação decorativa: O jovem apenas marca presença em um evento ou atividade sem interferir;
- b) Participação simbólica: “A participação é em si, uma mensagem” (p. 85), sua função reside em demonstrar para as pessoas a importância dos jovens.

É nessa perspectiva que a participação da coletividade dos alunos no processo eleitoral dos estabelecimentos de ensino em que se inserem os grêmios estudantis referidos, envolveu a participação decorativa, pois aos alunos não foi dada a oportunidade de comparar propostas entre chapas concorrentes, de avaliá-las e assim escolher a que melhor representasse os seus interesses. A participação também foi simbólica, uma vez que o processo eleitoral cumpriu a função, de mostrar para a coletividade dos alunos e para a comunidade que a instituição de ensino valoriza a participação juvenil.

Em oposição a essas duas formas de participação elencadas por Costa (2001), em um dos grêmios pesquisados, percebeu-se um interesse para que a participação seja anulada, ou seja para que houvesse uma “não participação” conforme especificou Hart (2006, p.29).

A “não participação”, foi exemplificada no trecho da entrevista em que o aluno que preside o Grêmio Estudantil (C) elencou algumas situações que anulam a participação na agremiação:

Olha, eu acho muito professor dizendo: “Tipo você vai participar? “ Você não pode, porque você não é um bom exemplo”. Eu acho que isso não deve existir [...]. Tipo, professor barrando, isso não deve existir. A família também não estimula a participação dos alunos no grêmio estudantil, muitos não sabem nem o que é o grêmio estudantil, aqui nós explicamos, mas é bem difícil, muitas das nossas propostas nós não fizemos porque nessa escola é bem difícil, a diretora dificulta, gosta de implicar [...]. (GRÊMIO ESTUDANTIL D)

Os exemplos de situações ou elementos que limitam a participação dos alunos no Grêmio Estudantil (D) ressaltam a “não participação” exposta por Hart

(2006), no entanto também expressam sobre a importância de um trabalho voltado para a instrução dos alunos sobre o que é, a importância, as atribuições e as leis que regulamentam os grêmios estudantis para que assim possam não apenas exigir o direito a participação, mas também estimular os demais alunos a participar da agremiação.

Além das situações envolvendo a não participação, a participação simbólica e a participação decorativa, Costa (2001) expõe sobre duas outras categorias em que o direito a plena participação é cerceado:

- a) Participação manipulada: “Os adultos determinam e controlam o que os jovens deverão fazer numa determinada situação”. (Costa, 2001, p.85);
- b) Participação operacional: “Os jovens participam apenas da execução de uma ação”. (Costa, 2001, p. 85).

Essas duas categorias de participação, somadas com as outras duas elencadas anteriormente apresentaram-se simultaneamente no “processo eleitoral” em que a diretora indicou o aluno que presidiria o Grêmio Estudantil (E), conforme é possível verificar na análise do trecho da entrevista:

Então, o processo eleitoral do grêmio foi mais ou menos assim, a diretora me indicou, ela me chamou um dia lá, fez uma reuniãozinha entre eu e ela, perguntou se eu queria ser presidente do grêmio e tal e eu assumi. Aí ela me entregou uma folha e nessa folha eu tinha que preencher com os nomes do resto dos integrantes do grêmio, aí eu escolhi a minha vice-presidente e com a minha vice-presidente eu fui escolhendo o resto dos integrantes que a gente sabia que iria dar certo para cada cargo, tipo secretária, tesoureiro e tudo assim. Isso foi feito o ano passado e esse ano para renovar a ata, tinha bastante gente que tinha saído do colégio, então eu peguei as pessoas que tinham sobrado do grêmio e junto com a direção a gente foi substituindo essas pessoas, foi uma reunião na salinha da diretora, tudo, com as pessoas que tinham ficado do grêmio anterior do ano passado, no caso, para substituir, para formar o grêmio deste ano no caso, que é o que está atualmente. (GRÊMIO ESTUDANTIL E).

Conforme é possível identificar na exposição da entrevistada, a indicação do Grêmio Estudantil (E), foi permeada pelas quatro categorias de participação elencadas por Costa (2001).

No caso apresentado, a participação foi manipulada pois, a diretora determinou e controlou a ação do jovem, não dando a chance dos demais alunos escolherem seus representantes. A participação foi igualmente operacional, uma vez que o presidente da agremiação apenas participou da ação previamente planejada e determinada pela diretora da escola. A participação também foi simbólica, pois a

participação no “processo eleitoral”, se é que podemos assim chamar, foi meramente burocrática e formal e finalmente a participação foi também decorativa, pois o jovem no “processo eleitoral”, não teve a possibilidade de interferir, apresentar um projeto para a coletividade dos estudantes, expor suas ideias ou socializar com os alunos propostas e os projetos para atuar junto a escola e a comunidade.

É nessa lógica que nestes grêmios estudantis são materializadas as relações presentes na sociedade brasileira conforme argumenta Buffa (1987) ao expor que em nosso país os chamados “direitos do homem e do cidadão simplesmente não existem” (p. 32), pois a “liberalidade com que é tratada a pequena elite corresponde a extrema repressão do povo, sobretudo quando os trabalhadores se organizam e lutam”. Basta lembrar episódios recentes que entraram para a história do nosso país como o “massacre do dia 29 de abril”⁵² de 2015, em que professores da rede estadual de educação do Paraná, foram agredidos violentamente porque lutavam pela garantia dos seus direitos enquanto trabalhadores, ou ainda o os episódios em que os estudantes secundaristas paulistas no ano de 2015, protestavam contra o fechamento 94 escolas estaduais propostas pelo governo Alckmin e igualmente foram tratados de forma violenta e hostil⁵³.

É claro que nos grêmios analisados a violência é materializada de forma diferente, ela não é uma violência física, como vislumbramos nos dois recentes episódios citados. A violência materializa-se por meio das barreiras impostas que limitam o direito a participação do jovem, de forma que, impondo tais barreiras cerceia-se a possibilidade do engajamento político com vistas a emancipação.

Contudo é preciso deixar evidente que o mero engajamento político não contribui para o rompimento das relações sociais que vigoram, já que “toda ação é sempre uma ação política” (Gramsci, 1978, p. 14) e “tudo é político igualmente a filosofia ou as filosofias” (p. 44). Assim o simples engajamento político não garante as mudanças ou transformações significantes. O envolvimento político

⁵² PORTAL FÓRUN. Para saber mais acesse: <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/30/jornalista-paranaense-revela-detalhes-do-massacre-de-29-de-abril/>. Acesso em: 15 jan. 2016.

⁵³ EL PAÍS; PT. Para saber mais acesse: <http://www.pt.org.br/alunos-fazem-nova-manifestacao-contra-fechamento-de-escolas-por-alckmin/> ou <http://brasil.elpais.com/tag/c/b724193e9df6e64e8e8770310e9b8588> . Acesso em: 15 jan. 2016.

comprometido com um processo de emancipação é a atividade que contribui para o movimento de superação da sociedade do capital.

3.2.4 Emancipação política e emancipação humana

Antes de refletir acerca do questionamento proposto para esta pesquisa,⁵⁴ é fundamental esclarecer que o processo de emancipação nele expresso, compreende tanto a emancipação política quanto a emancipação humana, já que esta é uma “possibilidade histórica” (LESSA; TONET, 2011, p. 115), um horizonte, um fim, e aquela corresponde ao modelo de emancipação que hoje dispomos dentro do modelo de sociedade vigente.

É igualmente importante deixar claro que a emancipação política possui limites, pois tanto em “A questão judaica” como em “Glosas críticas marginais ao artigo: O rei de Prússia e a reforma social. De um prussiano”, Marx, expôs a sua limitação em relação a emancipação humana, no entanto, ela ainda representa um progresso, dentro do modelo de sociedade que hoje dispomos. (MARX, 2010).

Os limites presentes na emancipação política decorrem do fato de que os direitos do cidadão, pressupõe a existência de uma “comunidade política” (TONET, 2012, p. 48), que envolve a presença de um Estado regulador e nessa perspectiva, o homem enquanto cidadão, na ótica liberal depende do Estado para a validação dos seus direitos.

De acordo com as concepções liberais, os homens em seu estado natural seriam livres e dessa liberdade surgiu a discórdia e a concorrência que os impeliu ao conflito, tornando-se, assim, fundamental a presença do Estado enquanto instituição que prezaria pelos direitos dos homens, estabelecendo a paz e a harmonia, conforme defendem os teóricos Hobbes, Kant, Locke e Rousseau.

É nessa lógica que os teóricos liberais pautam suas argumentações. Hobbes defendeu que o estado natural do homem era o “estado de guerra de todos contra todos” (RIBEIRO, 2006, p. 19) e para o estabelecimento da paz, seria necessário a presença do Estado. Gruppi (1983) também expos que para o Locke o Estado deveria zelar pela conservação da propriedade privada, por meio do seu aparato legal e jurídico e que para Kant somente os cidadãos independentes, ou seja, os homens representados por grandes proprietários, poderiam ter seus direitos políticos

⁵⁴ O Grêmio Estudantil contribui para o processo de emancipação na atual sociedade capitalista?

assegurados e que Rousseau compreendia a condição natural do homem permeada pela paz e liberdade, e essas seriam barradas pela civilização e, dessa forma, a verdadeira igualdade só seria atingida por meio de um processo político, de um contrato.

Os teóricos liberais, a partir da reflexão desenvolvida confirmam que o contrato estabeleceu a renúncia dos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos. Nesse ponto de vista o Estado se impõe como a instituição reguladora, mediadora e conciliadora dos conflitos. Ocorre que, o Estado sendo representado e representante da classe dominante ratifica somente os interesses dessa classe.

A concepção liberal de cidadania defende que todos os homens são iguais, possuem os mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas leis, mas no plano real esta concepção reproduz as desigualdades sociais, pois o trabalhador assalariado enquanto cidadão “jamais deixará de sofrer a exploração e dominação do capital, portanto, jamais poderá ser plenamente livre” (TONET, 2012, p. 49).

Tonet (2005) ainda contribui sobre as diferenças que envolvem a emancipação política e a emancipação humana. Para o autor a emancipação política é limítrofe e parcial em relação a emancipação humana, o que isto quer dizer é que a primeira se apresenta como uma forma de liberdade apenas no aspecto formal ou seja ela representa “a liberdade que o indivíduo tem como cidadão [...] uma liberdade apenas aparente” (p.168).

Já a emancipação humana para Tonet (2005) proporciona uma liberdade total e universal e essa liberdade se viabilizará por meio do trabalho associado, o qual dará acesso maior ao tempo livre, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades humanas pois dele decorre o que Marx chamou de “liberdade plena”. (p. 167).

No entanto, embora os limites e as insuficiências da emancipação política sejam claros, ela ainda representa um progresso dentro do modelo de sociedade burguesa, pois os embates e as lutas protagonizadas pela classe trabalhadora além de possibilitarem a ampliação e conquista de direitos também podem iluminar uma luta comprometida com a emancipação humana.

É no interior do embate maior entre os interesses do capital em crise, que brutaliza cada vez mais a vida da humanidade, e os interesses do trabalho emancipado, única perspectiva capaz de abrir novos e superiores

horizontes para toda a humanidade, que a nossa luta ganha todo o seu sentido. (TONET, 2012, p. 93).

Dessa forma, compreende-se a importância do comprometimento dos estudantes, que atuam nos grêmios pesquisados, em lutas direcionadas para o rompimento com as desigualdades, em lutas considerem a importância não só da ampliação dos direitos dos estudantes e dos trabalhadores, mas também que vislumbrem a plena vivência dos mesmos, principalmente nas comunidades de periferias em que a população necessita de um esclarecimento sobre a raiz dos problemas sociais apresentados em seu cotidiano como os desempregos, subempregos, pobreza, fome, drogas, violência, exclusão social, falta de acesso a itens básico de higiene e saúde, etc., e que estes são passíveis de serem superados.

Com base nos dados explicitados por meio da presente pesquisa é possível afirmar que os seis grêmios estudantis pesquisados não contribuem para o processo de emancipação, o que isso quer dizer é que essa instância colegiada de representação discente, nas escolas pesquisadas, não colabora para a efetivação da emancipação humana e que em relação à emancipação política esta se mostra contemplada de forma extremamente fragilizada.

As relações de subordinação em que os grêmios pesquisados estão sujeitos em seu cotidiano, relações estas materializadas nas ações da equipe gestora, nos direcionamentos explicitados nos documentos analisados no segundo capítulo, são elementos que contribuem para o cerceamento da autonomia e da liberdade dos grêmios estudantis e que possivelmente interferem em uma práxis comprometida com objetivos pautados na emancipação.

No entanto, embora tenham sido observadas as relações de subordinação e a imposição de limites a participação discente foi possível observar nos jovens que presidem as agremiações um interesse em romper com estas relações, é o que declara alguns trechos das entrevistas:

- Participar do grêmio é importante para “[...] ter uma ação melhor partindo dos alunos e para os alunos, [...] porque sem o grêmio não é impossível, mas dificulta”. (GRÊMIO ESTUDANTIL A).

- O que motiva a participação no grêmio é “que eu estou representando todos os alunos e isso pra mim não tem preço”. (GRÊMIO ESTUDANTIL D).
- “O objetivo principal da minha atuação no grêmio é representar os alunos diante da comunidade”. (GRÊMIO ESTUDANTIL C).
- “Participar do grêmio estudantil, me ensinou ter uma ideia diferente aqui no colégio”. (GRÊMIO ESTUDANTIL E).
- “Eu quero que os alunos participem mais, que eles atuem mais, que eles vejam que tem mais coisas “pra” fora da sala de aula”. (GRÊMIO ESTUDANTIL E).
- “O meu foco sempre foi trabalhar em favor da sociedade [...] trabalhar junto com a escola em favor do crescimento e do desenvolvimento da escola”. (GRÊMIO ESTUDANTIL F).

É possível perceber de acordo com o exposto que esses jovens reconhecem a importância da participação discente e dos grêmios estudantis. Reconhecem que os grêmios devem representar os alunos e que seu trabalho deve ultrapassar os portões da escola. No entanto, embora o discurso desses jovens revele uma compreensão sobre a importância da autonomia, da participação e do trabalho conjunto entre grêmio e comunidade, as práticas cotidianas das agremiações revelam que a atuação é cerceada. Esse cerceamento é complexo pois ele decorre da estrutura de sociedade que hoje temos, a qual manipula a escola, as instituições, os gestores, a sociedade como um todo, os jovens.

É nesse sentido que Carvalho (2009) versa sobre a presunção e ingenuidade dos discursos que compreendem que o mero exercício de eleger prefeitos, governadores e presidentes sejam garantias do exercício de práticas democráticas, pois tais práticas não geram o gozo de outros direitos. Desse modo, assegurar legalmente alguns direitos não representa condição para o seu exercício e nem para gerar outros e na escola isto se manifesta de diferentes formas, pois a garantia legal a participação discente não garante uma participação emancipadora que pretenda que romper com as relações autoritárias.

O que falta para esses jovens estudantes é a conscientização de que os grêmios estudantis precisam antes emancipar a eles mesmos. Precisam emancipar-se das relações de subordinação que experienciam na escola, precisam emancipar-

se do cerceamento à atividade política comprometida com o rompimento das concepções tidas como verdades, precisam emancipar-se das relações tuteladas, enfim, antes do engajamento discente num trabalho de emancipação, os grêmios estudantis precisam emancipar-se.

Esse trabalho é fácil? Creio que não, pois acredito que as relações de autoridade e subordinação já estão instituídas e naturalizadas tanto no interior da escola quanto nas ideologias materializadas nos documentos analisados e na sociedade como um todo. Isso de certa forma representa uma herança de períodos históricos em que os estudantes foram utilizados para legitimar ideologias nacionalistas, de períodos como a Ditadura Militar de 1964, em que a houve o controle e a redução dos direitos estudantis, das ideologias reformistas propostas não apenas pelo Estado, mas por organismos internacionais que pretendem reduzir o protagonismo juvenil ao envolvimento em atividades reformistas como solução das mazelas sociais.

O rompimento com tais situações estabelecidas tanto no interior da escola como na sociedade como um todo, certamente é processo histórico, já que conforme Gramsci (1978, p. 38) considera que “ nós somos criadores de nós mesmos de nossa vida, de nosso destino”, isso significa que o homem é um ser histórico e que somente ele é o senhor de sua história, ou seja, os homens podem com suas ações contribuir para a criação de condições para a “construção de uma forma de sociabilidade além e superior a atual” (TONET, 2014, p. 10).

Estamos falando de uma sociedade humana e emancipada, uma sociedade na qual os homens gozarão da verdadeira liberdade e nela não haverá mais classes sociais.

Uma forma de sociabilidade que por estar baseada no trabalho associado, portanto livre de toda a exploração e dominação do homem sobre o homem, produtor de riqueza abundante, em quantidade e qualidade, permitirá a todos os indivíduos desenvolverem da melhor maneira possível suas mais variadas potencialidades. (TONET, 2014, p. 11).

Em oposição a sociedade capitalista que está sustentada sob o trabalho assalariado, a sociedade humana e emancipada estará sustentada no trabalho associado. Nele os homens terão pleno controle sobre o processo de produção e igualmente terão acesso ao produto do seu trabalho, pois já não mais sofrerão a alienação e exploração do capitalista. (TONET, 2014)

É pautado na luta por esse modelo de sociedade sem classes, sem opressão, concorrência ou egoísmo, enfim, uma sociedade livre e emancipada que reside o verdadeiro protagonismo juvenil. Esse protagonismo juvenil comprometido com objetivos que vislumbrem um processo de emancipação exige a saída do pacifismo, da inatividade e de uma postura omissa frente as desigualdades sociais.

Contudo a conscientização sobre a importância da incursão nas em lutas comprometidas com a emancipação humana certamente é um processo longo pois ela decorre da decodificação do que se oculta atrás dos discursos, das atitudes, dos projetos governamentais, das práticas, da postura das instituições que defendem o continuísmo deste modelo de sociedade e para isso buscam o reformismo e paralelamente denigrem as alternativas de superação da sociedade capitalista.

É com a clareza que a luta direcionada a emancipação humana, não se concretiza e nem incorre em maior eficiência, apenas por meio de grandes movimentações de massa, mas também nos diferentes, diversos e pequenos grupos alinhados ao mesmo propósito que se somatiza forças e se imprime legitimidade a uma revolução social que vislumbro a contribuição dos jovens inseridos nos grêmios estudantis, para a ruptura com a sociedade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais. (Brecht, s/d)⁵⁵.

A poesia “O analfabeto político” de Bertold Brecht, expressa com clareza a importância em superar as situações que caracterizam o analfabetismo político, uma vez que a política estando presente no cotidiano e nas relações sociais dos homens, neles também irá interferir. Desse modo, as variadas situações que permeiam o cotidiano das pessoas como a variação dos preços dos itens de primeira necessidade para a sobrevivência, até a geração de empregos, decisões e projetos para a educação, para a saúde, transporte, moradia e outros dependem de decisões que envolvem a política.

Nos seis grêmios estudantis analisados isto não é diferente. Neles as interferências políticas são expressas não apenas nas comunidades de periferias em que se inserem, mas também nas concepções defendidas pelos documentos analisados no terceiro capítulo, nos direcionamentos da SEED-PR, nas determinações dos gestores e nas ideologias expressas na sociedade como um todo, que possivelmente interferem na participação discente pautada em perspectivas de emancipação.

Analisando desde o primeiro capítulo desta pesquisa, podemos perceber que ao longo da nossa história os jovens se projetaram como força política no cenário nacional. Lutaram pelo direito a participação, pela conquista e ampliação de outros direitos não apenas para os estudantes, mas também para a classe trabalhadora e tais conquistas logicamente dependeram de decisões políticas.

Como pudemos evidenciar, desde 1710, no episódio em que Poerner (1979), considerou como “a primeira manifestação estudantil registrada na história brasileira” (p.49), os jovens em diferentes situações lutaram para a superação de um modelo político que consideravam inadequado, como por exemplo no envolvimento

⁵⁵ O Poema “Analfabeto Político de Bertold Brecht, esta disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/o-analfabeto-politico/>. Data de acesso: 18 jan. 2016.

nas lutas pela Independência do Brasil, quando fundaram uma sociedade secreta com o objetivo de libertar o Brasil do jugo português.

Ainda mostraram suas convicções políticas em outras situações, como no envolvimento nos Clubes Acadêmicos ou Sociedades Acadêmicas, cujo objetivo era a luta pela abolição dos escravos. Mesmo que a luta, nessa contextualização histórica, tivesse um caráter restrito ou individual conforme defendeu Mendes (1982), os jovens deixavam evidente seu descontentamento frente a uma situação.

Esse descontentamento frente a uma situação foi explicitada no episódio da Revolta Armada quando lutaram em favor da República, quando empreenderam campanhas em favor dos países que compunham a Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial, atuando junto a Liga Nacionalista e a Liga de Defesa Nacional e quando criaram e atuaram junto a MMDC, fase esta que pode ser considerada como o início da atuação coletiva do movimento estudantil brasileiro.

No entanto, ainda que mostrassem toda a sua força e ativismo nos períodos citados, certamente após a UNE, os estudantes se projetaram nacionalmente e mostraram a importância da participação organizada.

Na década de 1940, juntamente com a UBES, também protagonizaram importantes decisões políticas não apenas nos momentos em que os estudantes podiam manifestar-se, mas também durante a circunstância da Ditadura Militar de 1964, onde a Lei nº4.464 de 09 de novembro de 1964 ou “Lei Suplicy” como ficou conhecida, cerceou e limitou o direito a organização discente.

Os estudantes não apenas lutaram pela ampliação dos seus direitos, mas também defenderam projetos para a sociedade como um todo, como por exemplo, no ano de 1966 em que preocupados com os rumos que o governo da Ditadura de 1964 pretendia para a educação, incorporaram em suas plataformas de lutas a oposição ao acordo estabelecido entre o MEC e a United States Agency For International (USAID).

Além disso, em diferentes momentos explicitaram o posicionamento contrário a Ditadura Militar e estiveram presentes em manifestações em que a violência por parte do governo se fez presente. Nestas situações buscavam o direito à livre manifestação, mas também objetivavam a superação daquele modelo político instaurado em nosso país.

O direito a participação e a organização em entidades de representação estudantil, foi um longo caminho até aqui e algumas leis, conforme foi exposto no segundo capítulo, trouxeram contribuições importantes para que os jovens pudessem expressar opiniões, colaborar para a tomada de decisões políticas e buscar a ampliação dos seus direitos e da sociedade como um todo.

Contudo, embora a legislação tenha trazido importantes conquistas e garantido o livre exercício a organização e, neste caso, cito a Lei nº 7.398/85 que garantiu aos alunos de ensino fundamental e médio a organização por meio de grêmios estudantis, foi possível evidenciar com a presente pesquisa que o exercício a uma participação pautada em objetivos comprometidos pela emancipação nem sempre é fácil, pois dele dependem de decisões políticas. E mais uma vez aí surge a política interferindo no curso da história e nas relações cotidianas.

O exercício a participação política comprometida com um processo de emancipação nos seis grêmios analisados, conforme foi possível evidenciar, sofre interferência de diferentes fatores que ultrapassam os portões da escola e se expressam nas atividades das agremiações.

Verificamos que não apenas os direcionamentos expressos nos documentos analisados, os quais defendem uma atuação juvenil comprometida com atividades reformistas, se constituem como interferências que limitam na prática cotidiana dos grêmios estudantis, pois das ideologias e concepções expressas por tais documentos estão implícitas as determinações de organismos internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, que ditam concepções para a educação para países em desenvolvimento como o Brasil.

Destes direcionamentos que são políticos, decorrem as estratégias governamentais e os projetos para a educação que irão interferir na prática do professor, do gestor, do aluno, do trabalhador, das entidades de representação estudantil, das instituições, enfim da sociedade como um todo.

Nos grêmios estudantis pesquisados foi possível evidenciar os reflexos destas determinações políticas em diferentes situações, em diferentes projetos e atividades desenvolvidas pelas agremiações que por meio do desenvolvimento de atividades de caráter esportivo/recreativo ou reformista/assistencialista, deixavam evidente que o protagonismo juvenil nas agremiações estava reduzido ao mero envolvimento nestas atividades.

Os projetos comprometidos com a conscientização sobre os problemas presentes não apenas nas periferias em que estavam inseridos, mas também no modelo de sociedade do capital, não foram nem ao menos citados pela maioria dos grêmios estudantis pesquisados e apenas duas agremiações desenvolveram um projeto que buscava tal objetivo.

Seria este jovem o analfabeto político de que fala a poesia de Brecht?

Creio que não. Creio que a difusão do analfabetismo político para o jovem seria uma estratégia do sistema capitalista. E isso se justifica pois se a classe trabalhadora tomar consciência sobre a situação de exploração a que estão expostos, sobre a raiz dos males sociais e principalmente que a superação da situação apresentada depende da união e da participação da classe trabalhadora em um processo revolucionário, certamente teríamos uma sociedade mais humana e emancipada.

A pesquisa concluiu que os grêmios estudantis analisados não contribuem para um processo de emancipação e que o exercício da emancipação política é apresentado de forma fragilizada e que contribuem para isso diferentes sujeitos que validam as concepções e ideologias postas como verdades na sociedade do capital.

No entanto, o jovem que atua junto aos grêmios analisados tem plena consciência dos limites impostos à participação, embora em alguns casos não compreendam isso como um fator negativo, ainda assim todos consideram importante a participação coletiva, valorizam a inserção nos grêmios estudantis e essa conscientização o descaracteriza como analfabetos políticos.

A conscientização sobre a importância da participação discente pode ser apontada como o passo inicial para a incursão em um processo de lutas comprometido com a emancipação. É aí que reside, a possibilidade do grêmio estudantil contribuir para o processo de emancipação, uma vez que pode contribuir para a desconstrução das concepções que repudiam as alternativas de superação da sociedade do capital e assim cooperar para o entendimento sobre a necessidade de superar este modelo de sociedade.

Esse entendimento sobre a necessidade de superar o sistema capitalista decorre do discernimento sobre as limitações nele impostas, o que é muito importante, pois como Tonet (2005) afirmou que um dos requisitos para a efetivação de uma atividade que pode contribuir para a emancipação humana é “uma

compreensão, o mais ampla e profunda possível, da situação do mundo atual, da lógica que preside fundamentalmente a sociabilidade regida pelo capital” (p. 232).

É nesse sentido que vislumbro nos grêmios estudantis um potencial para a efetivação de um processo de emancipação, no entanto também entendo que estes jovens necessitam de um direcionamento que canalize o desejo de participar para uma participação realmente comprometida com um processo de emancipação. Necessitam, dessa forma, romper com as interferências ideológicas externas e internas à instituição de ensino para que assim possam finalmente emancipar-se.

Emancipando-se, esses jovens podem contribuir para um processo de emancipação da sociedade em que estão inseridos. Podem atuar junto a classe trabalhadora em lutas movidas pelo objetivo em romper com a situação estabelecida. Podem difundir concepções comprometidas com a emancipação, podem engajar-se em atividades que contribuam para a leitura dos limites da sociedade do capital. Enfim podem construir na prática um novo conceito para o protagonismo juvenil.

Como e quem pode auxiliar nessa tarefa? Esse é um dos questionamentos que proponho para outros pesquisadores, pois creio que o estudo com grêmios estudantis ainda tem muito a ser explorado e essa pesquisa apenas desvelou um pouco do que ainda há para ser pesquisado e a temática do jovem certamente constitui-se como um campo de pesquisa que pode contribuir para desvelar as contradições que permeiam as relações sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. **História do Brasil**. São Paulo: TYP Sequeira, 1928.
- ALMEIDA, L, F, R. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: Educ, 2014.
- ANTUNES, A. **Movimento estudantil: crise e perspectivas para uma prática revolucionária**. São Paulo: Ed. Aparte. 1983.
- ARAÚJO, M, P. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Damara, 2007.
- ARAÚJO, W, L, B. **O voto no Brasil: da colônia ao Império**. 2007, 46 f. Monografia (Especialização em Direito eleitoral e Processo eleitoral) – Escola Superior de Magistratura e Escola Judiciária Eleitoral, Fortaleza, 2007.
- BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Ed. Anna Blume, 2006.
- BENSAID, D. Zur judenfrage, uma crítica da emancipação política. In: MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.
- BORGES, V, L, B. A primavera de sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. **Dimensões**, Espírito Santo, v.27, p. 115-128, 2011.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394/96**. Brasília, DF: Gabinete do Senador Flávio Arns, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 24 jul. 2015.
- BRASIL, **Lei Federal nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > Acesso em: 13 jun. 2015.
- BRASIL, **Lei Federal, nº 7.398**, de 04 de novembro de 1985. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm > Acesso em: 13 jun. 2015.
- BRASIL. **Lei Federal, nº 6.680**, de 16 de agosto de 1979. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=198291&norma=212339> > Acesso em: 13 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. (MDS) - Cadastro Único. Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- BRECHT, B. O analfabeto Político. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/o-analfabeto-politico/> Acesso em: [Acesso em: 12 jan. 2016](#).
- BUENO, E. **Brasil: uma história**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BUFFA, E. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, E; ARROYO, M, NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão.** São Paulo: Editora Cortez, 1987.

CALMON, P. **História da civilização brasileira.** Brasília: Senado Federal, 2002.

CAMARGO, E, P, R. **O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas.** 2005, 212f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de Campinas. Campinas, 2005.

CARDOZO, R, M, D. **Gestão participativa na educação profissional e tecnológica: o papel do conselho diretor um estudo – um estudo do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Salinas- MG.** 2010, 151 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARLOS, A. G. **Grêmios estudantis e participação do estudante.** 2006, 118 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação política e sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNOY, M. **Educação Economia e Estado: base e superestrutura relações e mediações.** São Paulo: Editora Cortez, 1984.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, S. D. **A mediação do conselho de educação de Goiás no processo de eleições de gestores das escolas estaduais de educação básica, (2003 a 2010).** 2012, 242 f. Tese de doutorado (Doutorado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2012.

CCR Rodonorte. **Notícias da CCR RODONORTE.** Disponível em: <http://www.rodonorte.com.br/noticias/-lacre-solidario-arrecada-oito-milhoes-de-lacres-e-doa-24-cadeiras-de-rodas?id=3805>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CINTRA, A; MARQUES, R. **UBES uma rebeldia consequente: a história do movimento estudantil secundarista no Brasil.** São Paulo: Ministério da cultura, 2009.

COSTA, A, C G; VIEIRA, M, A. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** São Paulo: FTD, 2006.

COSTA, M, S, F, P, M, C. **Avaliação institucional no ensino fundamental: a participação dos estudantes.** 2012, 402 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

COSTA, A, C, G. **Tempo de servir: O protagonismo juvenil passo a passo.** São Bento: EU- Editora Universidade, 2001.

CUNHA, L, A. **A universidade crítica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Unesp, 2000.

DELORS, J. (Org.). **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Comissão Internacional da UNESCO. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: < <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf> > Acesso em: 12 ago. 2015.

EL PAÍS. Manifestações Estudantis São Paulo. Janeiro, 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/tag/c/b724193e9df6e64e8e8770310e9b8588>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Edusp: São Paulo, 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Edusp: São Paulo, 1994.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. Edusp: São Paulo, 2001.

FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FLACH, S. F. **Direito a educação e ampliação da escolaridade obrigatória em Ponta Grossa (2001-2008)**. 2010, 319 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1965.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia de pesquisa educacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GOOGLE **Mapas**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 03 fev. 2016.

GONZALÉZ, J. L. C; MOURA, M. R. L. Protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, vol. 11, núm. 2, p. 375-392, jul, dez, 2009.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. Indiferentes. In: COUTINHO, C. N. (Org). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos – 1916 – 1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 59 – 61, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRÊMIO LIVRE. Senado Federal: Brasília. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385450/Gremio%20Livre.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jan. 2016.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Rio Grande do Sul: LPM, 1983.

HART, R. La participación de los niños. In: COSTA, A, C, G; VIEIRA, M, A. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. São Paulo: FTD, 2006.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo**: desde 1780. Programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

IDELBRANDO, A, G. **O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos**. 2012, 155 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados gerais do município de Ponta Grossa**: Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411990>. Acesso em: 02 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Ponta Grossa, ensino matrículas e rede escolar**: Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411990&idtema=117&search=parana|ponta-grossa|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>. Acesso em: 06 jan. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (IPARDES). **Caderno Estatístico: município de Ponta Grossa**. Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok>. Acesso em: 02 dez. 2015.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **O que fazemos**. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos>. Acesso em: 12 ago. 2015.

INSTITUTO Sou da Paz. **Caderno Grêmio em Forma**, 2 edição. São Paulo, SEM ANO. INSTITUTO SOU DA PAZ. Disponível em: < http://www.etepb.com.br/arq_alunos/downloads/gremio/caderno_gremio_estudantil.pdf > Acesso em: 14 jun. 2015.

INSTITUTO Sou da Paz. **Caderno Grêmio em Forma**. São Paulo, SEM ANO. Disponível em: < http://www.soudapaz.org/upload/pdf/guia_gremioemforma.pdf > Acesso em: 12 jun. 2015.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Grêmio Estudantil é hora de participar. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/gremio_em_forma_semin_rio_spec.pdf. Acesso em: 12 out. 2015.

JESUS, P. R. A revolta do vintém e a crise da monarquia. **História Social**, Campinas, SP, v.12, p. 73-89, 2006.

LELES, M, A. **A participação do estudante na gestão da escola**. 2007, 150f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, V, B. **Um estudo acerca da gestão democrática nas escolas públicas do Ceará (2007-2010): avanços e recuos**. 2012, 178 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2012.

MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARTINS, F, A, S. **A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre a participação de jovens por meio do grêmio estudantil**. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MARTINS V. R. A invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da cartografia histórica. In: PRIMEIRO SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Parati. **Anais eletrônicos...**Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MARTINS_RICARDO_V_E_FILG_UEIRAS_CARLOS_ALBERTO_L.pdf. Acesso em: 14 jun. 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Edição Eletrônica: 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MARX, K. **Glosas Críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MELO, E. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: MELO, E; ANDRADE, M, A; PANIAGO, M, C, S (Orgs). **Marx, Mézaros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MENDES JR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MENDES, F. B. **Um grêmio estudantil mais politizado: formas de engajamento e a construção identitária em um grêmio estudantil**. 2011, 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Paraná (GEMPAR). **Informações Municipais para Planejamento Institucional**. Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www2.mppr.mp.br/cid/pontagrossa.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Paraná (GEMPAR)**, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2640>. Acesso em: 30 out. 2015.

MOURA, M, R, L. **Reformas educacionais, protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente**. 2008, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2008.

MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: O papel político- ideológico do terceiro setor. In: ADRIÃO, T; PERONI, V (Org.). **Público e privado na educação**. São Paulo: Xamã, 2008.

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades: mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR)**. 2008, 175 f. Dissertação (Mestrado em geografia gestão e território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

NASCIMENTO, E; MATIAS, L, F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Raega**. Curitiba, v. 23, pp. 65-97, Curitiba, 2011.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira: 1964-1985**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

NUNES, A, A. Educação jesuítica na Bahia colonial: Colégio Urbano internato em Seminário noviciado. In: ANAIS DO SEGUNDO ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2008, Caiacó. **Anais eletrônicos...** Rio Grande do Norte: 2008. Disponível em:

http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/antonieta_nunes_st1.pdf. Acesso em: 06 mar. 2016.

OLIVEIRA, A. **O protagonismo juvenil em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre**. 2011, 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

OLIVEIRA, E, S. **Gestão escolar, trabalho associado e participação no âmbito da cooperativa educacional de Marília**. 2012, 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

PARANÁ, Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED- PR). **Lei Estadual nº 10.054**, de 16 de julho de 1992. Disponível em: < http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/lei_estadual_10.pdf > Acesso em: 13 jun. 2015.

PARANÁ, Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED- PR). **Lei Estadual nº 11.057**, de 17 de janeiro de 1995. Publicado em Diário Oficial nº 4429, de 17 de janeiro de 1995. Disponível em: < http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/lei_estadual_11.pdf > Acesso em: 24 jun. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED- PR). **Instâncias colegiadas e a gestão democrática da escola pública. Programa de desenvolvimento educacional**, PDE, Guarapuava, 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2459-6.pdf> > Acesso em: 12 ago. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED- PR). **Grêmios estudantis: Participe**. Jun. 2012. Disponível em: < http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf > Acesso em: 10 jun. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED- PR). **Grêmios estudantis: ações**. Disponível em: <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>. Acesso em: 12 ago. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED-PR). **Grêmios estudantis, o que é**. Disponível em: < <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147> > Acesso em: 20 abr. 2015.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do abastecimento. **Programa leite das crianças**. Disponível em: <http://www.leitedascricancas.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Alunos fazem novas manifestações contra o fechamento de escolas por Alckmin.** Disponível em: <http://www.pt.org.br/alunos-fazem-nova-manifestacao-contrafechamento-de-escolas-por-alckmin/>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PEREIRA, L. R. **Eleição direta para diretor escolar: desafio a democratização da gestão.** 2012, 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PERONI, V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T; PERONI, V (Org.). **Público e privado na educação.** São Paulo: Xamã, 2008.

PERONI, V. Redefinições do papel do Estado: parcerias públicas privadas e a democratização da educação. **Arquivos analíticos de políticas educativas.** Arizona, v. 21, núm. 47, maio, 2013.

PINTO, C, M. **Grêmios escolares e novos caminhos participativos: um estudo de caso.** 2013, 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

POERMER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo.** Ponta Grossa, 2006. Disponível em: http://geo.pontagrossa.pr.gov.br/portal/plano_diretor. Acesso em: 02 dez. 2015.

POUZAS, U. S. **Lazer, juventude e ensino técnico: um estudo sobre as tensões estabelecidas entre os processos de escolarização e lazer no Coltec.** 2012, 126 f. Dissertação (Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

PORTAL FÓRUM. **Jornalista paranaense revela os detalhes do massacre de 29 de abril.** Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/30/jornalista-paranaense-revela-detalhes-do-massacre-de-29-de-abril/>. Data de acesso: 15 jan. 2016.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Diagnóstico.** Escola A, p. 08-12. Ponta Grossa, 2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Diagnóstico.** Escola B, p. 13-15. Ponta Grossa, s/d.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Aspectos sócio- econômicos e culturais da comunidade escolar.** Escola C, p. 07-12. Ponta Grossa, s/d.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Diagnóstico da comunidade.** Escola D, p. 07-12. Ponta Grossa, s/d.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Marco situacional**. Escola E, p. 15-18. Ponta Grossa, 2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Diagnóstico do estabelecimento de ensino**. Escola F, p. 11-15. Ponta Grossa, 2014.

RIBEIRO, J. R. Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero. In: BARON, A (Org.). **Filosofia política moderna: De Hobbes a Marx**. São Paulo: CLACSO, DCP-FFLCH, USP, 2006, p. 19-43.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Alínea, 2008.

SANFELICE, J. L. Breves reflexões sobre juventude educação e globalização. In: MACHADO, L, O (Orgs.) **Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania**. Frutal, MG: Prospectiva, 2013.

SANTOS, S, P. Os intrusos e os outros oxigenando a universidade: por uma realção articulada entre raça e classe nas ações afirmativas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina, 04 a 08 de out, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4634.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SCANDOLARA, P, F. **Cartografias rizomáticas entre ciberativismo e grêmio estudantil**. 2014, 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SKITNEVSKY, M, V, P. **O desafio das relações entre a escola e a comunidade: EE Prof. Gracinda Maria Ferreira da cidade de Santos (1986-1997)**. 2008, 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

SOU DA PAZ. **O que fazemos**. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOU DA PAZ. **Grêmio estudantil: é hora de participar**. Disponível: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/cartilha_gr_mio_04_2008.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOU DA PAZ. **Guia grêmio em forma**. Disponível: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/guia_gremioemforma.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOUZA, B. T. **Política e direitos humanos em Marx: da questão judaica a ideologia alemã**. 2008, 193 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: editora Paulus, 2008.

TONET, I. A propósito de Glosas críticas. In: MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005

TONET, I. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v.9, núm. 1, jan/jun, 2014.

TONET, I. **Sobre o socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

UBES. Congresso da OCLAE acontece no próximo dia 17 na Nicarágua. Disponível em: <http://ubes.org.br/2014/congresso-da-oclae-acontece-no-proximo-dia-17-na-nicaragua/>. Acesso em: 09 jan. 2016.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **Congresso em Ponta Grossa marca reconstrução da UMESP e reafirma a luta dos estudantes**. Disponível em: <http://ubes.org.br/2012/congresso-em-ponta-grossa-marca-reconstrucao-da-umesp-e-reafirma-luta-dos-estudantes>. Acesso em: 09 jan. 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **OCLAE divulga a programação do seu 17 congresso**. Disponível em: <http://www.une.org.br/2014/07/oclae-divulga-a-programacao-do-seu-17%C2%BA-congresso/>. Acesso em: 09 jan. 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **O congresso será em agosto na Nicarágua**. Disponível em: <http://www.une.org.br/2014/06/congresso-da-oclae-sera-em-agosto-na-nicaragua>. Acesso em: 09 jan. 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Estrutura do movimento estudantil**. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/>. Acesso em: 09 jan. 2016.

VALLE, M. R. **1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

VEIGA, Z.P. A. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G (Orgs.) **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

APÊNDICE A – Levantamento bibliográfico sobre grêmios estudantis- teses e dissertações pesquisadas

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Grêmios Estudantis”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
Um grêmios estudantis mais politizado: formas de engajamento e construção identitária em um grêmios estudantis.	MENDES, Fernanda Brasil.	Juventude; Jogos Identitários; Participação; Grêmios Estudantis.	PUC/RS	2011	D
O protagonismo juvenil em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre.	OLIVEIRA, Altemir de.	Educação Física; Escola; Estudo de Caso; Identidade.	UFPR/RS	2011	D
Grêmios estudantis de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos.	IDELBRANDO, Amália Galvão.	Grêmios estudantis; cidadania; autonomia.	PUC/SP	2012	D
Gestão escolar, trabalho associado e participação no âmbito da cooperativa educacional de Marília.	OLIVEIRA, Elizangela Siqueira de.	Cooperativa educacional; Gestão escolar; Trabalho associado.	UNESP	2012	D
Lazer, Juventude e ensino médio-técnico um estudo sobre as tensões estabelecidas entre os processos de escolarização e lazer na coletividade.	POUZAS, Ubiratan Santos.	Lazer; Juventude; Sociabilidades; Escola.	UFMG	2012	D
Eleição direta para o diretor escolar: desafio a democratização da gestão.	PEREIRA, Lucenil da Rocha.	Eleição Direta; Escola Pública; Participação.	UPPA	2012	D
Um estudo acerca da gestão democrática nas escolas públicas do Ceará (2007-2010): Avanços e recuos.	LIMA, Vagna Brito de.	Gestão Democrática; Reformas Educacionais; Escolas públicas.	UFAL	2012	D
A mediação do conselho de educação de Goiás no processo de eleições de gestores das escolas estaduais de educação básica (2003 A 2010).	CARVALHO, Sebastião Donizete de.	Gestão Democrática; Conselho de Educação; Diretores.	PUC-GO	2012	D

ACERVO DIGITAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS – DESCRITOR: “Grêmio Estudantil”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
A participação dos estudantes na gestão da escola.	LELES, Maura Aparecida.	Gestão da escola pública; participação estudantil; patrimonialismo.	UNB	2007	D
Gestão participativa na educação profissional e tecnológica: o papel do conselho diretor um estudo do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais- Campus Salinas.	CARDOZO, Ricardo Magalhães Dias.	Conselho Diretor; gestão participativa; educação profissional e tecnológica.	UNB	2010	D
Grêmios escolares e novos caminhos participativos: um estudo de caso.	PINTO, Camila Moura	Juventudes; políticas; grêmios escolares.	PUC-RJ	2013	D
A voz do estudantes na educação pública: um estudo sobre a participação dos jovens por meio do grêmio estudantil.	MARTINS grancisco André	Juventude; participação; grêmio estudantil.	UFMG	2010	D
Os desafios das relações entre a escola e a comunidade: EE Prof. Gracinda Maria Ferreira da cidade de Santos (1986-1997).	SKITNEVSY Maria Vera Pereira	Escola; comunidade; participação; ações pedagógicas.	PUC Santos	2008	D
Cartografias Rizomáticas entre ciberativismo e grêmio estudantil	SCANDOLA Patrícia Fabíola	Grêmio estudantil; ciberativismo; movimentos sociais contemporâneos; rizoma.	UDESC	2014	D
Avaliação Institucional no ensino fundamental: a participação dos estudantes.	COSTA, Maria Simone Ferraz Pereira Moreira	Avaliação institucional; participação; participação estudantil; política pública; qualidade educacional.	UNICAMP	2012	T
Grêmio estudantil e participação do estudante.	CARLOS Maria Aparecida	Participação; grupos de pressão;	PUC SP	2006	D

ACERVO DIGITAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS – DESCRITOR: “Grêmio Estudantil”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
	Graça	semiformação; emancipação.			

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Participação Estudantil”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
Um grêmio estudantil mais politizado: formas de engajamento e construção indenitária em um grêmio estudantil	MENDES, Fernanda Brasil.	Juventude; Jogos Identitários; Participação; Grêmio Estudantil	PUC/RS	2011	D
Mulheres no movimento estudantil: representações, discursos e identidades:	SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos.	participação feminina; militância estudantil; feminismo.	UFJF	2011	D
Juventude e movimento estudantil: o trabalho precário dos estudantes bolsistas.	CARNEIRO, Maira Poletto.	Trabalho precário; movimento estudantil; participação política.	EFES	2011	D
Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia da universidade.	FERRARO, Karina Perin.	Movimento Estudantil; Gestão Democrática; Universidade	UEP /MARILIA	2011	D
Racionalidade instrumental, competitividade e individualismo de estudantes universitários.	RODRIGUES, Silvana Terume Koshikene.	Educação; Movimento estudantil; Iniciação científica.	UFSCAR	2011	D
Processo de eleições diretas para a escolha de gestores escolares no município de Guanambi: uma análise sobre a participação.	SILVA, Josias Benevides da.	Participação; Democracia; Comunidade escolar.	UEBA	2011	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Participação Estudantil”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
Participação Social e a construção da equidade em saúde: o conselho nacional de saúde e direitos da população LGBT.	PEREIRA, Esdras Daniel dos Santos.	Participação Social; Equidade em saúde; LGBT.	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2011	D
Do interior do Estado ao interior da UFBA: Uma experiência de tempo-espaço no processo de afiliação estudantil.	LOPEZ, Fabio Nieto.	Vida universitária; Educação superior; Vínculos; Redes sociais.	UFBA	2013	D
Grêmios estudantis de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos.	CURADO, Amália Galvão Idelbrando.	Grêmios estudantis; cidadania; autonomia.	PUC/SP	2012	D
Assistência Estudantil na UFMT: Trajetória e desafios.	CAMPOS, Denise Pereira de Araújo.	Assistência Estudantil; UFMT; Estudo.	UFMT	2011	D
O protagonismo juvenil em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre.	OLIVEIRA, Altemir de.	Educação Física; Escola; Estudo de Caso; Identidade.	UFRS	2011	D
Evasão Estudantil nos cursos de matemática, química e física da Universidade Federal Fluminense: Uma silenciosa problemática.	MACEDO, Claudia.	Ensino Superior; Evasão Escolar; Assistência Estudantil	PUC/RJ	2012	D
Gestão escolar, trabalho associado e participação no âmbito da cooperativa educacional de Marília.	OLIVEIRA, Elisângela Siqueira de.	Cooperativa educacional; Gestão escolar; Trabalho associado.	UNESP	2012	D
A contribuição da extensão universitária para a formação docente.	GARCIA, Berenice Rocha Zabbot.	Extensão universitária; Formação inicial docente.	PUC/SP	2012	T
Avaliando a	SILVA, Vitória	Avaliação,	UFRN	2012	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Participação Estudantil”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
aprendizagem de língua inglesa em uma escola de ensino médio a partir de contribuições discentes.	Maria Avelino da.	representações, participação estudantil.			
Um estudo acerca da gestão nas escolas públicas do Ceará (2007-2010): avanços e recuos.	LIMA, Vagna Brito de.	Gestão Democrática. Reformas Educacionais. Escolas públicas	UFAL	2012	D
Da autonomia a resistência democrática: movimento estudantil ensino superior e a sociedade em Sergipe 1950-1985.	CRUZ, José Vieira da.	movimento estudantil, ensino superior, ditadura, Sergipe	UFBA	2012	T
Terapia comunitária integrativa como prática de cuidado a saúde de estudantes universitários.	BUZELI, Cintia Poletto	Promoção da saúde, Enfermagem, terapia, comunidade	UFMT	2012	D
A avaliação na educação de jovens e adultos por meio de portfólios.	MIRANDA, Joseval Reis dos.	Avaliação das aprendizagens; educação de jovens e adultos.	UNB	2011	T
Tele-educação interativa na capacitação de estudantes do ensino fundamental em síndromes genéticas.	PICOLINI, Mirela Machado.	Genética. Educação em Saúde. Educação a Distância.	USP	2011	D
Programa universidade para todos PROUNI a função social do direito ao ingresso no ensino superior.	CIAMPAGLIA, Maurício Rodolfo.	ProUni. Ensino Superior. Legislações. Cotas	FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO	2011	D
A mediação do conselho escolar de Goiás no processo de eleições de gestoras das escolas estaduais de educação básica (2003 A 2010)'	CARVALHO, Sebastião Donizete de.	Gestão Democrática, Conselho de Educação, Diretores	PUC/GO	2012	T

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Participação Estudantil”					
Título	Autor	Palavras-chave	Instituição	Ano	D/T
Lazer, juventude e ensino médio: um estudo sobre as tensões estabelecidas entre os processos de escolarização e Lazer no COLTEC.	POUZAS, Ubiratan Santos.	Lazer. Juventude. Sociabilidades. Escola.	UFMG	2012	D
Desigualdade e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na região metropolitana de BH.	PAULA, Simone graça de.	desigualdade-desempenho escolar-juventude, ensino médio	UFMG	2012	T
Banda marcial Augusto dos Anjos: Processos de ensino-aprendizagem musical.	SILVA, Thalyana Barbosa da.	Banda estudantil, banda marcial, educação musical.	UFPA	2012	D
Eleição direta para gestor escolar: desafio a democratização.	PEREIRA, Lucenil Rocha da.	Eleição Direta. Escola Pública. Participação.	UFPA	2012	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Protagonismo juvenil”					
Título	Autor	Palavras chave	Instituição	Ano	M/D
União Nacional dos Estudantes e o protagonismo juvenil.	SILL, Emerson Adriano.	Protagonismo Juvenil; Juventude.	UTP/PR	2011	D
O protagonismo juvenil de uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre.	OLIVEIRA, Altemir de.	Educação Física; Escola; Estudo de Caso; Identidade.	UFRS	2011	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Protagonismo juvenil”					
Título	Autor	Palavras chave	Instituição	Ano	M/D
Empreendedorismo social e protagonismo juvenil: A estratégia socioeducativa do projeto OASIS de intervenção universitária.	SILVA, Fabiano André Gonçalves.	Empreendedorismo; Social; Educação Popular.	UFRN	2011	D
A proposta do protagonismo juvenil: Quais os discursos e significados?	SOUZA, Maria Alda de.	Juventude, Política, Liderança.	UFCE	2011	D
Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade.	ZAPPE, Jana Gonçalves.	adolescente, institucionalização, delinquência juvenil.	UFMS	2011	D
Significados de protagonismo juvenil para jovens da Universidade Federal do Amazonas.	OLIVEIRA, Herbert Santana Garcia.	Jovens; Juventude; Protagonismo juvenil; Psicologia.	UFAM	2012	D
O protagonismo de jovens do ensino médio do Colégio Militar de Salvador: Compreendendo atos de currículos em experiências socioculturais de formação.	FERREIRA, Sonia Maria Moraes.	Protagonismo juvenil; Formação; Cultura militar.	UFBA	2012	T
A juventude nas ações comunitárias: limites e possibilidades da participação cidadã e do protagonismo juvenil no programa projovem urbano de Belo Barban.	AIRTON Valentin.	Juventude; participação cidadã; ações sociais; Projovem Urbano.	CENTRO UNIVERSITARIO UMA	2011	D
Avaliação do projeto	ALMEIDA,	educação	UFAL	2012	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Protagonismo juvenil”					
Título	Autor	Palavras chave	Instituição	Ano	M/D
protagonismo juvenil, eu aprendi, eu ensinei em municípios do semi-árido de Alagoas.	Cynthya Katharyni de Lima.	alimentar e nutricional; políticas; alimentação.			
A formação do protagonismo juvenil da pedagogia da alternância em casas familiares rurais.	BORGES, Graziela Scopel.	Psicologia; Casa Familiar Rural; Protagonismo; Juventude.	UTFPR	2012	D
Avaliação do programa de educação em direitos humanos e promoção de participação social para adolescentes, juventude em cena.	SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de.	Direitos humanos; criança; adolescente; educação.	UFRS	2012	T
Hip hop como manifestação cultural: protagonismo juvenil em Rio Verde Goiás.	SANTOS, Nubia Oliveiras dos.	Juventude; Culturas juvenis; Hip hop.	PUC GOIÁS	2012	D
Incluir para não marginalizar e profissionalizar e para não desperdiçar: O projovem urbano-João Pessoa- PB (2005-2010)	CARVALHO, Isabela Oliveira Virginio.	Incluir. Profissionalizar. PróJovem. Urbano.	UFPA	2011	D
Juventude e adoecimento crônico: os significados de ser jovem com doença renal crônica no contexto das trocas de bens de cuidado.	MELLO, Daniel Borges de.	Juventude; Adoecimento Crônico; Dádiva; Doença Renal Crônica.	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2011	D
A voz e a vez do jovem: o imaginário de juventude na publicidade brasileira.	LAZZARI, Fabiane Parra de.	Comunicação e consumo; Mídia brasileira; Publicidade.	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	2011	D
Ordenamento institucional na	JUNIOR, Fontenele de.	Banco Interamericano de	UNB	2011	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Protagonismo juvenil”					
Título	Autor	Palavras chave	Instituição	Ano	M/D
gestão do ensino médio público no Distrito Federal.		Desenvolvimento; Ensino Médio			
A política nacional de juventude e o desafio de promover a participação: um estudo sobre o programa jovem aprendiz do SENAC Pelotas.	SILVA, Roselani Maria Sodre da.	Jovem. Juventude. Políticas de Juventude. Participação.	PUC/RS	2011	D
Violência sexual infanto juvenil em Boa Vista: análise da execução da política pública de enfrentamento a este fenômeno. (2007/2010)	COSTA, Leila Chagas de Souza.	Crianças e Adolescentes, Violência, Políticas Públicas.	UFAM	2011	D
Tendência dos riscos da gravidez na adolescência: representações sociais dos enfermeiros acerca da prevenção.	GURGEL, Maria Gledes Ibiapina.	Gravidez na adolescência; enfermagem; Promoção da saúde	UFAL	2011	T
Menino que faz menino ainda é menino? Homens jovens e pais construindo o seu protagonismo	SANTOS, Jorge Luiz Oliveira dos.	Paternidade juvenil / gravidez / gênero	UFPA	2011	T
Incursões biopolíticas: o jovem nas tramas da arena pública.	GOULART, Marcos Vinicius Silva.	Juventudes, participação social, políticas públicas.	UFRS	2011	D
Protagonismo juvenil: conexões e heranças culturais e religiosas do contestado.	TOMAZI, Gilberto.	Juventude, Protagonismo, Religiosidade, Heranças Culturais	PUC/SP	2011	T
Agenda 21 brasileira no cotidiano escolar.	PRZYBYSZ, Mariangela.	Agenda 21 Brasileira. Educação Ambiental. Protagonismo	UTFPR	2012	D

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES DESCRITOR: “Protagonismo juvenil”					
Título	Autor	Palavras chave	Instituição	Ano	M/D
O outro em cena: teatro escolar e alteridade.	ALMEIDA, MARCELO KOZOROSK.	Ética, Alteridade e Linguagem na Educação.	UFRS	2012	D
Redes sociais e cultura digital nos jovens.	SILVA, Simone de Assis Alves da.	Redes sociais, on line; cultura.	PUC/MG	2012	D
Competências em promoção da saúde no programa saúde na escola no Distrito Federal.	TOSSET, Dalila.	competência em promoção da saúde, escolas promotoras	UNB	2012	D
Fios e desafios na participação de adolescentes e jovens na política de direitos humanos.	GIRON, Juliana Cristina Figueiredo.	Adolescente. Jovem. Democracia. Direitos Humanos.	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	2012	D

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas

- a) O que significa participar do grêmio estudantil e qual é o principal objetivo da sua atuação no grêmio?
- b) Quais são as estratégias utilizadas para ampliar a participação dos alunos no grêmio estudantil?
- c) Quais são as contribuições do grêmio estudantil dentro e fora da escola?
- d) Cite alguns exemplos de situações que limitam a participação dos alunos?
- e) O que poderia ampliar a participação da coletividade dos jovens no grêmio estudantil?
- f) Quantas, qual é a frequência, e como são feitas as reuniões do grêmio estudantil?
- g) Quais são os principais assuntos tratados nestas reuniões?
- h) Você pode falar sobre um projeto significativo realizado pelo grêmio estudantil?
- i) O que motiva a sua participação no grêmio estudantil?
- j) O grêmio estudantil tem autonomia dentro da escola para tomar suas decisões ou depende da aprovação de gestores, professores e pedagogos para que as mesmas sejam tomadas?

APÊNDICE C – Caráter dos projetos e atividades desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis

Festiva/ Recreativa	Reformista/Assistencialista	Conscientização
Festival de danças.	Jardinagem na escola.	Teatro sobre drogas.
Festa julina.	Concerto de ventiladores quebrados.	Palestras sobre o movimento estudantil.
Festa do Halloween.	Campanha de doação de uniformes.	
Jogos escolares entre séries.	Doação de livros.	
Capoeira na escola.	Campanha de alimentos.	
Festival musical.	Projeto Lacre Solidário.	
Organização de festas.	Campanha de arrecadação de alimentos para vítimas de enchentes.	
Projeto esportes	Reforma do muro da escola.	
Torneio de futsal.	Campanha do agasalho.	
Projeto esporte na hora do recreio.	Cozinha solidária (distribuição de marmitas para moradores de rua).	
Concurso para escolher a bandeira da Copa do Mundo.	Horta na escola.	
Projeto festa de Fim de ano.	Pintura da quadra de esportes.	
Festa a Fantasia.		
Festa de Despedida.		
Gincana Família na escola.		
Festivais musicais.		
Festa no dia das crianças.		
Torneios esportivos.		

ANEXOS

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado da Educação



Protocolado nº: 13.610.430-6.

Interessada: Aldimara Catarina B. Delabona e UEPG.

Assunto: Autorização para realização de entrevistas.

Informação: 1511/2015 – NJA/SEED

1. RELATÓRIO.

O presente protocolo teve início com o documento de fls. 03, assinado pela Mestranda Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin e endereçado à chefia do NRE de Ponta Grossa, solicitando autorização para realização de entrevistas com os alunos que presidem os Grêmios Estudantis das Escolas Estaduais de Ponta Grossa.

Consta às fls. 04/12 carta de apresentação e cópia do anteprojeto: “Participação Discente e Grêmio Estudantil: Limites e Possibilidades para o Processo de Emancipação”.

Às fls. 13 consta Despacho encaminhando o feito à SEED/DPTE/CAPP e à Coordenação de Apoio a Gestão Escolar/CAGE/SEED, para análise do pedido.

Por sua vez, a CAGE remete o protocolado ao Núcleo Jurídico da Administração/NJA, solicitando quais são os procedimentos legais para que a pesquisadora possa entrevistar os alunos e como a escola deve proceder para identificar a pesquisadora.

Ato contínuo, foi encaminhado à Superintendência/SEED, que devolveu o presente a este NJA/SEED.

Em apertada síntese é o relatório.

2. ANÁLISE.

Analisando a solicitação efetuada pela mestranda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para que a mesma realize entrevista junto aos alunos que presidem os Grêmios Estudantis das escolas da Rede Estadual de Ponta Grossa, este NJA/SEED não vislumbra, em tese, nenhum impedimento. Porém, é de suma importância destacar algumas recomendações/sugestões sobre o aludido trabalho (entrevista) a ser desenvolvido nos estabelecimentos de ensino jurisdicionados ao NRE de Ponta Grossa.

Em razão da temática – imagem e privacidade é necessário garantir que sejam protegidos os direitos dos adolescentes, previstos constitucionalmente e, especificamente, a Lei n.º 8.069/90:

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado da Educação



Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

(...)

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, por não os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Portanto, fundamentalmente se encontra envolvido o dever de cuidado dos estabelecimentos de ensino com o pleiteado, na repercussão desta pesquisa, caso haja alguma divulgação do declarado pelos alunos. Isto porque, não há informações sobre como será feito o tratamento das informações coletadas, como serão mantidas em sigilo e se, posteriormente, farão parte de algum banco de dados da Universidade, sendo de acesso público, se serão vedadas cópias e outras referências do tipo. Também não consta informação sobre envio de cópia do trabalho para esta Secretaria, Núcleo de Educação ou mesmo para os estabelecimentos de ensino pesquisados. Assim, recomenda-se o esclarecimento destes pontos sejam feitos pela interessada e, inclusive:

- que o conteúdo das perguntas das entrevistas seja previamente analisado;
- recomenda-se que todos os estabelecimentos de ensino sejam previamente comunicados da realização da entrevista;
- os alunos só participarão se concordarem, sendo-lhes explicitado o teor da mesma antecipadamente, pois ninguém poderá ser obrigado a conceder a entrevista;
- os alunos menores deverão estar acompanhados na entrevista;
- não poderá haver prejuízo do calendário escolar;
- a pesquisadora deverá apresentar documentos que a identifiquem como sendo a mestrande que irá fazer a entrevista e ainda deve assinar um Termo de Compromisso, assumindo a responsabilidade pelas entrevistas, inclusive pelo sigilo dos dados.

Por último, mesmo não sendo da alçada deste NJA/SEED, vale consignar que é viável que o resultado do trabalho efetuado seja enviado à Superintendência de Educação para conhecimento e adoção de medidas, se assim for necessário.

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Estado da Educação

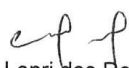


São estas as observações que este NJA/SEED tinha a registrar.

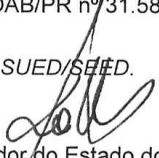
3. CONCLUSÃO.

1. Não há impedimentos legais para obstar as entrevistas solicitadas.
2. Por fim, o feito deve retornar à SUED para ciência e orientação quanto aos procedimentos sugeridos.


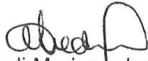
Curitiba, 18 de junho de 2015.


Ana de Fátima Lepri dos Reis Mendes
OAB/PR nº 31.587

De acordo. *Encaminhe-se à SUED/SEED.*


Procurador do Estado do Paraná
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração na SEED

Kunibert Kolb Neto
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do NJA/SEED

 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO		FOLHA DE DESPACHO 19 [Assinatura] PROTOCOLO N.º 13.610.430 - 6
Ao NRE de Ponta Grossa		
Assunto: Realização de Pesquisa		
<p>1. Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin, RG 7.229.912-4, mestranda, matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, solicita autorização para realizar entrevistas com alunos que compõem os Grêmios Estudantis nas Escolas Estaduais do município de Ponta Grossa.</p> <p>2. Tal solicitação se dá pelo fato de que sua pesquisa se pauta na análise crítica de como a participação em grêmios pode contribuir para o processo de emancipação dos alunos.</p> <p>3. Considerando a pertinência da pesquisa apresentada, somos favoráveis a sua autorização, desde que cumpridas as seguintes ressalvas:</p> <p>a) Seja indicado um técnico do NRE de Ponta Grossa para acompanhar o andamento do trabalho de pesquisa, encaminhando as informações pertinentes solicitadas pela SEED ;</p> <p>b) Seja indicado um servidor da escola para acompanhar o andamento do trabalho de pesquisa, encaminhando as</p>		<p>informações pertinentes solicitadas pelo NRE;</p> <p>c) Que a solicitante apresente ao NRE e escola, documento que a identifique como mestranda e pesquisadora da UEPG e indique como será o tratamento das informações coletadas;</p> <p>d) Que a mestranda apresente previamente, ao servidor da escola, os conteúdos a serem trabalhados para análise e parecer.</p> <p>4. Lembramos que:</p> <p>a) O NRE deverá comunicar previamente a(s) escola(s) onde a pesquisa ocorrerá;</p> <p>b) As escolas devem ter o cuidado para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os alunos menores sejam acompanhados na entrevista; - os alunos saibam o teor da entrevista e somente participarão se concordarem; - o cumprimento do Calendário Escolar não seja comprometido. <p>5. Fica sob a responsabilidade da pesquisadora, enviar à Superintendência da Educação o resultado do trabalho efetuado.</p> <p style="text-align: center;">Curitiba, 01 de julho de 2015.</p> <p style="text-align: center;">  Ceuli Mariano Jorge RG 3.725.816-0 Assessoria/SUED/SEED </p>
		RBM/SUED